



BIM – BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.
RELATÓRIO E CONTAS 2016

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
SÍNTESE DE INDICADORES	6
SÍNTESE DO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
ESTRUTURA ACCIONISTA	10
ÓRGÃOS SOCIAIS	10
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	11
Economia Internacional	11
Economia Nacional.....	12
Actividade Económica	13
Evolução da Inflação	14
Equilíbrio Externo.....	15
Taxas de referência	15
Liquidez do Sistema.....	16
Evolução das principais divisas face ao metical	17
Evolução do saldo das reservas internacionais líquidas.....	17
O BANCO	18
A Rede do Millennium bim.....	18
Visão, Missão, Valores e Estratégia.....	19
Responsabilidade Social	20
Programa de responsabilidade social – Mais Moçambique pra Mim	20
Princípios orientadores da responsabilidade social do Banco	20
Desporto	20
Educação	22
Saúde.....	25
Cultura.....	25
Intervenção Comunitária	26
Ambiente.....	26
Voluntariado	27
ACTIVIDADE DO MILLENNIUM BIM EM 2016	29
Colaboradores.....	29
Caracterização demográfica.....	29
Atracção, retenção e talento	29
Formação	30
Sistema de avaliação de desempenho	30
Análise das áreas de negócio	31
Segmentos de Negócio.....	31
Inovação, Produtos e Campanhas.....	32
Banca Electrónica	33
Operações e Sistemas de Informação.....	34
Seguradora Internacional de Moçambique	35
Gestão de risco.....	37

Capital económico.....	39
Validação de modelos	40
Risco de crédito.....	41
Evolução e composição da carteira de crédito	41
Risco de concentração de crédito	43
Risco operacional	44
Estrutura de gestão do risco operacional	44
Auto avaliação dos riscos operacionais (RSA)	44
Captura de perdas operacionais	45
Indicadores de risco (KRI).....	45
Gestão da continuidade de negócio.....	46
Contratação de seguros	46
Risco de mercado	46
Risco de taxa de juro na carteira bancária	47
Risco Cambial	48
Risco de liquidez.....	48
Plano de Contingência de Capital e Liquidez	50
ANÁLISE FINANCEIRA	52
Resultados e Balanço	52
Análise da Rendibilidade	52
Resultado Líquido.....	52
Margem Financeira	53
Outros proveitos líquidos.....	54
Rendimentos de instrumentos de capital	54
Comissões líquidas	54
Resultados em operações financeiras.....	55
Outros resultados de exploração líquidos	55
Custos Operacionais.....	55
Rácio de eficiência.....	56
Imparidade do crédito e outras imparidades e provisões	56
Análise do Balanço	56
Activo Total	57
Crédito a Clientes (bruto).....	57
Qualidade de Crédito	58
Recursos de Clientes	58
Capital	59
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	60
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 2016	61
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	129
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	133

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2016 foi profundamente marcado por circunstâncias internas e externas, podendo ser considerado um ano atípico no ambiente político, económico e social. O enquadramento económico-financeiro de Moçambique, e o conjunto de eventos pelos quais o País passou, resultaram num novo paradigma que levou o Governo e o Banco de Moçambique a adoptarem políticas económicas correctivas com o objectivo de restabelecer a estabilidade macroeconómica.

Os efeitos dos choques na economia implicam uma alteração estrutural no funcionamento do mercado e de todos os seus agentes económicos, nomeadamente exigindo um esforço adicional destes.

Também o Millennium bim se adaptou ao contexto, com a redefinição da sua estratégia de negócio que envolveu a adopção de medidas e iniciativas que visaram a manutenção de níveis confortáveis de liquidez, gestão prudente do risco e, acima de tudo, um rigor zeloso no cumprimento dos normativos regulamentares.

Apesar dos desafios enfrentados em 2016, o Millennium bim manteve-se sólido e resiliente, sustentado por boa governação, adequado nível de capital e robustez do balanço. Continuamos a desempenhar um papel vital na economia no que concerne ao cumprimento da nossa missão primordial, a intermediação financeira entre aforradores e mutuários, e a expansão da inclusão financeira em Moçambique.

Confiante na retoma do crescimento da economia a médio e longo prazo, o Banco continuou a investir na bancarização através da expansão da rede de balcões com amplitude nacional. Actualmente o Millennium bim opera com uma rede de 176 balcões espalhados por todas as províncias do País, 478 ATM e mais de 8.000 POS, demonstrando o nosso esforço continuado de estar cada vez mais perto das populações.

Ao longo dos seus mais de 20 anos de existência, o Millennium bim tem-se posicionado como um parceiro financeiro de referência no mercado nacional e regional, promovendo uma oferta competitiva e diversificada assente numa banca sofisticada focada na criação de valor ao Cliente. Mantemos o nosso foco na inovação tecnológica, na inclusão e educação financeira do consumidor, no apoio ao desenvolvimento do sector público e fortalecimento do tecido empresarial.

Para além de disponibilizar sistemas de pagamento modernos e seguros, o Banco lançou novas plataformas de banca digital para melhor servir os seus Clientes. Durante este ano, entre outras iniciativas, avançámos com a modernização do site da Internet, simplificámos o processo de abertura de conta e lançámos o aplicativo SMART IZI para reforçar a banca móvel, que conta com mais de 500.000 utilizadores frequentes e mais de 72 milhões de transacções em 2016.

O trabalho efectuado pelo Millennium bim em 2016 permitiu alargar a base de Clientes em cerca de 180 mil novos Clientes, tendo o Banco já ultrapassado os 1,6 Milhões de Clientes.

Em 2016, a consistência dos indicadores económicos e financeiros do Banco, avaliada pela rentabilidade dos activos, robustez dos fundos próprios e nível de adequação de capital de 18.8%, consideravelmente acima do limite regulamentar de 8% definido pelo regulador, reflectem a solidez financeira da instituição. O perfil de rentabilidade e capitais próprios do Millennium bim colocam-no na posição cimeira dentro dos bancos moçambicanos presentes nos 100 Maiores Bancos de África.

Este ano, o Millennium bim foi também considerado *Best Bank* pela revista *Emea Finance* e como o melhor Banco em Moçambique a disponibilizar soluções de *Trade Finance*, pela revista *Global*

Finance. O empenho na eficiência operativa trouxe mais uma vez a distinção da *VISA Global Service Quality Awards* na categoria “Efficiency”, ao passo que a renovação da certificação de segurança PCI-SSC (*Payment Card Industry – Security Standards Council*) mantém o Banco como a primeira e única instituição financeira em Moçambique, e uma de apenas 16 em todo o continente africano, a deter este importante reconhecimento.

Estes resultados foram possíveis de alcançar de forma sustentável através da colaboração e confiança dos Clientes, Accionistas e restantes *stakeholders*. Com experiência de mercado, visão estratégica, solidez financeira e uma atitude inovadora, o Millennium bim continuará a desempenhar o seu papel em prol do progresso económico e social do país.

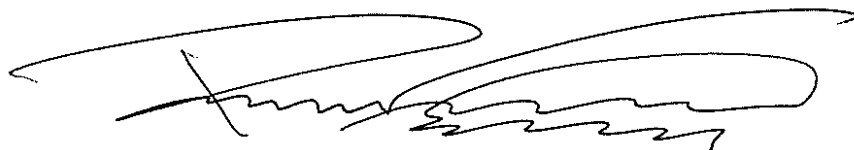
Ainda assim, o Banco reconhece que o próximo ano será particularmente difícil e desafiador, exigindo de todos os Colaboradores do Millennium bim um elevado empenho e proficiência no cumprimento das suas responsabilidades. O Banco continuará a estar atento às regras prudenciais, acompanhando o Regulador na minimização dos riscos.

Face aos desafios da conjuntura económica, foram traçadas linhas estratégicas para 2017 com vista a consolidar a posição no sistema bancário nacional, que consistem em:

- ✓ Prudência na gestão da liquidez e de concessão de crédito, mantendo adequados níveis de rentabilidade;
- ✓ Apoiar os nossos Clientes duma forma pró-activa;
- ✓ Manter bons rácios de solvabilidade e eficiência, garantindo uma posição sólida e distintiva no mercado;
- ✓ Apoiar financeiramente os projectos de investimento sustentáveis que contribuam na criação de valor para a economia e desenvolvimento do país;

Uma palavra muito especial aos nossos Clientes pela confiança depositada no Millennium bim e às nossas equipas que têm demonstrado um elevadíssimo profissionalismo e capacidade de adaptação a novos desafios.

Aqui conseguimos.



Rui Cirne Plácido de Carvalho Fonseca

SÍNTESE DE INDICADORES

Milhões de Meticais					
Indicadores	2016	2015	2014	2013	Var. % 16/15
Balanço					
Activo total	133.780	117.066	101.502	85.428	14,3%
Crédito a clientes (líquido)	78.283	66.331	56.795	47.921	18,0%
Recursos totais de clientes	100.687	91.450	80.412	67.623	10,1%
Capitais próprios	21.496	18.760	16.552	14.238	14,6%
Rendibilidade					
Produto bancário	13.332	9.953	8.820	8.040	33,9%
Custos operacionais	5.485	4.592	4.054	3.681	19,5%
Imparidades e Provisões	1.617	1.268	590	463	27,5%
Impostos sobre lucros	1.720	702	682	592	145,0%
Resultado líquido atribuível a Accionistas do Banco	4.510	3.391	3.494	3.303	33,0%
Rácio de eficiência	41,1%	46,1%	46,0%	45,8%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	22,5%	19,4%	23,0%	25,6%	
Rendibilidade do activo médio (ROA)	3,6%	3,2%	4,0%	4,3%	
Qualidade do Crédito					
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	3,5%	4,2%	2,2%	1,7%	
Crédito com incumprimento / Crédito total	4,0%	4,3%	2,5%	1,8%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	205,4%	141,7%	241,3%	348,0%	
Custo do risco	188 p.b.	158 p.b.	97 p.b.	91 p.b.	
Solvabilidade (*)					
Tier I	20,2%	20,0%	19,0%	21,5%	
Total	18,8%	19,8%	19,0%	21,4%	
Indicadores de Negócio					
Clientes (milhares)	1.632	1.454	1.306	1.216	12,2%
Balcões	176	169	166	157	4,1%
Colaboradores	2.402	2.351	2.367	2.329	2,2%

*Não inclui o Resultado do Exercício do ano em referência

SÍNTESE DO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com as previsões do FMI, a economia global poderá ter crescido em apenas 3,1% em 2016, o que a confirmar-se, poderá ser o pior desempenho desde a crise financeira de 2008. O abrandamento do comércio internacional, o fraco fluxo de investimento e maior incerteza política, sobretudo nos EUA, constituíram os principais factores de desaceleração da economia mundial. Para 2017, a estimativa aponta para um crescimento ligeiramente superior de 3,4%.

Nos EUA prevê-se uma expansão de 1,9% em 2017, não obstante à política proteccionista conduzida pela Administração de Donald Trump, que poderá reduzir a confiança dos agentes económicos, e implicar potenciais retaliações por parte dos países visados. No Reino Unido estima-se um crescimento de 2% em 2016 e uma desaceleração para 1,5% em 2017, justificado pelo ambiente de incerteza sentido pelo efeito do *Brexit*, que poderá limitar o crescimento da economia durante alguns meses. A Zona Euro continua exposta a riscos diversos nomeadamente à desaceleração da economia mundial, particularmente na China, incerteza política interna com destaque para as eleições na Holanda, França e Alemanha, à crise migratória, efeitos do referendo britânico e instabilidade da Banca em alguns países. A combinação destes factores sustenta as perspectivas de um crescimento mais lento da economia europeia de 1,6% em 2017. Na China o crescimento tem vindo a abrandar, estimando-se 6,5% em 2017 após 6,7% em 2016. Embora a economia se tenha mostrado resiliente aos choques exógenos, existem todavia factores de risco que transitam para 2017 e que influenciam o desempenho da economia chinesa. Nomeadamente, o elevado nível de endividamento, a diminuição de reservas cambiais e a saída de capitais externos. De acordo com o FMI, a actividade económica da região da África Subsariana desacelerou bruscamente em 2016 (1,6%), a reflectir essencialmente os baixos preços das matérias-primas e o fraco desempenho da economia mundial.

Em Moçambique, o ambiente macroeconómico, em 2016, deteriorou-se devido a um conjunto de factores adversos. Por um lado, a volatilidade dos preços médios das *commodities* no mercado internacional reflectiu-se no nível de Investimento Directo Estrangeiro. Por outro, a descoberta de um montante adicional de dívida pública externa levou os doadores internacionais a congelarem a ajuda financeira ao Orçamento do Estado, bem como a suspensão dos programas de apoio pelos parceiros de cooperação. Estes factores, aliados à instabilidade política, que afectou o ambiente de negócios, e à diminuição do *output* agrícola em resultado das mudanças climáticas reflectiram-se no abrandamento da actividade económica com o Produto Interno Bruto (PIB) a registar um crescimento médio de 3,3% em 2016, após ter registado 6,6% no ano anterior.

No panorama monetário, a elevada pressão inflacionária observada ao longo de 2016, resultante em grande medida da forte depreciação do Metical em relação às principais moedas estrangeiras (Dólar norte americano, Rand e Euro), levou o Banco de Moçambique a adoptar medidas fortemente restritivas de ajuste monetário. Como resultado, verificou-se uma tendência de abrandamento da pressão cambial no último trimestre do ano.

No sector externo, observou-se uma melhoria do défice da balança comercial de bens, explicado pelo efeito combinado da acentuada queda das importações e ligeiro aumento das receitas de exportação dos megaprojectos, sustentado pela melhoria dos preços internacionais do carvão e alumínio.

A vulnerabilidade das finanças públicas influenciou a revisão em baixa (*downgrade*) da notação de risco soberano pelas principais agências de *rating* internacional.

Apesar dos desafios enfrentados em 2016, o Banco manteve-se sólido e resiliente, sustentado por boa governação, adequado nível de capital, robustez do balanço, confortável posição de liquidez, gestão prudente do risco, adopção de boas práticas e transparência na relação com os clientes, bem como no rigor no cumprimento dos normativos regulamentares.

O plano estratégico para 2016 visou o reforço da liderança do Banco nos segmentos em que actua, tendo por base a melhoria contínua da qualidade do serviço, por forma a fazer crescer a base de Clientes, e a expansão dos canais, no sentido de estar cada vez mais próximo dos Clientes. De igual modo, o Millennium bim manteve o foco no aumento da inclusão financeira e desenvolvimento económico de Moçambique, através da implementação da parceria firmada com os Correios de Moçambique, consistindo na expansão da rede pela abertura de balcões do Millennium bim nas instalações destes. Para além de dois balcões tradicionais, no âmbito deste projecto, foram inaugurados 5 balcões em 2016, elevando a dimensão da rede do Banco para 176 balcões. Foi também fortalecida a presença da rede de agentes bancários autorizados, tendo encerrado o ano a cobrir a maior parte dos distritos do País. A expansão física da rede permitiu alargar a base de Clientes em cerca de 180 mil novos Clientes em 2016, tendo já ultrapassado os 1,6 milhões.

Para além de disponibilizar a rede de balcões aos Clientes, o Millennium bim manteve o investimento nos canais remotos e digitais, tendo atingido no final do ano 478 ATM e 8.103 POS. De igual forma, foram efectuadas várias actividades de desenvolvimento informático na área da banca digital: o Banco lançou uma nova versão dos websites, tornando-os mais intuitivos, funcionais e rápidos; e foi lançada a APP para smartphones, Smart IZI, permitindo ao Cliente executar, com conveniência, um vasto conjunto de transacções.

Simultaneamente foi autonomizada a Rede de Balcões Prestige da Rede de Balcões Empresas para, respectivamente, servir melhor os Clientes Particulares *affluent* e as Pequenas e Médias Empresas. Neste sentido, estabeleceu-se uma parceria com o FSD Moç (*Financial Sector Deepening*) que tem como objectivo contribuir para o desenvolvimento do mercado, promovendo a inclusão financeira das populações e o apoio às PME.

Num contexto macroeconómico adverso, o Millennium bim pretendeu reafirmar a sua presença no mercado enquanto Banco Comercial de referência em Moçambique, aproveitando o duplo sentido da expressão “Aqui consigo”: a proximidade e relação com os Clientes, e entrega eficiente de soluções e dos serviços financeiros aos seus clientes.

Não obstante os desafios, a consistência dos indicadores económicos e financeiros do Banco, avaliada pela rentabilidade dos activos, robustez dos fundos próprios e nível de adequação de capital de 18,8%, consideravelmente acima do limite regulamentar de 8%, reflectem a resiliência e solidez financeira da Instituição. No ano de 2016, o activo aumentou 14% para os 133.780 milhões de Meticais, comparados com os 117.066 milhões de Meticais registados em igual período de 2015. Os recursos dos Clientes cresceram em 10% para os 100.687 milhões de Meticais, ao passo que o Crédito a Clientes líquido aumentou 18% para 78.283 milhões de Meticais.

A margem financeira evoluiu 58% face ao ano anterior, alavancada pelo efeito do aumento significativo das taxas dos activos geradores de juros, que mais do que compensou o aumento das taxas pagas nas operações passivas.

Por outro lado, e mantendo a política de gestão conservadora e o racional de solidez do balanço, o Millennium bim aumentou em 28% as imparidades face ao período homólogo, tendo constituído 1.617 milhões de Meticais.

Ainda assim, o resultado líquido foi positivo em 4.510 milhões de Meticais em 2016, registando um crescimento de 33% face ao resultado líquido de 3.391 milhões de Meticais apurado em 2015.

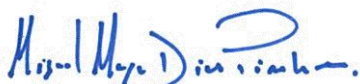
O resultado líquido da Seguradora Internacional de Moçambique foi de 2.102 milhões de Meticais, um crescimento de 295% face a 2015, justificado pelo crescimento da receita nos ramos reais, pela rentabilidade dos investimentos e ainda por ganhos não recorrentes de reavaliação dos seus imóveis.

O Millennium bim acredita que o excelente desempenho do Banco assenta na qualidade dos seus Colaboradores. Neste contexto, ao longo de 2016 desenvolveram-se várias actividades focadas na Gestão de Recursos Humanos, destacando-se três pilares: (i) Atracção e Retenção de Talento; (ii) Formação e Desenvolvimento do Colaborador; e (iii) Aprimoramento do sistema de avaliação de desempenho.

O programa “Mais Moçambique pra Mim” expressa a firme visão do Banco de que ser socialmente responsável é exercer um conjunto de deveres e obrigações em relação à Comunidade, criando e desenvolvendo iniciativas que promovam o desenvolvimento económico e social do país. O Banco reafirma o seu compromisso com a implementação e disseminação dos princípios da Iniciativa do Pacto Global das Nações Unidas no que concerne aos Direitos Humanos, Trabalho e Meio Ambiente, assim como o seu apoio na implementação dos objectivos do FEMA - Fórum Empresarial para o Meio Ambiente.



Rui Cirne Plácido de Carvalho Fonseca
(Presidente)



Miguel Maya Dias Pinheiro
(1º Vice-Presidente)



José Reino da Costa
(2º Vice-Presidente)



Maria da Conceição Mota S. O. Callé Lucas
(Administrador)



Manuel Alfredo de Brito Gamito
(Administrador)



Jacinto Zacarias Uqueio
(Administrador)




João Manuel R. T. da Cunha Martins
(Administrador)



Jorge Octávio Nêtos dos Santos
(Administrador)



Moisés Jorge
(Administrador)



Liliana Marisa Catoja da Costa Lemos
(Administrador)



Fernando Manuel Nobre de Carvalho
(Administrador)



Nuno Pedro da Silva do Carmo Vaz
(Administrador)



Ricardo David
(Administrador)

ESTRUTURA ACCIONISTA

Accionista	Nº Acções	% do Capital Social	Meticais
			Capital subscrito e realizado
BCP África, SGPS	30.008.460	66,69%	3.000.846.000
Estado de Moçambique	7.704.747	17,12%	770.474.700
INSS - Instituto Nacional de Segurança Social	2.227.809	4,95%	222.780.900
EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, S.A.R.L.	1.866.309	4,15%	186.630.900
FDC - Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	487.860	1,08%	48.786.000
Outros (*)	2.704.815	6,01%	270.481.500
Total	45.000.000	100,00%	4.500.000.000

* Outros – 1.700 investidores, com participação individual inferior a 1%, adquirida no âmbito do processo de venda de acções do Estado aos Trabalhadores.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Letícia Deusinha da Silva Klemens	Presidente
Flávio Prazeres Lopes Menete	Vice-Presidente
Horácio de Barros Chimene	Secretário

Conselho Fiscal

Teotónio Jaime dos Anjos Comiche	Presidente
Eulália Mário Madime	Vogal
Daniel Filipe Gabriel Tembe	Vogal
Maria Iolanda Wane	Vogal Suplente

Conselho de Administração

Rui Cirne Plácido de Carvalho Fonseca	Presidente
Miguel Maya Dias Pinheiro	1º Vice-Presidente
José Reino da Costa	2º Vice-Presidente
Maria da Conceição Mota S. O. Callé Lucas	Administrador
Manuel Alfredo de Brito Gamito	Administrador
Jacinto Zacarias Uqueio	Administrador
João Manuel R. T. da Cunha Martins	Administrador
Jorge Octávio Netos dos Santos	Administrador
Moisés Jorge	Administrador
Liliana Marisa Catoja da Costa Lemos	Administrador
Fernando Manuel Nobre de Carvalho	Administrador
Nuno Pedro da Silva do Carmo Vaz	Administrador
Ricardo David	Administrador

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

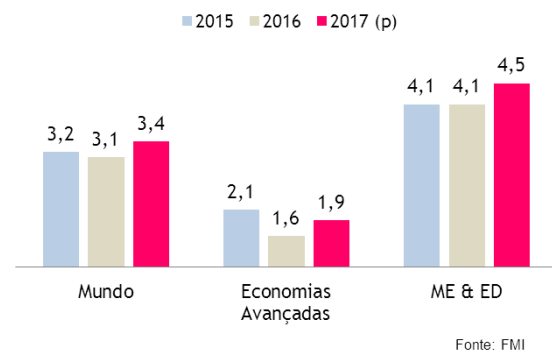
Economia Internacional

De acordo com as previsões do FMI, a economia global deverá crescer 3,1% em 2016, o que a confirmar-se, poderá ser o pior desempenho desde a crise financeira de 2008. O abrandamento do comércio internacional, o fraco fluxo de investimento e maior incerteza política sobretudo nos EUA, constituem os principais factores de desaceleração da economia mundial. Para 2017, a estimativa aponta para um crescimento ligeiramente superior de 3,4%, impulsionado pela aceleração nas economias em desenvolvimento e mercados emergentes que deverão expandir 4,5%, destacando-se neste bloco a Índia com um crescimento estimado de 7,2%.

Nos EUA prevê-se uma expansão de 1,9% em 2017, não obstante a política proteccionista conduzida pela Administração de Donald Trump, que poderá reduzir a confiança dos agentes económicos, e implicar uma retaliação por parte de alguns países visados. As mudanças na política monetária representam um potencial risco, uma vez que aumenta o clima de incerteza nos mercados financeiros, e por outro lado, o comportamento do dólar tenderá a influenciar o desempenho das exportações.

Nas economias avançadas, o FMI estima que a economia nipónica terá crescido 0,9% em 2016, sendo que a elevada dívida pública constitui um factor de risco afectando o equilíbrio das finanças públicas. No Reino Unido estima-se um crescimento de 2% em 2016 e uma desaceleração para 1,5% em 2017, justificado pelo ambiente de incerteza devido ao efeito do *Brexit* que poderá limitar o crescimento da economia durante alguns meses.

Gráfico 1. Economia Global
variação percentual



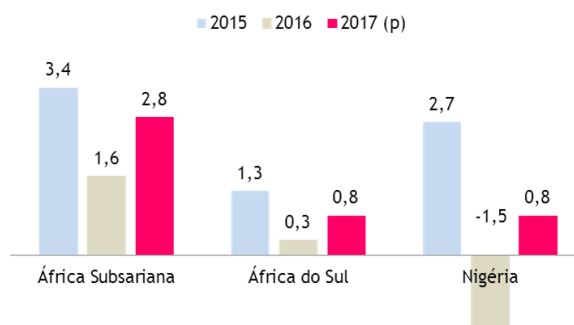
A Zona Euro continua exposta a riscos diversos nomeadamente a desaceleração da economia mundial, particularmente na China, incerteza política interna com destaque para as eleições previstas na Holanda, França e Alemanha, colocando em causa a continuidade do projecto europeu, a crise migratória, efeitos do referendo britânico e instabilidade da banca em alguns países. A combinação destes factores sustenta as perspectivas de um crescimento mais lento da economia europeia de 1,6% em 2017, correspondente a uma redução de 0,1 pontos percentuais face ao ano precedente.

Na China o crescimento tem vindo a abrandar, estimando-se 6,5% em 2017 após 6,7% em 2016, embora a economia se tenha mostrado resiliente aos choques exógenos. Todavia, existem factores de risco que transitam para 2017 e que influenciam o desempenho da economia chinesa, nomeadamente: o elevado endividamento (particularmente das empresas), diminuição de reservas cambiais e a saída de capitais externos.

Ao longo de vários anos, o comércio internacional suportou o modelo de crescimento económico chinês, no entanto, as vendas ao exterior têm vindo a reduzir devido à desaceleração da actividade, depreciação da moeda e redução dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais.

De acordo com o FMI, a actividade económica da região da África Subsariana desacelerou bruscamente em 2016 (1,6%), a reflectir essencialmente os baixos preços das matérias-primas e o fraco desempenho da economia mundial. A elevada volatilidade dos preços das *commodities* no mercado internacional, condições de financiamento mais restritivas, atrasos na implementação de políticas económicas, condições climáticas adversas e perturbações políticas, constituem os principais factores da desaceleração económica na região.

Gráfico 2. África Subsariana
variação percentual



Fonte: FMI

Economia Nacional

O ambiente macroeconómico de Moçambique deteriorou-se em 2016 devido a um conjunto de factores adversos nomeadamente: (i) instabilidade política que afectou o ambiente de negócios e redução do investimento; (ii) diminuição do output agrícola em resultado das mudanças climáticas; (iii) volatilidade dos preços médios das *commodities* no mercado internacional, com destaque para o alumínio e carvão, (iv) adiamento de decisões de investimento estrangeiro, sobretudo nos megaprojectos; (v) contracção da procura agregada; (vi) descoberta de um montante adicional de dívida pública externa que levou os doadores internacionais a congelarem a ajuda financeira ao Orçamento do Estado, bem assim a suspensão do apoio programático pelos parceiros de cooperação (incluindo o FMI e Banco Mundial), colocando pressão nas contas externas e agravamento da situação fiscal do país.

A combinação destes choques reflectiu-se, por um lado, no abrandamento da actividade económica com o Produto Interno Bruto (PIB) a registar um crescimento médio de 3,3% em 2016, após 6,6% observado no ano anterior. Por outro lado, a forte depreciação do Metical em relação as principais moedas estrangeiras (Dólar norte americano, Rand, Euro), tendo a taxa de câmbio atingido o máximo histórico de 80 Meticais por Dólar, em Setembro, equivalente a uma depreciação anual de cerca de 74% (de acordo com dados divulgados pelo Banco de Moçambique).

De salientar que a acentuada depreciação da moeda nacional, aliado a menor disponibilidade de divisas na economia, contribuiu significativamente para a corrosão das reservas internacionais líquidas do país, num contexto de menores fluxos de investimento estrangeiro e financiamento externo.

No panorama monetário, a elevada pressão inflacionária observada ao longo de 2016, levou o Banco de Moçambique a adoptar medidas fortemente restritivas de ajuste monetário, destacando-se o aumento em 1350 pontos base nas taxas directoras, nomeadamente Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e Depósitos (FPD), de 9,75% e 3,75% em Dezembro de 2015 para 23,25% e 16,25% no final de 2016. Simultaneamente o regulador unificou os coeficientes de reservas obrigatórias dos passivos em moeda nacional e estrangeira passando para 15,5%. A política monetária restritiva do banco central visou essencialmente sustentar a pressão cambial com objectivo de restabelecer o equilíbrio entre a oferta e procura de divisas no mercado, por forma atenuar o desgaste das reservas externas.

Como resultado das medidas de ajuste monetário, verificou-se uma tendência de abrandamento da pressão cambial no último trimestre do ano, destacando-se nos meses de Outubro e Novembro de 2016, a apreciação do Metical face ao Dólar americano em cerca de 6,1%, após 9 meses consecutivos de perdas nominais.

No sector externo, observou-se uma melhoria do défice da balança comercial de bens explicado pelo efeito combinado da queda das importações e aumento das receitas de exportação dos megaprojectos, sustentado pela melhoria dos preços internacionais do carvão e alumínio. Aliás as exportações destes dois produtos aumentaram 225% e 18% respectivamente, no quarto trimestre de 2016, segundo dados divulgados pelo Banco de Moçambique.

Face ao cenário macroeconómico atípico observado em 2016, o Governo Moçambicano procedeu a revisão da política fiscal através do Orçamento de Estado Rectificativo, aprovado em Julho do ano passado, em que prevê a contenção da despesa (financiada com recursos internos), ajuste em baixa das receitas fiscais devido ao abrandamento económico, redução de donativos decorrente da suspensão dos desembolsos externos e aumento do serviço da dívida pública externa resultante da depreciação cambial.

Ainda no quadro fiscal, o país continuou a enfrentar riscos substanciais considerando a magnitude do rácio da dívida pública (denominada maioritariamente em moeda externa), que segundo o FMI se situou em níveis elevados em 2016, podendo atingir 130% do PIB, resultante da divulgação de um montante adicional de dívida pública externa não declarada, aliado ao impacto da depreciação do Metical. A vulnerabilidade das finanças públicas influenciou a revisão em baixa (*downgrade*) da notação de risco soberano pelas principais agências de rating internacional.

Apesar dos grandes desafios que o país enfrenta a curto prazo, as previsões económicas nacionais e internacionais apontam para um cenário relativamente optimista a médio e longo prazo sustentado pela expectativa favorável de desenvolvimento dos projectos de exploração de gás natural na bacia do Rovuma, em Cabo Delgado, tendo sido aprovado em finais de 2016, o plano de investimento da ENI (maior operador da área 4) referente ao projecto Coral Sul.

Prevê-se também que a retoma do crescimento económico em 2017 em torno de 5,5%, seja fortemente impulsionado pela expansão da indústria mineira, em particular do carvão mineral, suportado pelo aumento da demanda por parte da Índia e recuperação dos preços da matéria-prima nos mercados internacionais.

Contudo, o desempenho económico que se antevê para 2017 dependerá fundamentalmente da continuidade do processo de ajustamento de políticas económicas (monetária e fiscal) para atenuar as pressões inflacionária e cambial; do restabelecimento da paz efectiva para promover a melhoria do ambiente de negócios e atracção de investimento; do desfecho do processo negocial com os credores para tornar a dívida pública financeiramente sustentável; da negociação do novo programa de apoio financeiro do FMI de modo a restaurar a confiança dos doadores e investidores internacionais, permitindo amortecer as pressões sobre as contas externas e assegurar a estabilidade macroeconómica.

Actividade Económica

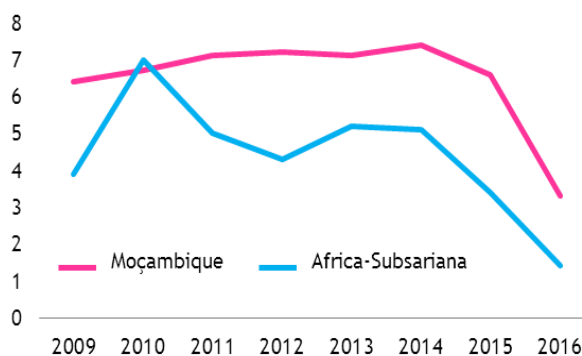
O Produto Interno Bruto de Moçambique desacelerou para um nível historicamente baixo em 2016 (3,3% de acordo com dados divulgados pelo INE), após um ciclo de crescimento acelerado e robusto

em média de 7% observado na última década. O arrefecimento da actividade económica no período em análise justifica-se pelos choques exógenos na conjuntura doméstica e tensões militares que afectaram a maioria dos sectores económicos, com destaque para a agricultura, indústria extractiva, comércio e serviços, turismo, transportes.

Segundo o INE, o desempenho da actividade económica em 2016 foi atribuído em primeiro lugar ao sector secundário que expandiu 5,2%, sustentado pelo ramo da indústria transformadora com incremento de cerca de 7,3%, seguido do ramo de construção com 6,7%. O sector terciário ocupou a segunda posição com uma aceleração de 5,1%, impulsionado pelo ramo de serviços financeiros com cerca de 25,4%. Destaca-se também, o sector primário que cresceu 3,9% alavancado pelo ramo da indústria de extracção mineira com 10,9%.

Gráfico 3. Crescimento real do PIB

variação percentual



Fonte: INE, FMI

Em 2016 a agricultura continuou a ser o sector com maior contributo para o desenvolvimento da economia em Moçambique, representando 23% do PIB e empregando 80% da população activa. Na estrutura sectorial do PIB destacam-se também os sectores de transportes e comunicações (12%), comércio (11%) e indústria transformadora (9%).

Evolução da Inflação

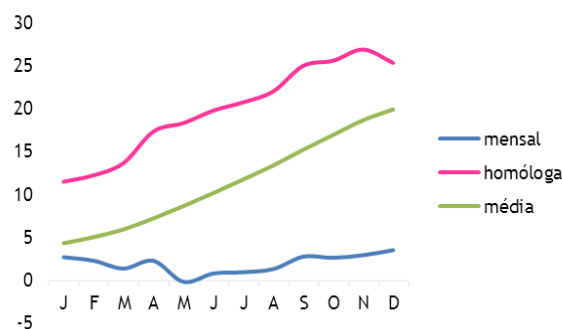
Os dados publicados pelo INE, indicam que o Índice de Preços no Consumidor (IPC), em termos agregados, registou em finais de Dezembro de 2016, o aumento mensal na ordem de 3,47%, constituindo a maior variação percentual do ano. A inflação homóloga situou-se em 25,27% e a média anual em 19,85%. Esta variação corresponde ao maior agravamento do nível geral de preços dos últimos 5 anos, estando acima da média da região (12,7%) de acordo com o índice de preços harmonizado da SADC do mês de Dezembro de 2016.

O comportamento da inflação anual reflecte essencialmente a forte desvalorização cambial verificada em 2016, em parte associada ao fraco desempenho das exportações, principalmente no primeiro semestre, e também a menores fluxos de capitais externos.

A classe de bens alimentares e bebidas não alcoólicas apresentou a maior contribuição na variação de preços (17,09 pp), influenciada em parte pelo aumento de preços de produtos alimentares na África de Sul, sendo uma das principais fontes de abastecimento do mercado nacional. As previsões inflacionárias para 2017, apontam para um ciclo de abrandamento atendendo à tendência de estabilização do Metical.

Gráfico 4. Evolução da Inflação 2016

variação percentual



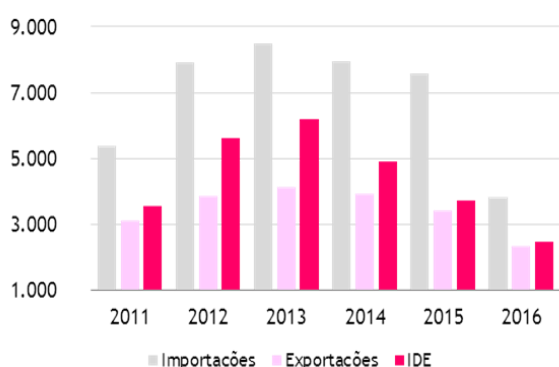
Fonte: INE

Equilíbrio Externo

O abrandamento económico teve impacto positivo na balança de transacções comerciais, reflectindo-se nas importações e exportações que ajudaram a reduzir o défice externo para USD 434,3 milhões no terceiro trimestre de 2016. Dados provisórios indicam que no terceiro trimestre de 2016, o défice da conta corrente da balança de pagamentos situou-se em cerca de USD 898 milhões (USD 1.706,9 milhões em igual período de 2015), o que corresponde a uma variação negativa de 47% comparativamente ao período homólogo de 2015.

Gráfico 5. Sector Externo

Em milhões US\$



Fonte: BM

A melhoria do défice da conta corrente no período em referência, justifica-se pelo comportamento misto do comércio externo, nomeadamente aumento das exportações para USD 825,8 milhões (USD 821,3 milhões no igual período de 2015) e redução das importações para USD 1.260,1 milhões (USD 2.126 milhões no período homólogo de 2015).

A diminuição das importações é explicado pela conjuntura de mercado adversa (queda do investimento directo estrangeiro, menor disponibilidade de divisas) aliado ao efeito da depreciação do Metical. Do lado das exportações o incremento deveu-se a evolução

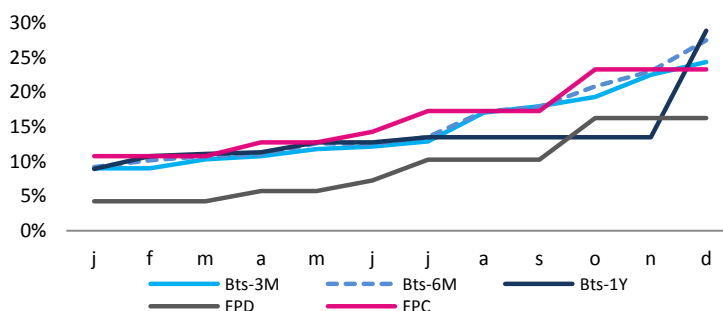
favorável dos preços internacionais das mercadorias dos megaprojectos, com destaque para o carvão mineral e alumínio, gás, energia eléctrica e areais pesadas.

Taxas de referência

Na sequência da política monetária fortemente restritiva adoptada a partir de Outubro de 2015 pelo Banco de Moçambique, consubstanciada no aumento acentuado das suas taxas directoras, as taxas dos bilhetes de tesouro mais que reflectiram essa realidade e registaram um elevado acréscimo em todas as maturidades.

Taxas de Referência 2016

em %



De igual modo, face à conjuntura económico-financeira e intervenção do Banco de Moçambique, assumindo a gestão directa do Moza Banco e revogando a licença de exercício de actividade do Nosso Banco, o montante de permutas no Mercado Monetário Interbancário (MMI) registou um decréscimo significativo. Os bancos continuaram a trocar alguma liquidez entre si mas preferencialmente através de Repos com a taxa destas transacções a subir consideravelmente sem se diferenciar das operações não colateralizadas (permutas).

Evolução das taxas de juro no MMI			
	Dez-15	Dez-16	Variação
91 dias	7,81%	24,32%	16,51%
182 dias	7,25%	27,47%	20,22%
364 dias	7,55%	28,84%	21,29%
Permutas	6,62%	23,16%	16,54%
FPD	3,75%	16,25%	12,50%
FPC	9,75%	23,25%	13,50%

Liquidez do Sistema

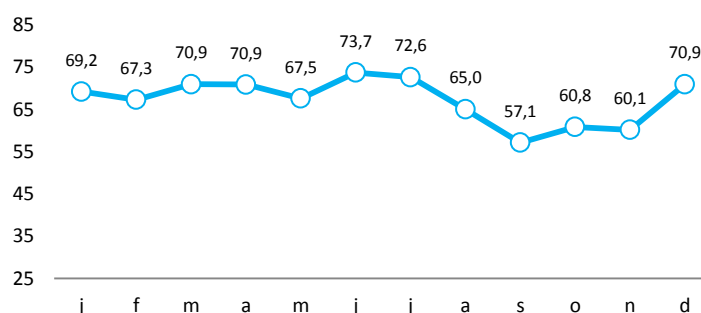
Visando controlar a inflação o regulador não só aumentou significativamente o coeficiente de reservas obrigatórias sobre os depósitos em moeda nacional ao longo do ano, como também, a partir de Junho, passou a diferenciar o regime de reservas, segregando a base de incidência em moeda nacional e moeda estrangeira.

Evolução do coeficiente de Reservas Obrigatórias		
Data	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira (em USD)
7-Dez-15	10,50%	-
7-Jun-16	10,50%	15,00%
22-Ago-16	13,00%	15,00%
22-Nov-16	15,50%	15,50%

Ao longo de todo o ano a liquidez do sistema em moeda nacional foi sendo afectada pelo efeito destas medidas restritivas e, a partir de Outubro, também pelo impacto do resgate do Moza Banco, a quarta maior instituição financeira do País. A partir de finais de Novembro assistimos a uma recuperação da liquidez do sistema em moeda nacional em resultado das compras de divisas pelo Banco de Moçambique aos bancos comerciais.

Em 2016, o Estado acedeu consideravelmente menos ao mercado de capitais que em anos anteriores, tendo apenas emitido 4.130.000.000 de Meticais em Obrigações do Tesouro nas maturidades de 3 e 4 anos. No primeiro semestre do ano emitiu 2.130.000.000 de Meticais a taxa fixa com o cupão a variar entre 11.00% e 12.75% e em Outubro 2.000.000.000 Meticais a taxa variável com o cupão inicial de 21.5%.

Liquidez do Sistema
Mil milhões de MZN

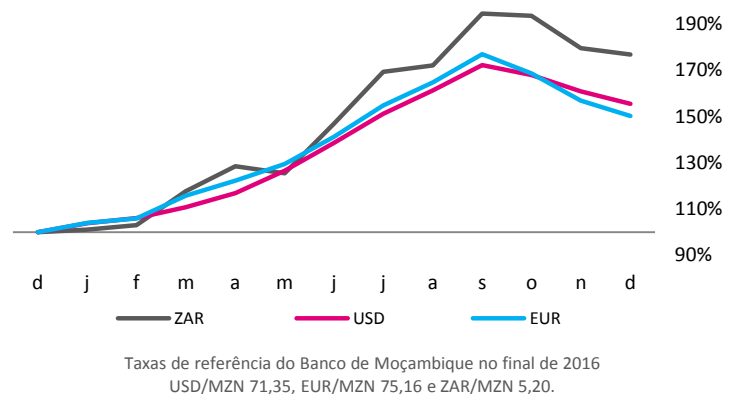


De taxa notar que a partir de Agosto de 2016 as Obrigações de Tesouro de taxa variável passaram também ser elegíveis para as operações de “Open Market”.

Evolução das principais divisas face ao metical

O ano de 2016 manteve assim a tendência do ano anterior caracterizado por uma forte instabilidade do metical face às principais divisas internacionais, consubstanciada na acentuada e contínua desvalorização da moeda moçambicana face ao Dólar Norte-Americano até ao mês de Novembro. A partir desta data, as medidas restritivas de política monetária e fiscal tomadas pelo BM, desde Outubro de 2015, e intensificadas no último CPMO começaram a surtir efeito, tanto na taxa de câmbio, como nos agregados monetários e queda da procura agregada, traduzida na forte retracção das importações de bens e serviços. O Metical entrou num ciclo de apreciação, que continuou em Novembro e se acentuou em Dezembro, com as RILs a mostrarem também alguma recuperação em consequência das compras de divisas do banco central ao mercado.

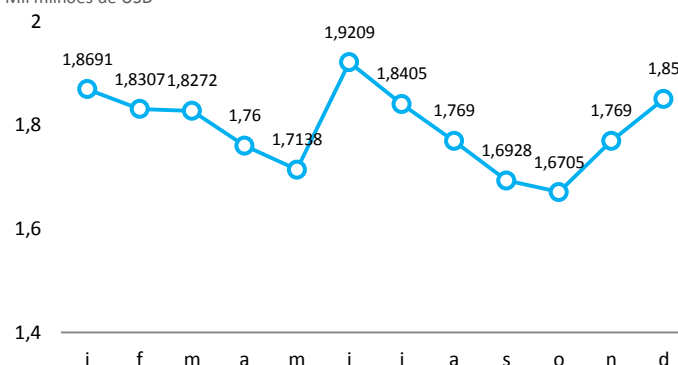
Evolução das principais divisas
Versus MZN, base 100



Evolução do saldo das reservas internacionais líquidas

As Reservas Internacionais Líquidas (RIL) passaram de USD 1.997,4 milhões em Dezembro de 2015 para USD 1.850,0 (estimativa) em finais de 2016. No final do ano, o saldo das Reservas Internacionais Brutas garantiria aproximadamente 3 meses de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais e 3,5 meses quando excluídas as operações dos grandes projectos. De notar o comportamento atípico da evolução deste indicador ao longo do ano de 2016 a partir de Junho, altura em que o Banco de Moçambique passou a diferenciar o regime de reservas, segregando a base de incidência em moeda nacional e moeda estrangeira.

Reservas Internacionais Líquidas
Mil milhões de USD



O BANCO

A Rede do Millennium bim

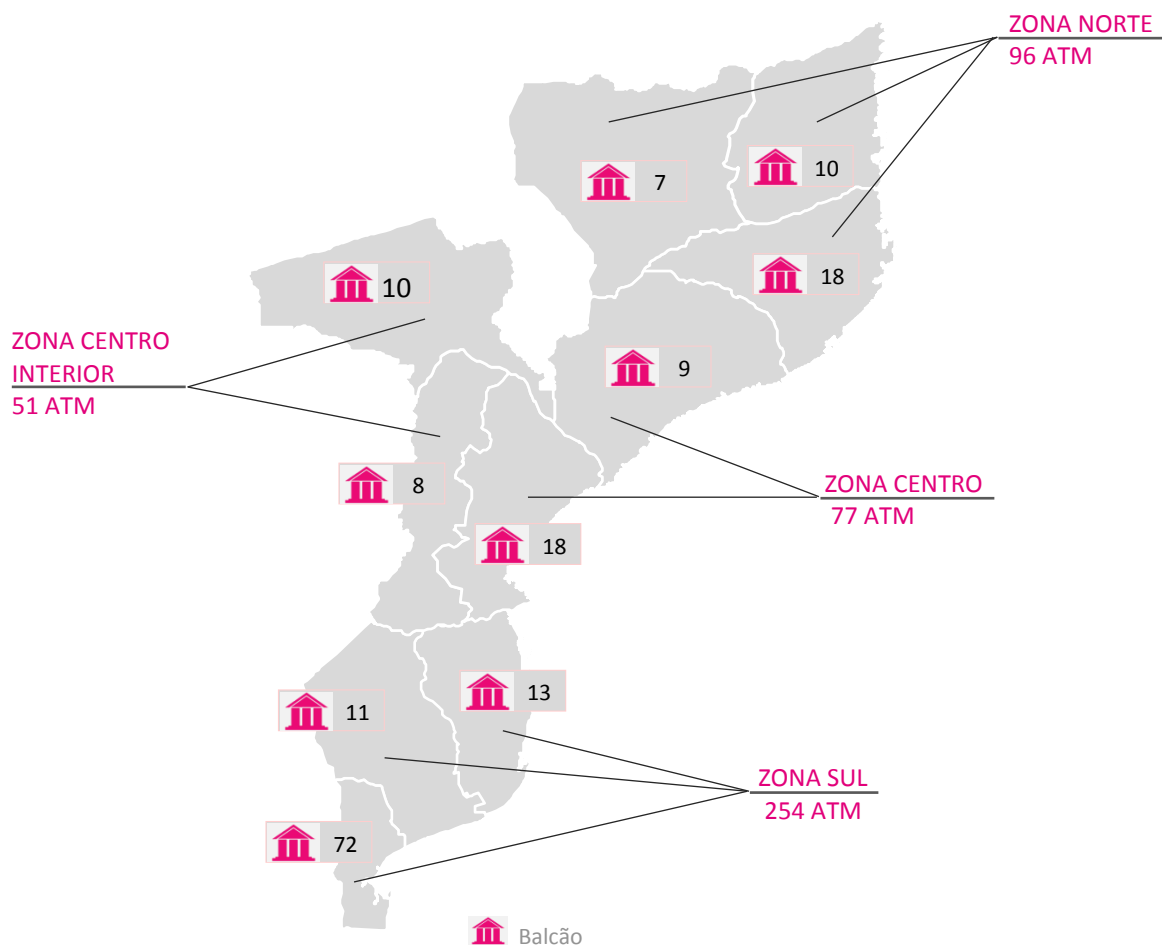
Rede

Distribuição por zona de presença

	Clientes	Balcões	ATM	POS
Zona Norte	286.768	35	96	1.082
Zona Centro Interior	171.115	18	51	625
Zona Centro	239.713	27	77	921
Zona Sul	934.488	96	254	5.475
	1.632.084	176	478	8.103

Rede de balcões e ATM

Distribuição por província e por zona de presença



Visão, Missão, Valores e Estratégia

Visão

O Millennium bim é um Banco universal, que aposta na criação de valor a todos os segmentos de mercado, procurando ter uma presença assente na excelência, qualidade e inovação na distribuição de produtos e serviços financeiros. Procura ser um Banco de referência no serviço ao Cliente e tem como um dos seus principais objectivos atingir um nível de eficiência superior, traduzido no compromisso de continuar a melhorar o seu rácio de eficiência através de uma gestão criteriosa do capital e dos custos.

Missão

Contribuir para a modernização e desenvolvimento do sistema financeiro e da economia moçambicana, mediante a comercialização de produtos e serviços financeiros inovadores e personalizados, concebidos para satisfazer a globalidade das necessidades e expectativas financeiras dos diferentes segmentos de mercado, com padrões de qualidade e de especialização superiores.

Valores da Empresa

O Grupo Millennium bim rege-se pelo Respeito pelas pessoas e instituições, operando com Vocação de Excelência num óptica contínua de Enfoque no Cliente, numa relação mútua de Confiança e seguindo claros padrões de Ética e Responsabilidade.

Estratégia

- Contribuição empenhada para o relançamento da bancarização da economia moçambicana;
- Manutenção de elevados níveis de satisfação, fidelização e envolvimento com os Clientes;
- Expansão da base de Clientes e dos patrimónios sob gestão nas áreas de negócio tradicionais;
- Promoção de novas iniciativas em áreas com elevado potencial de crescimento;
- Posicionamento na vanguarda, através da exploração de novas oportunidades de negócio criadas pelas novas tecnologias;
- Consolidação da liderança tecnológica sectorial e regional;
- Melhoria sustentada dos níveis de rentabilidade e de solidez financeira;
- Valorização, motivação e compensação dos Colaboradores;
- Maximização de valor para os Accionistas;

Responsabilidade Social

Programa de responsabilidade social – Mais Moçambique pra Mim

Ser socialmente responsável é para o Millennium bim, exercer um conjunto de deveres e obrigações, em relação à Comunidade em que está integrado, criando iniciativas que promovam o desenvolvimento económico e social do país, através da implementação de projectos estruturantes e de continuidade que vão de encontro às necessidades e ambições das pessoas a quem se dirigem.

Criado em 2006, o programa de Responsabilidade Social - Mais Moçambique pra Mim, expressa a vontade do Banco em contribuir para o desenvolvimento social do país, fazendo o melhor e da melhor maneira, privilegiando a proximidade com as comunidades em que se insere e apoiando diversas iniciativas de carácter social, impondo sempre uma postura positiva e alegre às acções em que se envolve.

O Mais Moçambique pra Mim desenvolve projectos de abrangência nacional, com destaque para as áreas da educação, cultura, desporto e saúde, onde pretende desempenhar um papel preponderante no melhoramento das condições de vida das populações.

A conservação do ambiente e a sua preservação é um tema transversal à maioria das acções desenvolvidas pelo Mais Moçambique pra Mim, num esforço para disseminar as boas práticas de gestão ambiental, com principal incidência junto da comunidade escolar.

Princípios orientadores da responsabilidade social do Banco

O Banco subscreve, desde 2003, os Princípios do Pacto Global da Nações Unidas, pautando a sua actuação de acordo com referenciais internacionais.

O Pacto Global procura contribuir para a construção de um mercado global mais sustentável através da partilha de valores que permitam o acesso a oportunidades pelas populações mais pobres e vulneráveis, solicitando às empresas aderentes que adoptem, apoiem e promovam na sua esfera de influência um conjunto de valores-chave nas áreas dos Direitos Humanos, Normas Laborais, Ambiente e Combate à Corrupção. Assim com a adesão, em 2003, aos princípios do Pacto Global das Nações Unidas, o Millennium bim tem desenvolvido e divulgado os princípios orientadores para a defesa dos direitos humanos, do trabalho, do meio ambiente e do combate à corrupção.



Desporto

A formação, o convívio e a transmissão de valores determinantes no crescimento de uma criança, assim como o empenho em alertar a população em geral para a importância da actividade física e a necessidade de ter um estilo de vida saudável, são os principais desafios colocados nas actividades desportivas apoiadas pelo Millennium bim.

Torneio Mini Basquete Millennium bim 2015

Na 11ª edição do Torneio Mini Basquete Millennium bim, rapazes e raparigas com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos viveram uma experiência única ao participarem neste evento desportivo que ocupa já um lugar de referência no calendário desportivo nacional.

Os pavilhões e campos das 10 cidades participantes foram pequenos para acolher os mais de 1.750 jovens atletas e público que participaram no torneio.

Este ano, para além da estreia da cidade de Inhambane na competição, o torneio surgiu num formato renovado, e acontece agora em 2 fases distintas: a 1.ª que decorreu nos meses de Junho e Julho, e a 2.ª fase em Novembro e Dezembro, em modelo de campo de férias.

Esta prova desportiva pretende contribuir para a promoção da prática desportiva entre os mais novos, através da implementação de um programa que aviva o basquete, mas também que engloba actividades culturais, possibilitando um desenvolvimento integral assente na superação de desafios e no alcance de objectivos.

A formação cultural dos atletas é outro dos grandes objectivos deste projecto. Assim, no decurso dos treinos para a competição, foram criadas oficinas de expressão plástica, música e teatro, onde foi ensaiada uma peça de teatro com base no conto “O Elefante Branco” do livro “A Cor dos Bichos” de Calane da Silva e Ana Paula Oliveira, tendo cada um dos participantes sido premiado com um exemplar da obra. O prestigiado escritor Calane da Silva marcou presença na cerimónia de encerramento tendo dado uma palestra a todos os participantes, tal como a conceituada soprano Stella Mendonça, que trabalhou com os jovens na encenação musical desta peça de teatro através da Musiarte.

A competição contou, uma vez mais, com a importante parceria da Federação Moçambicana de Basquetebol, através do Comité Moçambicano do Mini Basquete, com o apoio da Sumol-Compal e da Ímpar que ofereceu um seguro a todos os participantes e garantiu ainda a presença, em todos os campos, de um massagista para assistir os atletas ao longo do torneio.

Corrida Millennium bim

“Aqui consigo alcançar vitórias” foi a premissa que juntou mais de 1000 atletas na 11.ª edição da corrida Millennium bim, realizada em Novembro na cidade de Maputo. O elevado número de atletas que participaram, apesar da chuva que se fez sentir no início da prova, é demonstrativo de como esta corrida tem crescido ao longo dos anos, ocupando já um lugar de referência no calendário nacional da modalidade. A prova, organizada em parceria com a Associação de Atletismo de Maputo, reuniu atletas nacionais e internacionais, bem como amantes da prática do exercício físico, que se juntaram não só para divulgar a modalidade mas também para promover a actividade física e a adopção de hábitos de vida saudável.

Corrida Solidária - Helpo

A 6ª Edição da Corrida Solidária Helpo, que contou com a participação do Millennium bim, realizou-se num clima de grande alegria, onde mais de 600 crianças, com idades entre os 6 e os 12 anos de idade, fizeram a festa nesta prova que se propôs despertar milhares de sorrisos.

Em 2016, a corrida realizou-se em 7 cidades: Maputo, Nampula, Pemba e Ilha de Moçambique (Moçambique); Oeiras e Vila Real (Portugal); e São Tomé (São Tomé e Príncipe). Em Maputo, a corrida decorreu no Parque dos Continuadores, Catedral Moçambicana do Atletismo, onde as crianças fizeram várias provas de 60m, 80m e 600m. Antes disso, houve vários jogos de atletismo e basquetebol seguidos de demonstrações de Taekwondo e Rugby.

Em Maputo, a Associação Helpo patrocinou a recolha e doação de sapatilhas que foram entregues pela atleta olímpica Patrícia Mamona. "Em Moçambique, ao ver estas crianças, voltei a ter um sentimento dos tempos de menina, onde competia e sonhava em ser alguém no Atletismo", referiu a atleta.

Educação

A aposta que é feita na educação é o acreditar que todo o investimento realizado na comunidade terá efeitos multiplicadores a médio e longo prazo. Os projectos desenvolvidos com escolas primárias e secundárias focalizam essencialmente o papel que o jovem tem na disseminação de boas práticas de cidadania.

Os vários projectos desenvolvidos na área da educação são desenvolvidos no intuito de trabalhar áreas pedagógicas que vão permitir à criança o seu crescimento estruturado e a consciencialização das suas obrigações enquanto cidadão. Assim, contribuir para a inclusão financeira dos mais jovens, dando-lhes a conhecer conceitos financeiros e a importância do acto de poupar, alertar para a importância que o conhecimentos das regras de trânsito têm na sua vida e despertar em cada um a consciência do seu papel na preservação do meio ambiente são as grandes áreas de actuação dos projectos trabalhados em parceria com as escolas primárias e secundárias do país.

“Uma Cidade Limpa pra Mim”

Este projecto de educação ambiental tem como principal objectivo criar nos alunos a consciência de novos hábitos de tratamento do lixo, apostando na temática da reciclagem e na importância que esta tem para a limpeza da cidade.

Cada estabelecimento de ensino que participa neste projecto tem no seu recinto uma estação de reciclagem, onde é feita a correcta triagem do lixo que alunos e professores depositam diariamente e que depois é pesado e recolhido pelo camião que faz a ronda pelas várias escolas.

Foram várias as actividades desenvolvidas no âmbito deste projecto, com o propósito de alertar as crianças para a importância da preservação do meio ambiente, promovendo os princípios básicos da sustentabilidade: Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

Ao Colégio Nhyamunda, a escola que mais lixo recolheu, o Banco em parceria com o projecto de educação musical Musiarte, ofereceu um Campo de férias de quatro dias. As crianças tiveram a oportunidade de criar e produzir instrumentos musicais a partir dos resíduos recicláveis recolhidos. Dois professores do colégio foram responsáveis pela criação de uma orquestra com as crianças que participaram nas oficinas de artes plásticas e com os instrumentos por elas criados. Os ensaios decorreram durante o campo de férias e a orquestra foi apresentada aos pais e convidados no encerramento do ano lectivo.

“Campanha de Segurança Rodoviária”

Com o objectivo de contribuir para a redução do elevado número de acidentes que anualmente se regista, este projecto que decorre desde 2010, procura formar e alertar a comunidade escolar para os reais perigos da estrada.

Através da realização de palestras dirigidas a professores e entidades ligadas à educação infanto-juvenil, e de visitas de Polícias de Trânsito às escolas, o projecto pretende inovar a forma de enraizar uma cultura de segurança rodoviária no quotidiano dos mais novos, através da transmissão de informação por especialistas na temática àqueles que são os grandes disseminadores da mensagem junto das crianças: os seus professores.

Tendo como principal dinamizador a seguradora Ímpar, este projecto conta ainda com a parceria do Millennium bim, do Departamento de Trânsito da Polícia da Republica de Moçambique (PRM) e do INATTER – Instituto Nacional de Transportes Terrestres.

Olimpíadas Bancárias Millennium bim

Projecto de literacia financeira, que aposta por um lado, na formação de uma nova geração de consumidores de serviços financeiros, incutindo nos mais jovens, a importância que a boa gestão do dinheiro tem no seu desenvolvimento pessoal e na sua formação profissional e por outro lado na criação de momentos que proporcionam a professores a troca de ideias de como este tema deve ser trabalhado nas escolas.

Em 2016, as 10 escolas participantes foram representadas por 400 alunos, sendo que após a realização dos exames, foram distinguidos os 4 melhores alunos de cada escola, apurando os 40 finalistas. Os finalistas frequentaram um workshop de empreendedorismo onde, juntamente com os seus professores, trabalharam diversos temas financeiros com o intuito de promover as suas capacidades para desenvolver uma ideia inovadora a ser apresentada na grande final, utilizando os instrumentos financeiros correctos para a sua implementação prática.

Este ano, as Olimpíadas Bancárias Millennium bim surgiram com um novo formato em que agora os vencedores são os alunos e não as escolas, estimulando-se assim o êxito pessoal de cada jovem, premiando as suas capacidades pessoais e de grupo. Foram atribuídos prémios a todos os 40 finalistas, que receberam material escolar e vários livros de grandes autores moçambicanos como Mia Couto e Calane da Silva.

Dia Mundial da Poupança

O Dia Mundial da Poupança é o mote para se trabalhar com as escolas a importância do tema na formação dos alunos.

O projecto “A Poupança nas Escolas” foi realizado, durante os meses de Setembro e Outubro, em 34 escolas de todo o país e abrangeu mais de 3.500 alunos.

O projecto “A Poupança nas Escolas” desenvolveu entre outras actividades a realização de workshops e acções de formação para professores e alunos sobre questões essenciais sobre a poupança. Estas actividades, que se realizaram durante os meses de Setembro e Outubro, permitiram aos 3500 alunos das 34 escolas atribuídas ao Millennium bim, beneficiar de um ensino constituído por matérias de economia e poupança.

Nos estabelecimentos de ensino, os alunos através da realização de trabalhos manuais, decoraram a escola com material reciclado e mensagens alusivas à poupança. Foram criados diversos concursos, onde os alunos foram desafiados a pensarem e estruturarem um plano para atingirem os seus objectivos. Os melhores trabalhos foram premiados.

A par das actividades desenvolvidas nas escolas, o Banco promoveu também na sua página de facebook, uma campanha alusiva ao tema, onde através do infografismo promoveu a importância do tema da poupança.

Brincando sem Fronteiras

Projecto do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, ao qual o Millennium bim e a Impar se associaram. Destinado a crianças, entre os 6 e os 12 anos, este projecto pretende proporcionar a crianças portadoras de deficiência momentos propícios à prática do exercício físico, de jogos e brincadeiras que trabalham a sua relação interpessoal, o respeito, a tolerância, a auto-estima, entre outros valores.

Em Maputo 300 crianças, juntaram-se na Escola Secundaria da Polana e durante um sábado tiveram a oportunidade de praticarem vários desportos, nomeadamente, minibasquete, voleibol, atletismo, arco, ginástica e ainda corrida de sacos. Para além das actividades físicas os alunos participaram em workshops de reciclagem, teatro, artes plásticas, poesia, canto e leitura, desenvolvendo assim a sua imaginação, criatividade, capacidade motora e de raciocínio.

Dia Mundial da Criança

No âmbito das comemorações do dia Internacional da Criança, o Millennium bim, associou-se à Musiarte, e desenvolveram um ensaio musical junto dos 1.700 alunos da Escola Primária do Alto Maé, em Maputo. Esta iniciativa decorreu durante a manhã e juntou todos os alunos da Escola num espectáculo alusivo às celebrações do Dia Mundial da Criança, onde foram entoadas músicas com um forte apelo à Paz: Pomba Branca, o Hino da Alegria, entre outras. A celebração contou com um público muito entusiasta onde pais, professores e outros convidados deram um forte aplauso aos jovens artistas.

Musiarte

O projecto Musiarte foi criado em 2014, e é uma iniciativa das conceituadas cantoras de Ópera, Stella Mendonça e Sónia Mocumbi, tendo como principal objectivo identificar e promover jovens talentos independentemente das condições sociais.

O Millennium bim estabeleceu uma parceria com este projecto de educação musical com o objectivo de proporcionar as condições adequadas para o funcionamento do Conservatório Nacional de Música e Arte Dramática, assim como desenvolver de projectos que fomentem em crianças e professores o gosto pela aprendizagem da música.

Saúde

O contributo na área da saúde traduz-se no apoio à execução de projectos que possam proporcionar uma maior qualidade do sistema de saúde moçambicano, quer seja através de projectos de longa duração, quer seja respondendo a solicitações de intervenção imediata.

Capacitação do Hospital Central de Maputo

A decorrer desde 2014, este projecto consiste em contribuir para a melhoria dos cuidados integrados ao doente oncológico no Hospital Central de Maputo, através da melhoria do rastreio, diagnóstico, tratamento e registo das doenças oncológicas.

O Millennium bim, a Fundação Millennium BCP, a Fundação Calouste Gulbenkian o Instituto Camões-Instituto de Cooperação e da Língua I.P. e o Ministério da Saúde, são parceiros no projecto “Atenção integrada ao doente oncológico - Reforço da capacidade institucional do Hospital Central de Maputo”.

Numa acção concertada com várias instituições portuguesas, este projecto prevê a intervenção em sete serviços do Hospital Central de Maputo: Oncologia, Anatomia Patológica (responsável pelo diagnóstico anatomopatológico de toda a zona sul do país), Radiologia, Unidade da Dor, Anestesiologia, Farmácia e Patologia Clínica (Laboratório de análises clínicas e Banco de Sangue).

Cultura

Através do apoio e promoção de manifestações de criação artística, o banco assume o seu claro compromisso para com o desenvolvimento da cultura e artes moçambicanas.

Núcleo de Arte

O Millennium bim, como Mecenas do Núcleo de Arte desde 2013, continuou a apoiar a divulgação das várias manifestações de criação artística que foram trabalhadas e expostas neste espaço cultural.

Lançamento do Livro “A Cor dos Bichos”

Promover hábitos de leitura entre os mais novos e contribuir para o reforço da qualidade do ensino em Moçambique são os principais objectivos da parceria estabelecida pelo Millennium bim e pela Seguradora Ímpar, com os escritores Calane da Silva e Ana Paula Oliveira.

“A Cor dos Bichos” é nova obra dos dois escritores, uma colectânea de contos, para os mais novos, que aborda temas da natureza, em particular da vida dos animais, que segundo Calane da Silva procura transmitir uma mensagem “para sermos mais humanos, mais compreensivos em relação ao próximo e, sobretudo, não olharmos as pessoas pela cor da pele, sua ideologia, sua maneira de estar e pensar. Temos de aceitar o outro como ele é.”

Esta parceria contempla ainda uma série de iniciativas que associam a leitura ao desenvolvimento de outras actividades lúdicas, como é exemplo o trabalho com os jovens atletas que participaram no Torneio Minibasquete Millennium bim onde para além da prática do desporto tiveram a oportunidade de frequentar oficinas de expressão plástica, música e teatro.

Este projecto, para além da oferta de 3.000 livros ao Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, a serem distribuídos por escolas do país, contempla ainda uma série de iniciativas que associam a leitura ao desenvolvimento de outras actividades lúdicas. Como exemplo, temos o trabalho com os jovens atletas que participaram no Torneio Minibasquete Millennium bim onde para além da prática do desporto tiveram a oportunidade de frequentar em oficinas de expressão plástica, música e teatro.

Parceria Fundação Fernando Leite Couto

A parceria com a Fundação Fernando Leite Couto, visa impulsionar a Galeria de Arte da Fundação através da realização de exposições de obras de artistas nacionais e internacionais, assim como o lançamento e promoção de novos artistas.

Também a preocupação em contribuir para o incentivo à leitura e promoção da Língua Portuguesa, leva o Banco a apoiar um mais conceituados escritores moçambicanos, Mia Couto, na trilogia “As Areias do Imperador”, em 2016 como o lançamento do 2º volume “A Espada e a Azagaia”.

Parceria com a Lusomundo

No mês das festividades natalícias, o Millennium bim juntou-se à Lusomundo para proporcionar um dia diferente a mais de 200 crianças da Casa do Gaiato e da Comunidade Sant' Egídeo que nunca tinham tido oportunidade de ir ao cinema. Foi num ambiente de grande animação, alegria e muita festa que estas crianças assistiram a um filme em 3D.

Intervenção Comunitária

Construção de Fontanários

As populações das localidades de Muxungué e Guvuro, nas províncias de Sofala e Inhambane, respectivamente, contam, com 2 fontanários que vão garantir o seu acesso a água potável. Esta foi uma iniciativa do Millennium bim que identificou esta necessidade na altura em que foram construídos os balcões nestas localidades, reforçando o seu compromisso de desenvolver a sua actividade contribuindo para o desenvolvimento social local. Os fontanários vão servir as mais de 700 famílias, em cada uma das regiões, melhorando significativamente as suas condições de vida, uma vez que, anteriormente estavam obrigadas a percorrer grandes distâncias para ter acesso a água potável.

Ambiente

O Millennium bim tem apoiado e desenvolvido projectos que trabalham para a consciencialização das comunidades locais sobre a problemática ambiental e que implementam projectos com o propósito de preservar o meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Caixotes do Lixo

O Millennium bim associou-se ao ISARC - Instituto Superior de Artes e Cultura para desenvolver um projecto de decoração e pintura de caixotes do lixo para colocar em zonas movimentadas de Maputo. Os caixotes foram decorados com pinturas a óleo alusivas a temas tão distintos como fauna, cidadania, urbanismo e capulana.

Os estudantes do 3º ano do Curso de Artes Visuais, puderam desta forma entrar em contacto com diferentes materiais e projectos culturais com impacto na sociedade, enriquecendo a sua aprendizagem e percurso artístico. Esta iniciativa teve como base o projecto realizado no ano passado em que foram oferecidos à FEIMA – Feira de Artesanato, Flores e Gastronomia de Maputo, 18 caixotes do lixo pintados por vários artistas.

Este projecto tem como objectivo incutir na comunidade em geral noções de responsabilidade ambiental, dando destaque ao caixote do lixo como instrumento essencial para a preservação do ambiente, para além de contribuir para uma cidade mais limpa, com mais cor e com a cultura moçambicana a embelezar as suas ruas.

Árvore de Natal

Pela 1.ª vez, a província da Beira recebeu uma Árvore de Natal ecológica construída com 3.000 garrafas plásticas.

No âmbito do projecto “Uma Cidade Limpa Para Mim- Recicla e Ganha” e em coordenação com a AMOR - Associação Moçambicana de Reciclagem, alunos de 10 escolas secundárias da cidade da Beira participaram nesta iniciativa. O objectivo é sensibilizar a comunidade escolar e os mais jovens para a limpeza e reciclagem do lixo.

Voluntariado

O projecto de voluntariado empresarial incentiva Colaboradores e famílias a participar em acções de interesse social e comunitário, concretizando projectos que as instituições abrangidas desejam realizar, mas para os quais não têm meios humanos e financeiros.

Millennium bim Responsável - Voluntariado Empresarial

Em 2016, realizaram-se três acções:

- Colaboradores do Millennium bim e da Ímpar apoiam vítimas da seca

Os Colaboradores do Millennium bim e da Ímpar promoveram uma campanha a nível nacional com o objectivo de angariar bens de primeira necessidade para apoiar as comunidades locais afectadas pela seca, que atingiu a região sul do país. A entrega dos bens que foi realizada ao Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) contou com mais de 9 toneladas de produtos alimentares de primeira necessidade - como feijão, arroz, farinha, açúcar, e ainda diversas roupas e calçado. Foram, ainda, oferecidas 8 bicicletas, com o objectivo de auxiliar o Comité Local de Gestão de Calamidades, no seu acompanhamento às comunidades locais.

- Escola Cidadela das Crianças, da ADPP - Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo – Maputo

O projecto de actividades extra curricular para os alunos da Escola Cidadela das Crianças teve o apoio do Millennium bim durante os últimos 3 anos, onde foram criadas 2 oficinas de Costura e Carpintaria. Com a realização deste projecto pretendeu-se melhorar a actividade de formação profissional ministrada por esta instituição, criar as condições necessárias para que as crianças aprendessem um ofício, incentivando assim o empreendedorismo, e ainda, criar uma oferta de serviços à comunidade, de forma a angariar o valor necessário para as despesas de funcionamento das oficinas. Com o objectivo de dar continuidade ao projectos de actividades extracurriculares, 30 Colaboradores do Banco passaram um dia na Escola Cidadela das Crianças, a trabalhar com alunos e professores na definição de uma estratégia adequada para tornar as oficinas num projecto sustentável. Assim, sob a orientação do ICEM – Instituto de Capacitação e Empreendedorismo de Moçambique, alunos e professores assistiram a um workshop, onde com a ajuda dos 30 Colaboradores Voluntários, aprenderam como se deve planificar, organizar e executar um plano de vendas aplicado à sua realidade.

- Escola Primária Unidade 25 - Maputo

Foram mais de 30 os Colaboradores que em mais uma acção de voluntariado empresarial, criaram uma nova biblioteca recheada com cerca de 250 livros cedidos pela Associação HELPO para os alunos de uma Escola Primária em Maputo. Transformar um edifício degradado num espaço adequado para receber uma biblioteca foi o grande desafio destes voluntários: trocou-se a cobertura, melhorou-se o sistema eléctrico, substituíram-se vidros partidos, tratou-se das madeiras, deu-se cor às paredes e, no exterior, os canteiros ganharam protecções coloridas e foram colocados novos caixotes do lixo. Os 2.000 alunos que frequentam a Escola Unidade 25 beneficiam agora de um espaço adequado para a leitura.

- Infantário Provincial de Nampula - Nampula

Em parceria com a associação HELPO, 20 Colaboradores do Millennium bim na província de Nampula e seus familiares desenvolveram várias actividades em conjunto com as crianças e jovens residentes no Infantário Provincial de Nampula, incluindo aulas de nutrição, pintura dos muros e actividades desportivas. Foi um dia gratificante e com muita animação.

- Hospital Provincial de Inhambane - Inhambane

Os 25 Colaboradores, que participaram na acção de voluntariado na província de Inhambane puseram mãos à obra e realizaram um conjunto de trabalhos de apoio à reabilitação do serviço de pediatria do Hospital Provincial de Inhambane. A iniciativa teve como objectivo melhorar as condições de habitabilidade das crianças que passam por este serviço, tendo os Colaboradores do Banco assumido parte da realização dos trabalhos de pintura, limpeza e arrumação de todo o equipamento médico e mobiliário da sala de tratamentos, gabinete médico, quarto de doenças infecciosas, casas de banho e jardim do serviço de pediatria. No final dos trabalhos houve ainda tempo para um momento de convívio em que Colaboradores e crianças da unidade de pediatria brincaram e fizeram uma árvore de Natal.

ACTIVIDADE DO MILLENNIUM BIM EM 2016

Colaboradores

O excelente desempenho do Millennium bim assenta, antes de mais, nos seus Colaboradores. Neste sentido, as actividades de Gestão de Recursos Humanos de 2016 estiveram focadas na consolidação de três pilares: (i) Atracção e Retenção de Talento; (ii) Formação e Desenvolvimento do Colaborador; e (iii) Aprimoramento do sistema de avaliação de desempenho.

Caracterização demográfica

Em 2016 houve um aumento de 1,8% no quadro de pessoal do Millennium bim, tendo passado de 2.505 para 2.551 colaboradores. Não obstante o aumento do número de Colaboradores, comparativamente ao ano de 2015, em 2016 a divisão de Colaboradores pelos Serviços Centrais e pela Rede Comercial, mantem-se igual, nomeadamente 33% e 67% respectivamente. O mesmo acontece ao nível da distribuição de Colaboradores por género, tal como no ano de 2015, o Millennium bim tem vindo a apresentar uma estrutura equilibrada de género, com uma percentagem de colaboradores do sexo feminino (52%) ligeiramente maior que os do sexo masculino (48%). É de referir que o género feminino é predominante dentro da Rede Comercial (58%), comparativamente aos Serviços Centrais (41%).

Atracção, retenção e talento

Tendo em conta a incerteza do contexto económico e social experienciado ao longo do ano de 2016, o Millennium bim adoptou uma postura bastante proactiva mas, ao mesmo tempo, cuidada, no sentido em que procuramos balancear as iniciativas de alavancagem do stock de talento da Instituição, com as de atracção de novo talento para suprir as necessidades capacidades necessárias para o desenvolvimento sustentável do Banco.

No primeiro grupo de iniciativas, mais viradas para o interior do BIM, ou seja para a retenção e desenvolvimento do talento, grande parte do esforço foi dedicado a um levantamento do ponto de situação do modelo de desenvolvimento de carreira em vigor. Numa primeira etapa a análise debruçou-se sobre os serviços das redes da área comercial, tendo sido identificada como uma das prioridades, a necessidade de se identificarem os Colaboradores preparados para assumir funções superiores (na sua rede) ou similares (noutras redes). Para esse efeito deu-se início a preparação de um modelo que estabelece critérios claros para identificação desses Colaboradores, assim como os trajectos de carreira possíveis.

Vale ainda, destacar a revitalização do programa de mobilidade interna denominado de “Bolsa de Oportunidades”. Trata-se de programa que promove a mobilidade interna dos Colaboradores, potenciando, deste modo o desenvolvimento das suas carreiras, a troca de experiencia e o ganho de novo conhecimento, tendo sido preenchidas 28 das 36 vagas publicadas neste âmbito. Em 2016, 78% das vagas internas foram preenchidas com recurso à Bolsa de Oportunidades.

Já no segundo grupo de actividades, mais orientadas para a atracção de novo talento, o modelo de recrutamento foi aprimorado, tornado mais exigente e mais transparente. Para esse efeito passamos a dispor de uma plataforma electrónica própria de gestão do recrutamento assim como a fazer uso intensivo das redes sociais profissionais para encontrarmos os talentos que de facto fazem a

diferença. Finalmente foram desenvolvidas parcerias internacionais para recrutamento de quadros moçambicanos jovens e recém-licenciados no estrangeiro.

Por último de forma a melhorar a qualidade das candidaturas, mas também, com vista a atrair candidatos mais adequados à cultura organizacional do Millennium bim, foi lançada uma plataforma de recrutamento, uma base de dados de Candidatos alimentada por recomendações feitas pelos Colaboradores. Através deste sistema de recomendações foram preenchidas 26 vagas.

Formação

Os colaboradores abrangidos por acções de formação ao longo do ano de 2016 superou todos os anteriores, foram 2.047 colaboradores formados em 56.511 horas de formação. Estes números só foram possíveis através da crescente aposta no modelo de formação via e-learning.

Ainda no âmbito da formação, a Direcção de Recursos Humanos (DRH) em 2016 adoptou uma abordagem de liderança assente num forte foco no desenvolvimento de capacidades individuais de liderança dos gestores. Neste âmbito vale a pena destacar as três iniciativas: (i) o Programa de Liderança Comercial “ Mais Corporate” orientado para a Direcção de Corporate Sul, no segundo trimestre de 2016; (ii) o Programa de Desenvolvimento de Competências Comerciais e de Liderança desenvolvido para os Directores Coordenadores/Comerciais do Retalho, entre 10 e 22 de Outubro e; (iii) o Programa LEAD (Liderar Equipas de Alto Desempenho) orientado para Coordenadores de Equipa.

Sistema de avaliação de desempenho

Tendo em conta a necessidade de assegurar uma contínua e crescente robustez do Sistema de Avaliação de Individual de Desempenho (SAID) do Millennium bim, foram introduzidas alterações que entram em vigor já no ciclo de avaliações de 2016. Neste sentido é pertinente destacar o: i) alargamento da escala de avaliação 3 para 5 níveis; ii) estabelecimento de peso mínimo de 50% dos objectivos para todas as funções; iii) alinhamento de objectivos para cada uma das funções comerciais iv) e realizaram-se “Reuniões de Calibração” que visa a normalização dos critérios de avaliação através de uma análise comparativa, realizada em grupos divididos por níveis hierárquicos (C.E, 1ºs responsáveis, 2ºs responsáveis).

O aprimoramento do método de avaliação torna o SAID mais útil para a gestão e desenvolvimento dos Colaboradores, reduz a arbitrariedade na interpretação e aplicação dos critérios de avaliação e facilita o aprofundamento da cultura de responsabilização pessoal pelo desenvolvimento das respectivas carreiras.

Análise das áreas de negócio

O plano estratégico para 2016 visou o reforço da liderança do Banco nos segmentos de actuação, tendo por base o foco na melhoria contínua da qualidade do serviço, por forma a fazer crescer a base de Clientes na rede do Banco, e a expansão dos canais, no sentido de estar cada vez mais próximo dos Clientes.

De igual modo, o Millennium bim manteve o foco no aumento da inclusão financeira e desenvolvimento económico de Moçambique, através da parceria firmada com os Correios de Moçambique, consistindo na expansão da rede, pela abertura de balcões conjuntos, e balcões do Millennium bim em instalações dos Correios de Moçambique, aproximando-nos dos nossos Clientes em vários distritos.

Segmentos de Negócio

Em 2016, aprovaram-se novos critérios de segmentação para Clientes Particulares e Empresas. Em simultâneo, autonomizou-se a Rede de Balcões Prestige da Rede de Balcões Empresas para, respectivamente, servir melhor os Clientes Particulares *affluent* e as Pequenas e Médias Empresas.

Nas redes de Retalho e na rede Corporate foi introduzido um sistema de incentivos para premiar, trimestralmente, os melhores desempenhos comerciais.

Banca de Retalho

Em 2016, o Banco continuou a estratégia de expansão da sua rede comercial com a abertura de novos balcões, atingindo 176 no final do ano, tendo o número de Clientes ultrapassado os 1,5 milhões. Em parceria com os Correios de Moçambique abriram-se 5 novos Balcões em Matutuíne, Muecate, Mocuba, Moma e Beira. Abriu também ao público um balcão na Machava, Av. das Indústrias. A banca de retalho representa uma forte componente do negócio do Millennium bim pelo que a estratégia de abertura de novos balcões em todo o país é um importante factor de aproximação do Banco às populações não bancarizadas, de reforço da proximidade e de descongestionamento dos balcões já existentes.

Em simultâneo, foram seleccionados mais balcões para abrir aos sábados, sendo no total 52. O horário diferenciado dos Balcões foi também actualizado. E a rede de agentes autorizados “Millennium bim Jájá” encerrou o ano com mais de 120, a cobrir a maior parte dos distritos do País.

Prestige e Empresas

Em 2016, a Rede Prestige foi dividida, tendo sido lançada a Rede Empresas, sendo os Clientes Particulares *affluent* e as Empresas atendidos, respectivamente, em cada Rede. O elevado número de novos clientes captados ao longo de 2016, bem como o crescimento do volume de negócios registado nos Clientes já existentes deixa-nos a certeza de estarmos a caminhar no sentido certo e estimula-nos a procurar novas e cada vez melhores formas de satisfação e retenção de clientes destes segmentos.

Nas Redes Prestige e Empresas é privilegiado, não só o serviço personalizado, com a existência de Gestores de Clientes dedicados, mas também um vasto conjunto de vantagens diferenciadas que

incluem benefícios nos cartões de débito e de crédito, oferta de seguros, internet banking e soluções mobile.

Corporate

Durante o ano de 2016, o Banco procedeu à reorganização da rede Corporate, que se encontra presente nas cidades de Maputo, Beira, Nampula e Nacala.

A reorganização referida, e de forma contínua, tem em vista garantir uma mais adequada distribuição das carteiras dos Clientes pelos gestores por forma a assegurar a sua especialização por sectores de actividade, bem como permitir que os gestores dispusessem de mais tempo para a actividade comercial e, assim, promovessem um maior número de visitas aos clientes.

Ao longo do exercício ora findo, as equipas comerciais do Corporate desempenharam um importante papel na detecção e angariação de operações relacionadas com alguns dos projectos mais relevantes no país, o que permitiu colocar o Banco como um parceiro financeiro incontornável no contexto das grandes empresas em Moçambique.

Inovação, Produtos e Campanhas

O lançamento de um novo cartão de crédito, + Mola, dirigido a Clientes Particulares do segmento mass market foi promovido com a atribuição de bilhetes para o Festival AZGO, do qual o Millennium bim é patrocinador.

As campanhas de publicidade multi-meios alusivas a produtos como o cartão de crédito + Mola e a APP para SmartPhones, Smart IZI, a par da difusão de uma campanha institucional marcaram o exercício de 2016. Esta última, tratou-se de campanha de posicionamento, que reflectiu não só o compromisso do Banco, como os valores que lhe estão inerentes – Proximidade, Inovação, Dinamismo – todos eles expressos numa nova assinatura de Marca: “Aqui consigo”.

Num contexto macro-económico desafiante, o Millennium bim pretendeu reafirmar a sua presença no mercado enquanto Banco Comercial de referência em Moçambique, aproveitando o duplo sentido da expressão “Aqui consigo”

- “Aqui consigo”, no sentido da proximidade e da relação de parceria do Banco com os seus clientes, ao longo do seu ciclo de vida
- “Aqui consigo”, no sentido da entrega eficiente de soluções e dos serviços financeiros que o Banco providencia aos seus clientes

A Campanha procurou, num tom emocional, inspirador mas realista, incentivar o País e todos os nossos clientes e potenciais clientes a empreender para ultrapassar dificuldades, transmitindo uma mensagem de que, com rigor, trabalho e dedicação é possível alcançar os seus objectivos. E de que nesse contexto e com essa atitude, o Millennium bim estará presente no apoio e concretização desses objectivos. Sempre com o profissionalismo e dedicação que caracterizam os nossos gestores.

Este novo posicionamento e actualização da comunicação publicitária e dos layouts de merchandising, surgem na sequência de um Estudo de Mercado realizado no início de 2016.

2016 foi também o ano em que o Banco inaugurou a sua página no Facebook, a rede social mais popular em todo o mundo e que se estima ter mais de 1 milhão de utilizadores em Moçambique.

O objectivo é partilhar conteúdos relevantes gerados pela actividade do Banco através desta rede social. O crescimento da comunidade de fãs seguidores da página foi expressivo tendo, em poucos meses, ultrapassado os 114 mil fãs.

A 5 de Julho foi inaugurado pelo Senhor Presidente da República o primeiro balcão resultante da parceria exclusiva estabelecida entre o Banco e os Correios de Moçambique para, em complemento à distribuição de serviços postais, disponibilizar nas suas agências produtos e serviços bancários, tendo como objectivo promover a bancarização e inclusão financeira das populações mediante a integração de balcões ou implementação de agentes bancários. Paralelamente, esta parceria contribuirá também para a requalificação do património imobiliário dos Correios de Moçambique.

Na mesma ocasião foi lançada a APP para aberturas de conta com recurso a assinatura digital através de um *tablet*. Esta solução *paperless* permite maior flexibilidade à rede comercial na captação de novos clientes, em particular fora dos Balcões.

Relativamente a aplicações a prazo, foram lançados os depósitos a prazo “Aniversário”, “com juros antecipados”, “Boas-Vindas”, para novos Clientes em novos Balcões, a “Conta Rentabilidade POS”, para quem detenha um POS do Banco e, para o segmento de Particulares *affluent*, os Prestige Valorização e Rendimento Mensal. Para este segmento, foi também lançado o Crédito Pessoal Prestige.

Para apresentação do M Líder, um programa que visa reconhecer as PME de Excelência de Moçambique, disponibilizando melhores condições na adesão aos produtos e serviços do Banco, realizou-se o evento “Negócios do Millennium” na Beira, reunindo empresários e representantes de empresas.

Foi estabelecida uma parceria com o FSD Moç (*Financial Sector Deepening*) que tem como objectivo contribuir para o desenvolvimento do mercado, promovendo a inclusão financeira das populações e o apoio às PME.

A oferta de produtos e serviços para os mineiros da África do Sul foi revisitada, bem como a oferta para Pensionistas. Foi lançado um serviço de gestão de alertas, que permite aos Clientes personalizar o envio de alertas por email e/ou SMS relativos a movimentos a débito ou a crédito realizados na sua conta á ordem.

Banca Electrónica

Com o objectivo de melhorar os serviços financeiros prestados aos seus Clientes o Banco disponibiliza, também, 478 ATM e 8.103 POS.

O Millennium bim foi, em 2016, uma vez mais distinguido pelo seu desempenho no sector bancário, tendo sido galardoado na categoria “Efficiency”, no âmbito dos VISA Global Service Quality Awards. Esta eleição da VISA Internacional representa um reconhecimento pelo desempenho do Banco em áreas estratégicas de actividade e na implementação e gestão dos cartões de débito e crédito.

Este galardão foi atribuído com base numa análise criteriosa, que tem em consideração indicadores de performance e gestão como a eficiência, crescimento e níveis de satisfação dos Clientes titulares de cartões Visa. Recorde-se, que o Millennium bim foi a primeira e é a única instituição financeira em Moçambique a ser certificada pelo PCI-SSC (Payment Card Industry – Security Standards Council)

pelos seus sistemas de segurança no que respeita à utilização dos cartões de crédito por parte dos seus Clientes.

O Millennium bim foi ainda considerado *Best Bank* pela revista *Emea Finance* e como o melhor Banco em Moçambique a disponibilizar soluções de *Trade Finance*, pela revista *Global Finance*.

No seguimento da sua estratégia de Inovação, ao longo do ano 2016, o Banco levou a cabo várias actividades de desenvolvimento informático na área da banca digital, nomeadamente nas soluções internet e mobile banking.

O Banco lançou uma nova versão dos websites Particulares, Empresas e Institucional. Intuitivo, funcional e rápido, são as características desta nova versão dos websites Millennium bim, permitindo a partir de agora uma navegação mais simples.

O novo website tem várias novidades, como uma nova estrutura de menus organizados de acordo com a categoria da transacção, que abrem com over-mouse de forma mais intuitiva e acessível para os utilizadores, personalização de acessos rápidos às transacções mais usadas pelo Cliente e acesso directo ao Património Financeiro. Para além destas alterações, o novo website também oferece uma imagem mais moçambicana, com o padrão da capulana como detalhe diferenciador.

Os Clientes beneficiam agora de uma página principal de Internet Banking com informações sobre mensagens, próximos pagamentos, património e uma área de publicações de novos conteúdos e novidades, sendo que cada Cliente poderá personalizar a sua conta principal de acordo com as suas transacções e acções mais frequentes.

Ao longo do exercício de 2016 foram igualmente implementadas novas funcionalidades, designadamente: pagamento de INSS, recargas de TV, introdução do conceito de conta principal, motor de busca, pedido de cartões de crédito e pagamentos antecipado/reforço de cartões de crédito, no site Empresas.

No que respeita o mobile banking, foi lançada a APP para smartphones, Smart IZI, para Android e iOS. Tal como no Millennium IZI, o Cliente pode executar, com conveniência, um conjunto de transacções do quotidiano desde compra de recargas, Credelec, pagamento de pacotes TV, efectuar transferências, entre outras.

Operações e Sistemas de Informação

Durante o ano de 2016 o Millennium bim continuou o investimento em iniciativas tecnológicas com vista à optimização de processos internos que resultem numa prestação de serviço ao Cliente cada vez melhor e mais célere. Estes são factores imprescindíveis na prossecução de um serviço de excelência, enquadrado nas melhores e mais recentes práticas de tecnologias de informação. Dos vários aspectos desenvolvidos este ano, focamos:

- **Projecto PCI/DSS.** Criado pela Visa, Mastercard, Discover e American Express, o PCI/DSS (*Payment Card Industry Data Security Standard*) é um conjunto de regras, normas e procedimentos standardizados com vista à optimização da segurança das transacções com cartões, e protecção dos titulares dos mesmos contra utilização fraudulenta. O Millennium bim obteve novamente a certificação, sendo a única instituição financeira em Moçambique certificada, e uma de apenas 16 em todo o continente africano.

- Implementação de melhorias no **workflow de crédito**, nomeadamente no fluxo de autorizações, otimizando o circuito da validação e aprovação de crédito, com impacto tanto na decisão de crédito como na rapidez do seu desembolso.
- Otimização de processos e normalização de procedimentos com vista a uma **gestão de colaterais** mais eficaz.
- Melhorias no **processo de abertura de conta**, introduzindo não só a capacidade de abertura de conta através de *tablets*, dinamizando as iniciativas comerciais de captura de Clientes, como reforço do controlo interno no workflow de abertura de conta.

Seguradora Internacional de Moçambique

No ano 2016, a receita de prémios da Seguradora Internacional de Moçambique foi de 1.963,1 milhões de Meticais, que corresponde a um crescimento de 8,9% face ao período homólogo de 2015 onde se registou um volume de prémios na ordem de 1.803,7 milhões de Meticais.

Esta evolução positiva da receita processada, teve o contributo fundamental, nomeadamente: do ramo Incêndio com um crescimento de 121,8%, devido ao impacto positivo dos grandes negócios; o ramo Automóvel com um crescimento de cerca de 13,3%, influenciado por um posicionamento estratégico desta seguradora, face a maior competitividade deste produto no mercado, permitindo assim a captação de novos negócios; realçamos também o ramo Responsabilidade Civil que cresceu 68,5% impulsionado pela captação de grandes negócios no 1º semestre de 2016 e, ainda, o ramo Marítimo com um crescimento de 58,0%.

Na análise por segmentos, destaca-se o Não-Vida que cresce 9,15%, em resultado do bom desempenho dos ramos reais, mencionados no parágrafo anterior. Sendo que o segmento Vida apresentou um crescimento de 7,92%.

O resultado líquido da Seguradora Internacional de Moçambique foi de 2.102,0 mil milhões de Meticais, um crescimento de 295,2% face ao período homólogo de 2015, justificado fundamentalmente pelo crescimento da receita nos ramos reais impulsionado pelos grandes negócios, pela rentabilidade dos investimentos e ainda pelos ganhos não recorrentes resultantes da reavaliação dos imóveis. Excluindo o ganho resultante da reavaliação dos imóveis, o resultado da Seguradora Internacional de Moçambique cresce de forma sustentável em 22,7% face ao período homólogo e 12,2% acima do orçamento.

Prosseguindo com a inovação tecnológica e no sentido de melhorar os nossos níveis de serviço ao cliente e parceiros de negócio, implementamos em 2016, o Sistema de Gestão Documental, que permitiu a eliminação do papel no circuito interdepartamental e na gestão funcional da companhia.

Ainda no exercício de 2016, com o apoio dos nossos parceiros internacionais realizamos a primeira reunião estratégica comercial que resultou na definição de um plano de acção para os próximos três anos.

No que respeita à comunicação, divulgação e promoção da imagem da Seguradora, foram reforçadas as campanhas publicitárias e de marketing. Neste âmbito, foi organizada a primeira edição da Caminhada Impar; continuamos também, em parceria com o Millenniumbim, a participar na Corrida Millennium BIM. Renovamos a nossa oferta ao cliente com o lançamento de um novo produto Multirisco Habitação; e reestruturamos os produtos dos ramos Vida e o Automóvel Í-Auto. Estas

acções geraram um maior dinamismo e crescimento nas vendas, bem como um impacto significativo junto dos nossos parceiros estratégicos no negócio.

Mais uma vez, num ambiente económico adverso que o país viveu, e resultado de uma estratégia clara e ambiciosa, aliada à abnegação e total entrega dos colaboradores da companhia, pudemos manter os níveis de crescimento e elevados rácios económico-financeiros sustentáveis, permitindo assim que, pelo terceiro ano consecutivo, a Seguradora Internacional de Moçambique fosse distinguida com a atribuição, da notação AA-, a mais alta já atribuída a uma seguradora em Moçambique, pela prestigiada agencia Global Credit Ratings ("GCR").

Gestão de risco

O Sistema de Gestão de Riscos (SGR) do Millennium bim continuou a ser reforçado e consolidado, tanto no que se refere aos mecanismos de controlo e de monitorização dos diversos riscos que incidem sobre as actividades desenvolvidas, como no que diz respeito à respectiva medição e avaliação.

De forma sintética, as principais actividades desenvolvidas e as intervenções mais relevantes da Gestão de Risco em 2016, bem como algumas concretizações relevantes para o reforço e aperfeiçoamento do SGR do Millennium bim foram as seguintes:

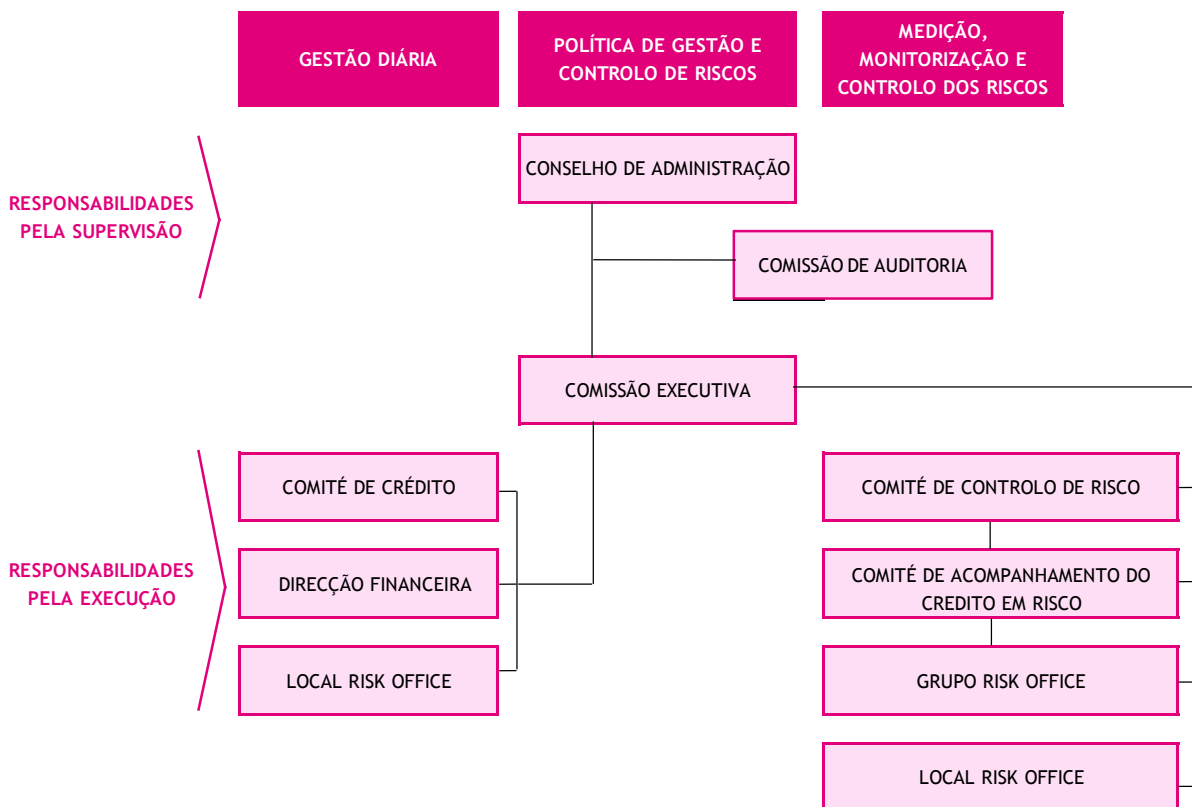
- i. Reforço do Governance de gestão de risco, através de afinações ao respectivo modelo e incorporação do Comité de Acompanhamento do Crédito em Risco;
- ii. Aprovação da RAS (*Risk Appetite Statement*) do Banco – um conjunto de indicadores de risco para os quais se definiram patamares/níveis a não ultrapassar/atingir, os quais traduzem o “Apetite de Risco” do Millennium bim e implementação das respectivas métricas;
- iii. Definição e implementação do Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno (*Internal Capital Adequacy Assessment Process* - ICAAP/Pilar II de Basileia), envolvendo os testes de esforço (*stress tests*) à luz da circular nº. 2/SCO/2013 do Aviso nº. 20/GBM/2013 de 31 de Dezembro do Banco de Moçambique e reporte anual do mesmo à entidade de supervisão;
- iv. Elaboração de diversos relatórios regulamentares, com destaque para os seguintes:
 - a. Relatório sobre o Risco de Concentração (Individual e Sectorial), que inclui não só os resultados como também o detalhe das metodologias adoptadas pelo Banco para a identificação, medição, controlo e acompanhamento deste risco, à luz da circular nº. 3/SCO/2013 do Aviso nº. 20/GBM/2013 de 31 de Dezembro do Banco de Moçambique;
 - b. Relatório sobre o Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária, à luz da circular nº. 4/SCO/2013 do Aviso nº. 20/GBM/2013 de 31 de Dezembro do Banco de Moçambique;
 - c. Relatórios sobre testes de esforço - análise de sensibilidade e testes de esforço-análise de cenários, que incluem não só os resultados como também o detalhe das metodologias adoptadas pelo Banco para o cálculo dos referidos testes de esforço, à luz da circular nº. 5/SCO/2013 do Aviso nº. 20/GBM/2013 de 31 de Dezembro do Banco de Moçambique;
 - d. Relatório de Disciplina de Mercado em cumprimento do Aviso 19/GBM/2013 de 31 de Dezembro. Em Maio e Agosto de 2016 o Banco publicou o seu terceiro e quarto relatório de Disciplina de Mercado, referente a Dezembro de 2015 e Junho de 2016;
- v. Conclusão do processo de validação de dados entre o Sistema Informacional de Gestão que alimenta o novo modelo de imparidade do Banco (KIWI) com a IDW e o sistema contabilístico (GL) do Banco, visando a reconciliação dos mesmos antes da entrada em produção do aplicativo, programada para Janeiro de 2017.
- vi. Conclusão dos projectos de reformulação dos Modelos internos (Workflows) para a Gestão de Grupos Económicos e Sinais de Alerta (EWS). O modelo EWS integra uma componente

robusta de registo de propostas de acções proactivas para evitar a efectivação ou agravamento do incumprimento, baseado em Incidências de Risco (IR) que se materializam em Níveis de Alerta (NA) e respectivos Planos de Acção (PA) visando minimizar o risco envolvido nas relações de conduta e de crédito entre o Banco e os seus clientes;

- vii. Conclusão do processo de análise dos *dossiers* de projecto para a implementação do novo Modelo de Rating para empresas;
- viii. Lançamento do projecto de reedesigno de Indicadores Chave de Risco KRI's (Key Risk Indicators) para a avaliação do desempenho dos diferentes processos de negócio do Banco visando ajusta-los ao estágio actual de desenvolvimento do mercado e à realidade actual do Banco;

MODELO DE GOVERNO DA GESTÃO DE RISCO DO MILLENNIUM BIM

O governo da gestão de risco é constituído por diversos órgãos, conforme ilustrado pela figura seguinte:



Para além do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, as competências e atribuições dos órgãos intervenientes na governação da gestão do risco – de gestão ou de supervisão interna – são as seguintes:

COMISSÃO DE AUDITORIA (CAud)

A CAud é composta por três membros permanentes e não-executivos do Conselho de Administração, estando sob a sua responsabilidade as matérias de fiscalização e supervisão da gestão do Banco, para além do acompanhamento das medidas qualitativas de aperfeiçoamento dos sistemas de controlo interno, bem como zelar pela independência do Revisor Oficial de Contas e emitir recomendação sobre a contratação de auditores externos.

É igualmente responsável pela recepção das comunicações de irregularidades apresentadas por Accionistas, Colaboradores ou outros *Stakeholders*, assegurando o seu acompanhamento pela Direcção de Auditoria Interna.

COMITÉ DE CONTROLO DE RISCO

É responsável, a nível executivo, pelo acompanhamento dos níveis globais de risco (riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional), assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos, os recursos financeiros disponíveis e as estratégias aprovadas pelo Conselho de Administração para o desenvolvimento da actividade do Banco.

Integram este Comité os membros da Comissão Executiva, o Group & Local Risk Officer, e os primeiros responsáveis das seguintes Direcções: Auditoria Interna, Financeira & Sala de Mercados e Centro Corporativo.

COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO DE CRÉDITO EM RISCO

Tem como função, tal como o nome pressupõe, acompanhar a evolução dos clientes de crédito com sinais de alerta, a evolução da imparidade dessas operações e definir proactivamente estratégias de recuperação.

Integram este Comité todos os Membros da Comissão Executiva e os responsáveis pelas seguintes Direcções: Crédito, Risk Office, Recuperação de Crédito, Operações, Banca de Investimento e Centro Corporativo.

RISK OFFICER

Compete ao Risk Officer a função de assegurar a monitorização e alinhamento de conceitos, práticas e objectivos transversais, informar o Comité de Controlo de Risco do Banco do nível geral de riscos e propor medidas para melhorar o ambiente de controlo e implementar os limites aprovados.

Capital económico

O processo interno de avaliação do capital (ICAAP - *Internal Capital Adequacy Assessment Process*) é uma componente chave de gestão de risco do Banco e consiste num exercício realizado com o objectivo de identificar o capital necessário ao Banco para cobrir adequadamente os riscos em que incorre no desenvolvimento da sua estratégia de negócio actual e projectada para o médio prazo.

O Banco adoptou uma metodologia suportada nas ferramentas de testes de esforço (*stress tests*) e respectivo impacto nos rácios de capital regulamentar, alinhando, neste campo, com as tendências do sector bancário, à luz das normas definidas pelo Supervisor.

O ICAAP está dotado de um Modelo de Governação Interna que garante o envolvimento do CA e da sua CE, do Comité de Controlo de Risco e da Comissão de Auditoria, nas diversas fases do processo.

Tendo em conta a natureza da principal actividade do Millennium bim no mercado em que opera (a Banca Comercial), os principais riscos que estão a ser considerados no âmbito do ICAAP constam da tabela abaixo, que inclui a quantidade de riscos considerados materiais em cada tipo de risco:

Designação do Risco	Quantidade de Riscos Materias Identificados
Risco de Crédito	5
Risco de Liquidez	3
Risco de Mercado	5
Risco Operacional	6
Risco de Negócio	5
Risco de Compliance	4
Risco Reputacional	2

Estes riscos são modelizados ou incorporados no quadro da metodologia de testes de esforço do Banco, produzindo impactos estimados sobre os níveis de capital, quer por via do impacto nos resultados de exploração, quer por via de alterações nos níveis de activos ponderados pelo risco (RWA).

Os resultados do ICAAP são testados face aos limites para os rácios de capital regulamentar aprovados pelo CA no âmbito do RAS (*"Risk Appetite Statement"*). O exercício do ICAAP de 2016 demonstrou que os actuais níveis de capitalização do Banco são adequados para o horizonte de 3 anos, quer no cenário-base quer no cenário de esforço

Validação de modelos

A validação dos processos de calibração dos modelos de Rating e *Credit Scoring* do Millennium bim é efectuada segundo os procedimentos transversais do Grupo Millennium. O processo envolve os responsáveis pelos modelos (*model owners*), os responsáveis pelos sistemas de rating (*rating system owners*), o Comité de Validação, a Comissão de Controlo de Risco (CCR) e a Direcção de Auditoria, a quem compete o acompanhamento e validação dos sistemas de rating em que os modelos em causa se integram.

Durante o exercício de 2016 o Banco concluiu:

- (i) o processo de análise dos dossiers de projecto para o desenvolvimento do novo Modelo de Rating para empresas, ajustado à realidade do mercado moçambicano incluindo a identificação do *outsourcer* responsável pela execução;
- (ii) o processo de validação de dados entre o Sistema Informacional de Gestão que alimenta o novo modelo de imparidade do Banco (KIWI) com a IDW e o sistema contabilístico (GL) do Banco, visando a reconciliação dos mesmos antes da entrada em produção do aplicativo, programada para Jan.17.

- (iii) a reformulação dos Modelos internos (Workflows) para a Gestão de Grupos Económicos e Sinais de Alerta (EWS).

Risco de crédito

A materialização deste risco resulta nas perdas ocorridas na carteira de crédito, pela incapacidade dos tomadores de empréstimos (ou dos seus garantes, quando existam) - ou dos emissores de títulos ou, ainda, das contrapartes de contratos - em cumprir com as suas obrigações creditícias.

Este tipo de risco – que é muito relevante e tem elevada representatividade em termos da exposição global ao risco do Banco – assume particular incidência em condições macroeconómicas adversas (como se tem vindo a verificar em Moçambique), implicando dificuldades financeiras para as famílias e as empresas.

O controlo e a mitigação deste risco fazem-se, por um lado, através de uma sólida estrutura de análise e avaliação de riscos e, por outro, através de unidades de estrutura exclusivamente dedicadas à recuperação de crédito, para as situações de incumprimento ocorridas.

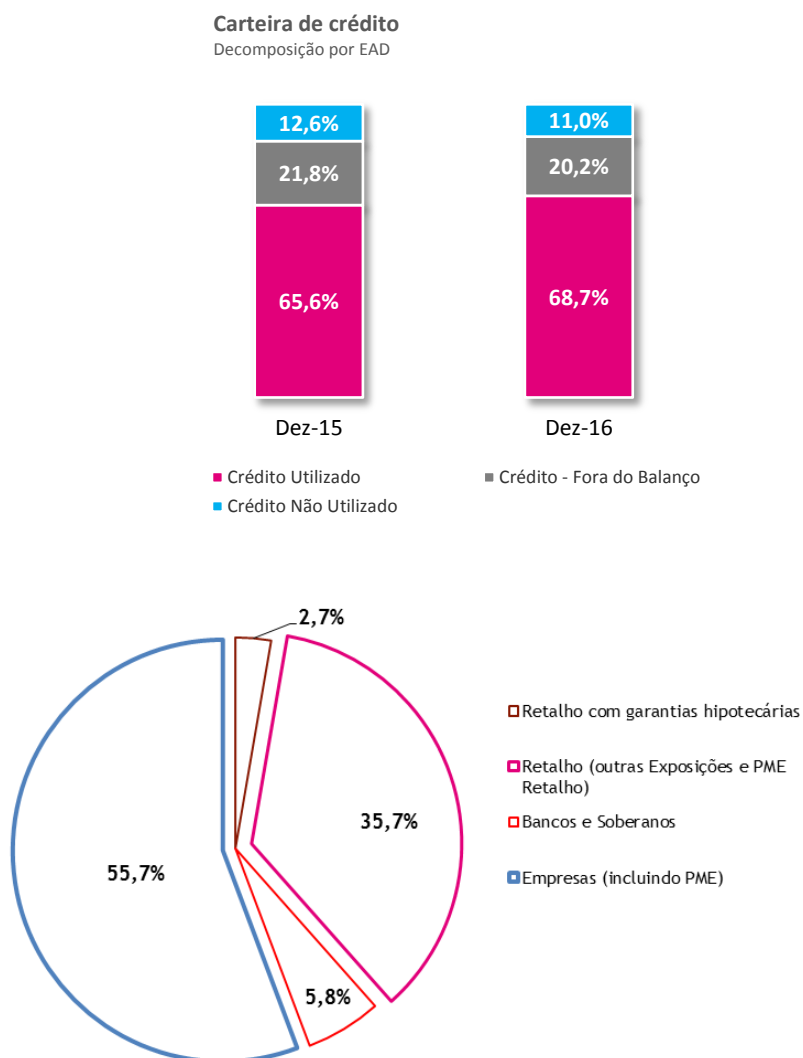
Destacam-se, em 2016, as seguintes actividades, desenvolvidas no âmbito do reforço das práticas de avaliação, acompanhamento e controlo do risco de crédito, nos diversos segmentos da carteira:

- i. A melhoria contínua dos relatórios do Comité de Controlo de Risco e da Comissão de Auditoria;
- ii. A consolidação do processo de cálculo dos índices de concentração (sectorial e individual);
- iii. A consolidação do Comité de Acompanhamento de Crédito em Risco (CACR). Os clientes objecto de análise do CACR resultam da listagem de clientes com níveis de alerta Reduzir e Desmobilizar do Modelo EWS do Banco, considerando a materialidade das situações apresentadas.
- iv. A continuação das acções de formação sobre imparidade do crédito por toda a estrutura comercial do Banco.
- v. A conclusão do processo de reconciliação do IDW, visando melhorar o processo de recolha de informação para o cálculo das perdas por Imparidade do Crédito do Banco pelo Modelo KIWI.
- vi. A implementação dos novos Parâmetros da Probabilidade de Default da Carteira de Crédito do Banco para alimentar o Modelo de Cálculo da Imparidade do Crédito do Banco;

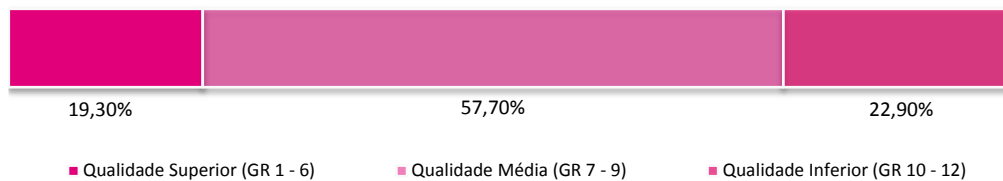
Evolução e composição da carteira de crédito

A estrutura da carteira de crédito do Millennium bim no final de Dezembro de 2016, em termos nominais e globais (i.e. contemplando as exposições do Balanço e fora do Balanço) conforme abaixo ilustrada registou um aumento significativo para o qual contribuiu decisivamente a variação cambial e o aumento natural do Stock de Crédito, resultante de novas operações que foram aparecendo, reflectindo o crescimento, embora bastante moderado, do negócio face à carteira de Dezembro de 2015.

Decomposição da carteira de crédito do Banco em 31 de Dezembro de 2015 por segmentos de exposição, em termos de EAD (Exposure at Default):



Distribuição das exposições por qualidade dos riscos, medida pelos graus de risco (GR) internos (*Master Scale*):



Conclui-se que parte considerável de clientes Corporate, PME's, ENI's e alguns clientes Particulares classificados pelos Modelos de Rating e *Credit Scoring* do Banco demonstram solidez financeira e boa capacidade de honrarem os seus compromissos, ao se concentrarem nos dois primeiros quadrantes do gráfico de Graus de Risco, reservados aos clientes com qualidade de risco médio e superior.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

O quadro seguinte ilustra a evolução trimestral dos principais indicadores de risco de crédito ao longo do ano de 2016 para a carteira de crédito do BIM.

	Dez-16	Set-16	Jun-16	Mar-16	Dez-15
Exposiç.Crédito vencido > 90 dias / Exposiç.Total	4,5%	3,8%	3,7%	5,1%	4,7%
NPL > 90 dias / EAD	4,8%	4,0%	4,0%	5,1%	4,7%
Imparidade / Crédito Total	7,3%	6,9%	6,6%	6,8%	6,0%

NPL = Non performing loans

EAD = Exposure at Default

Verifica-se uma degradação da qualidade do risco da carteira de crédito decorrente do ambiente macroeconómico pouco favorável registado em 2016 caracterizado por uma depreciação acentuada do metical face ao dólar americano, aumento das taxas de juros de mercado, aumento da pressão inflacionária e por uma desaceleração da actividade económica com impacto negativo sobre a actividade das empresas e no emprego.

Risco de concentração de crédito

A 31 de Dezembro de 2016, o peso das 20 maiores exposições líquidas (*Net Exposure*), sem considerar Bancos e Soberanos, sobre a exposição total (em termos de EAD) foi de 49,8%.

O Millennium bim não possui, na sua carteira, referente a 31 de Dezembro de 2016 clientes com limites excedidos, na medida em que aqueles clientes que apresentam exposições acima dos 25% dos Fundos Próprios do Banco possuem contragarantias materialmente relevantes e juridicamente vinculativas em todos os ordenamentos jurídicos relevantes da República de Moçambique e que

reduzem o risco para níveis de tolerância prudencialmente aceites e definidos pelo Banco de Moçambique.

Relativamente aos riscos de concentração por sector de actividade, por região geográfica e por moeda, as exposições líquidas apuradas em 31 de Dezembro de 2016 enquadram-se dentro dos limites de tolerância ao risco definidos pelo Conselho de Administração do Banco.

Risco operacional

O risco operacional materializa-se pela ocorrência de perdas resultantes de falhas ou inadequação dos processos, sistemas ou pessoas ou, ainda, de eventos externos.

Na gestão deste tipo de risco, o Millennium bim adopta princípios e práticas devidamente documentados, que se traduzem em mecanismos de controlo passíveis de melhoria contínua. Integram este *framework* diversos elementos, como sejam: a segregação de funções, as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações, a definição de limites de tolerância e de exposição aos riscos, os códigos deontológicos e de conduta, os exercícios de auto-avaliação dos riscos (RSA – *risk self-assessment*), os indicadores de risco (KRI – *key risk indicators*), os controlos de acessos (físicos e lógicos), as actividades de reconciliação, os relatórios de excepção, o processo estruturado para a aprovação de novos produtos, os planos de contingência, a contratação de seguros e a formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

Estrutura de gestão do risco operacional

O sistema de gestão do risco operacional assenta numa estrutura de processos *end-to-end*, considerando-se que uma visão transversal às unidades funcionais da estrutura organizacional é a abordagem mais adequada para percepcionar os riscos e estimar o efeito das medidas correctivas introduzidas para os mitigar. Além disso, este modelo de processos suporta também outras iniciativas estratégicas relacionadas com a gestão deste risco, como são o caso das acções para melhoria da eficiência operativa e da gestão da continuidade do negócio.

A responsabilidade pela gestão dos processos foi atribuída a *Process Owners* (secundados por *Process Managers*), que têm por missão caracterizar as perdas operacionais capturadas no contexto dos seus processos, monitorizar os respectivos KRI's, realizar os exercícios de RSA, bem como identificar e implementar as acções adequadas para mitigação das exposições ao risco operacional.

Auto avaliação dos riscos operacionais (RSA)

O objectivo dos exercícios de RSA é o de promover a identificação e a mitigação (ou eliminação) de riscos, actuais ou potenciais, no âmbito de cada processo, através da classificação de cada uma das 20 subtipologias de risco operacional consideradas. Essas classificações são posicionadas numa matriz de tolerância ao risco, considerando-se o pior caso que pode ocorrer em cada processo (*worst-case event*), para três diferentes cenários. Tal permite:

- i. Avaliar o risco inerente dos vários processos, que não considera a influência dos controlos existentes (Risco Inerente);
- ii. Determinar a influência do ambiente de controlo instalado na redução do nível das exposições (Risco Residual);

- iii. Identificar o impacto das oportunidades de melhoria na redução de risco das exposições mais significativas (Risco Objectivo).

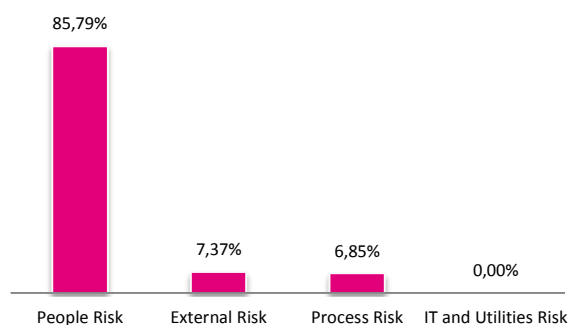
Os exercícios de RSA são realizados através de *workshops*, assistidos pelo Risk Office e com a participação dos *Process Owners* e *Process Managers*, ou através de respostas a questionários enviados aos *Process Owners* para revisão dos resultados de RSA anteriores, em função de critérios de actualização pré-definidos.

Captura de perdas operacionais

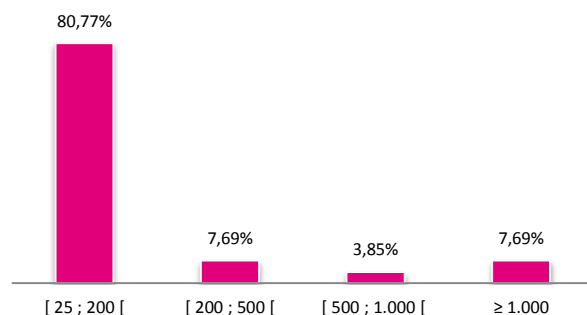
A captura (i.e., a identificação, registo e caracterização) de perdas operacionais e dos eventos que lhes deram origem, levada a cabo pelo Millennium bim nas operações cobertas pela *framework* de gestão de risco operacional, tem por objectivo reforçar a consciencialização para este risco e facultar informação relevante aos *Process Owners*, destinada a ser incorporada na gestão dos seus processos, sendo um importante instrumento para quantificar a exposição ao risco. Acresce ainda que os dados das perdas operacionais são utilizados para *backtesting* dos resultados do RSA, possibilitando aferir a avaliação/classificação atribuída às subtipologias de risco, em cada processo.

O perfil das perdas acumuladas de Janeiro a Dezembro de 2016 é apresentado nas figuras seguintes, estando significativamente influenciado por eventos de perda materialmente relevantes, relacionados com o risco de fraude interna e externa, seguida de falhas processuais e, uma grande proporção dos eventos de perda operacional apresentou materialidade reduzida (MZN 25.000 - MZN 200.000,00):

Distribuição dos Eventos de Perda por Causa



Distribuição dos Eventos por Perda de Valor
(milhares de Meticals)



Indicadores de risco (KRI)

Os KRI's alertam para alterações do perfil dos riscos ou da eficácia dos controlos e, por essa via, permitem identificar a necessidade de introduzir acções correctivas sobre os processos, para prevenir que riscos potenciais se materializem em perdas efectivas. Em 2016 os órgãos de gestão de risco deliberaram:

- i. Lançar o projecto de reedesigno de Indicadores Chave de Risco KRI's (Key Risk Indicators) para a avaliação do desempenho dos diferentes processos de negócio do Banco visando ajusta-los ao estágio actual de desenvolvimento do mercado e à realidade actual do Banco.
- ii. Rever os Limites de Alerta e Alarme ajustados à realidade actual de cada processo, considerando a evolução histórica do respectivo indicador.

A conclusão deste processo está prevista para o mês de Junho de 2017.

Gestão da continuidade de negócio

A gestão da continuidade de negócio engloba duas componentes complementares - o Plano de Continuidade de Negócio, relativo a pessoas, instalações e equipamentos, e o Plano de Recuperação Tecnológica, relativo a sistemas de informação, aplicações e infra-estruturas de comunicações.

Ambos os planos estão definidos e implementados para um conjunto de processos de negócio críticos e são promovidos e coordenados por uma unidade de estrutura dedicada, cuja metodologia assenta num processo de melhoria contínua, orientada pelas boas práticas internacionais e pelas recomendações das entidades de supervisão.

Estes planos de continuidade são regularmente testados e actualizados, mediante a realização de exercícios regulares que visam melhorar a capacidade de resposta a incidentes e aprofundar a articulação entre a resposta de emergência, a recuperação tecnológica, a gestão de crise e a recuperação do negócio.

Em 2016 foram realizados 14 exercícios de recuperação de negócio e 3 de recuperação tecnológica.

Contratação de seguros

A contratação de seguros para riscos de natureza patrimonial, pessoal ou relacionados com responsabilidades perante terceiros é também um instrumento relevante de gestão do risco operacional. A Unidade de Gestão de Seguros trata e analisa a informação de seguros do Banco com o objectivo de reforçar as coberturas das apólices, visando mitigar os principais riscos operacionais que o Banco incorre.

Risco de mercado

Os riscos de mercado consistem nas perdas potenciais que podem ser registadas por uma determinada carteira, em resultado de alterações de taxas (de juro ou de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando não só as correlações existentes entre estes, mas também as respectivas volatilidades.

A avaliação do Risco de Taxa de Juro no Millennium bim é feita com base nas métricas estabelecidas pelo Banco de Moçambique através da Circular número 04/SCO/2013 e através da metodologia internamente definida e baseada nos *gap's* construídos por prazos residuais de *repricing* dos contratos vivos, seguida da análise de sensibilidade. Nos quadros abaixo é apresentada a posição para as principais moedas nas quais a actividade do Banco é relevante (Meticais e dólares americanos):

GAP de Taxa de Juro para o Balanço_USD

Unidade: MZN' 000

Dezembro-16

31 de Dezembro de 2016	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
Activo					
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	1.317.083	0	0	0	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.108.573	0	0	0	0
Aplicações em instituições de crédito	9.068.697	423.012	570.115	0	0
Créditos a clientes (*)	4.803.943	7.633.835	6.491.905	0	0
Activos Financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0
Outros activos	0	0	0	0	0
Total Activo	16.298.296	8.056.846	7.062.020	0	0
Passivo					
Depósitos de outras instituições de crédito	7.438.801	0	0	0	0
Depósitos de clientes	6.362.306	5.699.362	7.035.948	7.948.960	0
Títulos de dívida emitidos	0	0	0	0	0
Passivos subordinados	0	0	0	0	0
Outros passivos	1.504.483	5.582.109	198.795	0	0
Total Passivo	15.305.591	11.281.471	7.234.744	7.948.960	0
Total Passivo e dos capitais próprios	15.305.591	11.281.471	7.234.744	7.948.960	0
Gaps de taxa de juro	992.705	(3.224.625)	(172.724)	(7.948.960)	0
Gap acumulado de taxa de juro	992.705	(2.231.920)	(2.404.643)	(10.353.604)	(10.353.604)
Sensibilidade acumulada (200 bp)	19.259	(17.046)	9.979		
31 de Dezembro de 2015					
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
Total Activo	5.550.456	7.974.093	8.006.767	91.800	0
Total Passivo	6.296.193	4.309.524	5.412.873	7.501.648	0
Gaps de taxa de juro	(745.736)	3.664.570	2.593.894	(7.409.848)	0
Gap acumulado de taxa de juro	(745.736)	2.918.833	5.512.727	(1.897.121)	(1.897.121)
Sensibilidade acumulada (200 bp)	(7.817)	53.259	88.026		

(*) - Crédito Líquido

Risco de taxa de juro na carteira bancária

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é efectuada através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o Balanço do Banco, reflectindo a perda potencial em valor económico resultante de alterações adversas da taxa de juro.

O Quadro abaixo ilustra os impactos na situação líquida do Banco de 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, em montante, provocados por choques de +200 p.b. nas taxas de juro.

	31-12-2015	31-12-2016
MZN	517.904	581.789
USD	89.148	155.655

A variação da sensibilidade em Dezembro de 2016 face aos valores registados em Dezembro de 2015, resulta da alteração temporal de perfil da carteira acima referida.

Risco Cambial

O Risco Cambial é avaliado através da medida dos indicadores definidos no normativo de âmbito prudencial do Banco de Moçambique, cuja análise é efectuada com recurso a indicadores como:

- Posição Cambial Líquida por Divisa (*Net open position*) - Recolhida ao nível do sistema informático do Banco pelo Risk Office, reportando-se ao último dia de cada mês;
- Indicador de Sensibilidade - calculado através da simulação do impacto, nos resultados do Banco, de uma hipotética variação de 1% nas taxas de câmbio de valorimetria.

Os resultados apurados em 31 de Dezembro de 2016 mostram que o Banco se enquadra dentro dos limites de tolerância ao risco cambial, definidos no âmbito das normas prudenciais estabelecidas pelo Banco de Moçambique, quer por moeda, quer na globalidade das moedas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na potencial incapacidade do Millennium bim em cumprir com as suas obrigações no momento dos respectivos vencimentos sem incorrer em perdas significativas, decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou da venda dos seus activos por valores inferiores aos de mercado (risco de liquidez de mercado). A gestão do risco de liquidez é efectuada de forma centralizada para todas as moedas. Nestas condições, quer as necessidades de financiamento, quer os eventuais excessos de liquidez são geridos através de operações com contrapartes intervenientes nos mercados monetários.

A gestão da liquidez é conduzida pela Sala de Mercados, a quem cabe a responsabilidade de gerir o esforço de acesso aos mercados, assegurando a conformidade do Plano de Liquidez.

O nível actual de transformação dos recursos do Banco em crédito, depende, em grande medida dos recursos do Banco que continuaram em 2016 a registar uma evolução muito favorável a nível dos depósitos, permitindo, em grande medida, financiar o crescimento assinalado na carteira de crédito.

A medição do Risco de Liquidez do Millennium bim é feita pelo Risk Office, através do cálculo dos indicadores abaixo discriminados, definidos no Manual de Princípios e Normas de Gestão do Risco do Millennium bim, para os quais se encontram definidos limites de exposição:

- Gap Comercial Global e por Moeda;

- Indicador de Liquidez Imediata;
- Indicador de Liquidez Trimestral;
- Gap & Rácio de Liquidez (*Basis Scenario*);
- *Stress Test (stress test- Bank Specific Crisis Scenario e Stress Test-Market Crisis Scenario)*, cujos resultados contribuem para a preparação e avaliação do plano de contingência de liquidez e de capital, adiante referido, e para as decisões correntes de gestão.

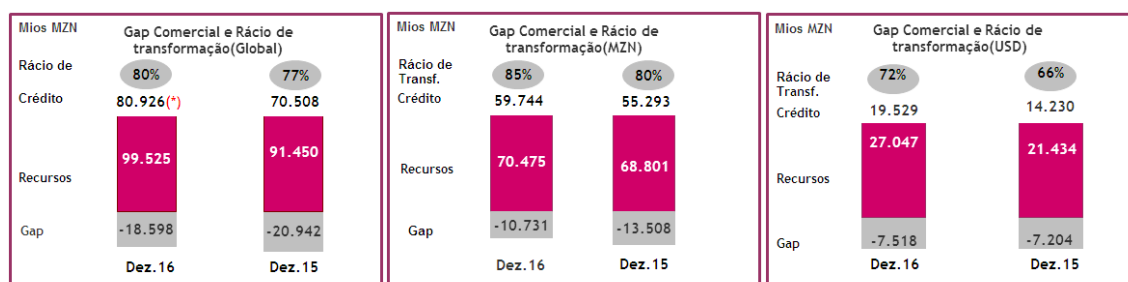
Controlo do Risco de Liquidez

Para horizontes temporais de curto prazo (até 3 meses), o controlo do risco de liquidez do Banco é efectuado regularmente com base em duas métricas internamente definidas – o Indicador de Liquidez Imediata e o Indicador de Liquidez Trimestral – as quais medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer cumulativamente nos respectivos horizontes temporais, considerando-se as projecções de cash-flow para períodos de respectivamente 3 dias e 3 meses.

Estes indicadores em 31 de Dezembro de 2016 apresentavam um valor nulo na Tesouraria do Banco, significando superavits de liquidez, tanto em termos imediatos como a 3 meses, reflectindo uma gestão prudente da Tesouraria face a este risco.

O Banco efectua o controlo do perfil de liquidez estrutural através do acompanhamento regular de um conjunto de indicadores definidos tanto internamente como pela regulamentação, que visam caracterizar o risco de liquidez, como sejam o Rácio de Transformação de Depósitos em Crédito (80% em 31/12/16) e os *gap*'s de liquidez (Gap Comercial Global e Por Moeda).

A evolução do GAP Comercial e Rácio de Transformação Global nas principais moedas em que o Banco actua encontra-se espelhada nos gráficos que se seguem, referentes a 31/12/16 e 31/12/15:



(*) O Gap é calculado com base em Crédito Bruto e a Taxa de Transformação com base em Crédito Líquido

Da análise dos quadros acima, destaca-se, em todos eles, a existência de uma posição excedentária de liquidez, não apenas em termos globais como também em cada uma das principais moedas em que o Banco opera.

Como resultado da estratégia prudente de crescimento dos seus activos suportada por um prévio aumento dos depósitos, o Banco tem conseguido ficar imune às consequências a nível da liquidez, provocadas pela actual crise financeira.

Por outro lado, as maturidades das principais rubricas do balanço, à data de 31 de Dezembro de 2016, estavam assim distribuídas:

GAP de Liquidez Global para o Balanço

	MZN '000				
31 de Dezembro de 2016	Até 1mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
Activo					
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	9.493.607	3.975.216	6.624.799	68.271	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.144.217	0	0	0	0
Aplicações em instituições de crédito	10.003.699	423.012	570.115	0	0
Créditos a clientes (*)	17.462.231	6.363.914	8.262.226	11.986.535	34.124.243
Activos Financeiros disponíveis para venda	5.603.488	5.758.982	4.500.000	0	0
Total Activo	47.707.242	16.521.123	19.957.140	12.054.806	34.124.243
Passivo					
Depósitos de outras instituições de crédito	7.778.010		0	0	0
Depósitos de clientes (Inclui outras Responsabilidades)	29.872.298	27.424.464	43.428.745	445.929	0
Títulos de dívida emitidos	0	0	0	0	0
Passivos subordinados	0	0	0	0	0
Total Passivo	37.650.308	27.424.464	43.428.745	445.929	0
Total Passivo e dos capitais próprios	37.650.308	27.424.464	43.428.745	445.929	0
Gaps de Liquidez	10.056.933	(10.903.341)	(23.471.604)	11.608.877	34.124.243
Gap acumulado de Liquidez	10.056.933	(846.408)	(24.318.013)	(12.709.135)	21.415.108
31 de Dezembro de 2015	Até 1mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos
Total Activo	22.186.203	20.273.764	23.572.715	13.294.760	31.496.104
Total Passivo e dos capitais próprios	31.951.767	23.963.317	39.920.682	639.859	1.256.816
Gaps de Liquidez	(9.765.564)	(3.689.553)	(16.347.967)	12.654.901	30.239.289
Gap acumulado de Liquidez	(9.765.564)	(13.455.118)	(29.803.084)	(17.148.183)	13.091.105

(*) - Crédito Líquido

O Risk Office realiza periodicamente estudos sobre o nível de retenção de Depósitos a Ordem (DO) no balanço do Millennium bim, para aferir em que medida os recursos tecnicamente considerados voláteis, podem ser usados para financiar operações de crédito a médio e longo prazo.

O último estudo demonstra que em todos os casos observados nos modelos não paramétricos, continua a verificar-se uma estabilidade apreciável dos níveis de retenção dos DO do Banco. Adicionalmente foram calculados e implementados os novos parâmetros de exigibilidade relativos aos Depósitos a Prazo e Compromissos Irrevogáveis com vista a permitir aos Órgãos de Decisão de Crédito usar, com segurança e razoabilidade, os valores correspondentes à percentagem de DO que é retida no Banco para a gestão da posição de liquidez.

Plano de Contingência de Capital e Liquidez

O Plano de Contingência de Capital e Liquidez (PCCL) define as prioridades, responsabilidades e medidas específicas a tomar na ocorrência de uma situação de contingência de liquidez.

O PCCL define, enquanto objectivo, a manutenção de uma estrutura de liquidez e capital equilibrada, estabelecendo também a necessidade de uma contínua monitorização das condições de mercado, bem como linhas de acção e *triggers* que visam a tomada de decisões atempada perante cenários de adversidade antecipados ou verificados.

O PCCL inclui um sistema de alerta precoce, destinado a antecipar a ocorrência de eventuais crises de capital e de liquidez, que combina 26 indicadores relacionados com a liquidez, o capital, a qualidade dos activos e outros riscos materiais para o Banco. No âmbito deste sistema de alerta, a quantificação deste indicador compósito é feita trimestralmente, sendo a respectiva evolução acompanhada pelo Risk Office, Comité de Controlo de Risco bem como pela Comissão de Auditoria.

Durante o ano de 2015 foram criadas condições técnicas e metodológicas necessárias para a operacionalização, em 2016, do Plano de Contingência de Capital e Liquidez ajustado a realidade e dimensão do Banco.

ANÁLISE FINANCEIRA

Resultados e Balanço

O BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A., em conformidade com o disposto no Aviso n.º 04/GBM/2007 e disposições complementares emitidas pelo Banco de Moçambique, apresenta as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios de 2015 e 2016, segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Num contexto macroeconómico adverso, o Banco manteve o enfoque na rentabilidade, garantindo níveis de liquidez prudentes. A consistência dos indicadores económicos e financeiros do Banco, avaliada pela rentabilidade dos activos, robustez dos fundos próprios e nível de adequação de capital, reflectem a resiliência e solidez financeira da Instituição.

Os riscos de conjuntura externa e doméstica, nomeadamente pela pressão inflacionária resultante da forte depreciação do Metical, levaram o Banco de Moçambique a intensificar a política restritiva que havia iniciado no final de 2015. Assim, durante o ano de 2016 o regulador aumentou em 1350 pontos base as taxas directoras.

O activo total do Banco ascendeu a 133.779,5 milhões de Meticais, em 31 de Dezembro de 2016, comparando com 117.065,5 milhões de Meticais em 31 de Dezembro de 2015, suportado pelo aumento do crédito a clientes e pelas maiores disponibilidades e aplicações em instituições de crédito e no Banco de Moçambique.

Os recursos totais de clientes aumentaram para 100.686,6 milhões de Meticais em 31 de Dezembro de 2016 face a 91.450,3 milhões de Meticais registados em 31 de Dezembro de 2015, beneficiando do bom desempenho do crescimento dos depósitos de clientes que permaneceram como a principal fonte de financiamento da actividade.

O resultado líquido foi positivo em 4.509,7 milhões de Meticais em 2016 comparando com o resultado líquido positivo de 3.391,5 milhões de Meticais apurados em 2015, o que representa um crescimento de 33% face aos resultados do ano anterior.

Análise da Rendibilidade

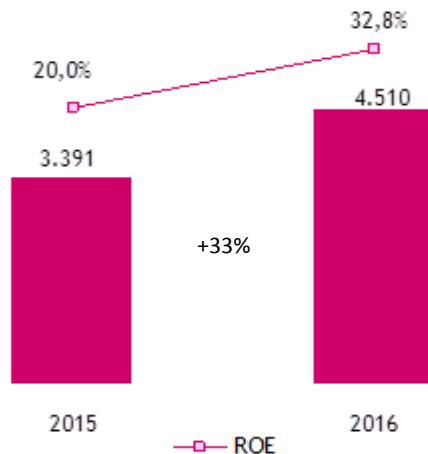
Resultado Líquido

Sumariamente, o desempenho do registado em 2016 é o resultado dos impactos positivos seguintes:

- A evolução positiva da margem financeira deveu-se ao forte impacto do aumento da rendibilidade por efeito taxa, tanto na carteira de crédito como activos financeiros, parcialmente atenuado por um crescimento do custo dos depósitos também reflectindo os aumentos resultantes da política monetária restritiva;
- Os ganhos em operações financeiras, que permaneceram genericamente no elevado nível observado em 2015, embora se tenha verificado um menor volume de transacções devido à escassez de USDs;
- A variação positiva do valor das comissões líquidas, em particular das comissões associadas ao negócio de crédito e garantias e às operações com o exterior.

Resultado líquido

Milhões de MZN



Adicionalmente, o resultado líquido de 2016 reflecte ainda o aumento moderado nos custos operacionais, essencialmente alavancado no impacto cambial, a que acresce uma maior dotação para imparidades de crédito resultante de uma política prudente face ao aumento do risco de crédito.

Margem Financeira

A margem financeira aumentou 58%, totalizando 9.187,3 milhões de Meticaís em 2016, face aos 5.818,9 milhões de Meticaís apurados em 2015, impulsionada pelo efeito positivo do volume dos activos geradores de juros, em particular do crédito concedido e da melhor rentabilidade dos activos financeiros, devido ao efeito taxa, e do aumento no custo dos Depósitos, reflexo do aumento das taxas directoras do mercado.

No ano de 2016, o Banco de Moçambique adoptou medidas fortemente restritivas com aumentos sucessivos da FPC (Facilidade Permanente de Cedência) atingindo uma variação de 1.350 pb, o que impulsionou a subida na margem com maior enfoque no último trimestre do ano.

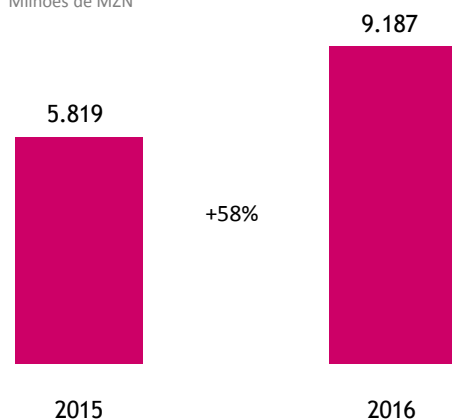
Ainda assim, a evolução da margem financeira também reflecte o crescimento da carteira de crédito, contudo o Banco prossegue a adopção de uma política de selecção criteriosa das operações a financiar, para controlo rigoroso do risco de crédito.

Por outro lado, ao nível dos recursos, a permanência destes como principal fonte de financiamento à actividade bancária associada à contínua pressão no mercado na sua captação, implicou uma subida no custo agravada pelo cenário macroeconómico no final do ano.

Relativamente à carteira de activos financeiros, essencialmente constituída por títulos emitidos pelo Estado Moçambicano, designadamente Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro, o efeito positivo na margem financeira no ano de 2016 deveu-se ao aumento da taxa de rentabilidade destes activos, também na sequência da adopção da política monetária restritiva.

Margem Financeira

Milhões de MZN



Outros proveitos líquidos

Os outros proveitos líquidos, ascenderam 4.144,8 milhões de Meticais em 2016, 0.3% acima do valor apurado em igual período de 2015.

Outros proveitos líquidos		Milhões MZN	
	Dez-16	Dez-15	Var. 16/15
Rendimentos de instrumentos de capital	286,9	250,3	14,6%
Comissões Líquidas			
Cartões	934,8	954,6	-2,1%
Crédito e garantias	579,1	515,3	12,4%
Operações de estrangeiro	376,1	270,5	39,0%
Outros serviços bancários	287,9	291,4	-1,2%
Total comissões líquidas	2.177,9	2.031,8	7,2%
Resultados de operações financeiras	1.518,2	1.639,9	-7,4%
Outros resultados de exploração líquidos	161,7	212,1	-23,8%
Total outros proveitos líquidos	4.144,8	4.134,2	0,3%
Outros proveitos / Produto Bancário	31%	42%	

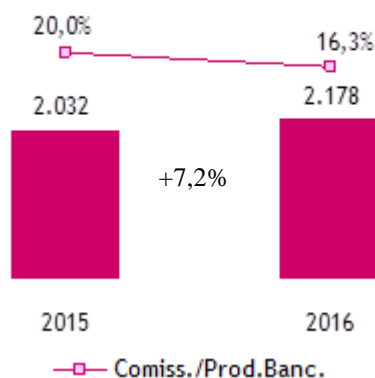
Rendimentos de instrumentos de capital

Os rendimentos de instrumentos de capital correspondem aos dividendos recebidos associados à participação financeira detida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

Comissões líquidas

Em 2016, as comissões líquidas atingiram 2.177,9 milhões de Meticais, um crescimento de 7,2%, face aos 2.031,8 milhões de Meticais apurados em igual período de 2015. O aumento das comissões foi suportado pela evolução favorável das comissões relacionadas mais directamente com o negócio bancário, como foram o crescimento do número de Clientes, as operações de crédito e garantias bancárias e ainda as operações de estrangeiro.

Comissões líquidas
Milhões de MZN



Resultados em operações financeiras

Em 2015 o Banco viu a sua política de proximidade comercial aos Clientes reflectida num aumento significativo dos resultados em operações financeiras face a anos anteriores. Em 2016 foi possível manter a boa performance, apesar da escassez de USDs impor um menor volume de transacções cambiais, apesar de se manterem as margens de intermediação resultantes da forte volatilidade no mercado de divisas.

Assim, esta rubrica ascendeu a 1.518,2 milhões de Meticais em 2016, um ligeiro decréscimo de 7,5% face a 2015.

Outros resultados de exploração líquidos

Os outros resultados de exploração líquidos, totalizaram 161,7 milhões de Meticais, em 2016, comparando com 212,1 milhões de Meticais apurados em 2015. Esta redução foi influenciada principalmente pelo registo em 2015 de maiores proveitos na venda de activos tangíveis não afectos à actividade.

Custos Operacionais

Os custos operacionais, que incorporam os custos com pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício, cifraram-se em 5.485,2 milhões de Meticais, em 2016, representando um aumento de 19,5% face a 2015.

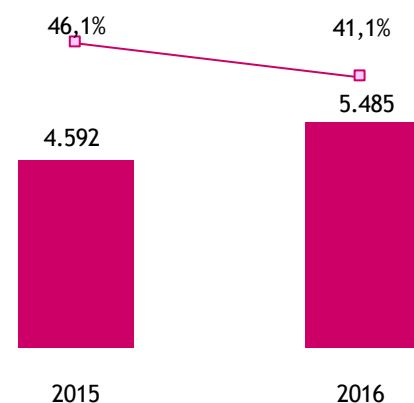
A evolução dos custos operativos foi essencialmente pelo efeito cambial nos custos originados em moeda estrangeira, bem como o impacto registado pela pressão inflacionária crescente, sobretudo no final do ano.

O acréscimo de 18.4% em custos com pessoal em relação ao período homólogo, está associado ao impacto da actualização na tabela salarial anual bem como ao da desvalorização do Metical.

Os outros gastos administrativos aumentaram 23% influenciados pelo efeito cambial nas rendas e alugueres, nas comunicações e nos gastos com hardware e software, bem como pelo aumento significativo da inflação em rubricas como o material de consumo corrente e outros serviços de terceiros.

As amortizações do exercício totalizaram 496,6 milhões de Meticais em 2016, representando um crescimento de 6,2% face ao valor de 2015. O crescimento das amortizações do exercício reflecte essencialmente a sequência dos investimentos na plataforma informática com vista a suportar o crescimento da rede, a qualidade e inovação de um melhor serviço no futuro.

Custos Operacionais
Milhões de MZN



—□— Rácio de eficiência

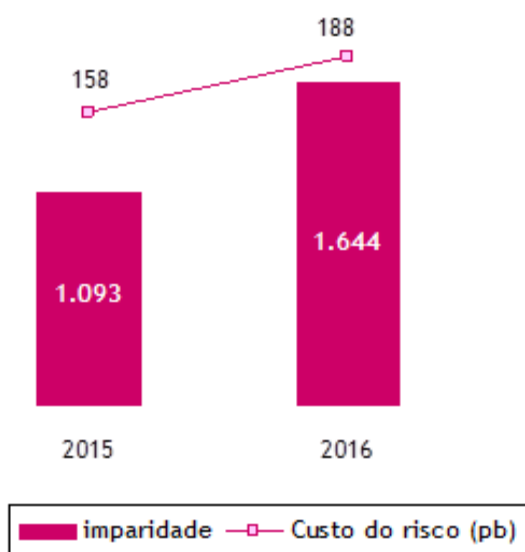
	Dez-16	Dez-15	Var. 16/15
Custos com pessoal	2.401,1	2.028,6	18,4%
Outros gastos administrativos	2.587,5	2.095,8	23,5%
Amortizações do exercício	496,6	467,7	6,2%
	5.485,2	4.592,0	19,5%

Rácio de eficiência

O rácio de eficiência (*cost to income*), em base comparável, situou-se em 41,1%, em 2016, face aos 46,1% apurados em 2015. A melhoria do rácio deveu-se ao forte crescimento do produto bancário face ao crescimento moderado nos custos operacionais.

Imparidade do crédito e outras imparidades e provisões

Imparidade
Milhões de MZN



A imparidade do crédito (líquida de recuperações de crédito abatido) totalizou 1.644,3 milhões de Meticais, em 2016, que compara com 1.092,9 milhões de Meticais em 2015. Esta evolução foi induzida pelo reforço das dotações para imparidade de crédito relacionadas com o aumento da carteira de crédito, com uma abordagem prudencial à situação macroeconómica, e com maiores imparidades nos clientes empresas que são objecto da análise individual.

Em 2016, o Banco prosseguiu os esforços de aperfeiçoamento dos mecanismos de monitorização de risco e de uma política de provisionamento prudente, que visa o reforço da cobertura integral da carteira de crédito com sinais de imparidade.

O custo do risco, avaliado pela proporção das dotação para imparidade de crédito (líquidas de recuperações de crédito abatido) em função da carteira de crédito, situou-se em 188 pontos base em 2016, face aos 158 pontos apurados em 2015.

Análise do Balanço

Durante o ano de 2016, o Millennium bim continuou a promover uma gestão criteriosa de activos e passivos. Num contexto macroeconómico que desincentiva a concessão de crédito à economia, e preservando a estrutura do balanço, o aumento do crédito concedido foi acompanhado pelo acréscimo dos depósitos captados, o que permitiu manter mais uma vez uma taxa de transformação prudente, abaixo dos 80%.

O activo total atingiu 133.762 milhões de Meticais em 2016, que compara com os 117.066 milhões de Meticais apurados em 2015, registando um crescimento de 14%.

O crédito líquido a clientes representa 59% do activo total, correspondendo o crédito bruto a 84.430 milhões de Meticais, o que equivale a um aumento de 20% face a 2015 (70.508 milhões de Meticais). Esta evolução reflecte o apoio do Banco às empresas num contexto de condições macroeconómicas desafiantes, tendo o crescimento deste segmento ascendido a 26%.

O aumento do activo total foi ainda influenciado pelo crescimento nas disponibilidades e aplicações em instituições de crédito.

Activo Total

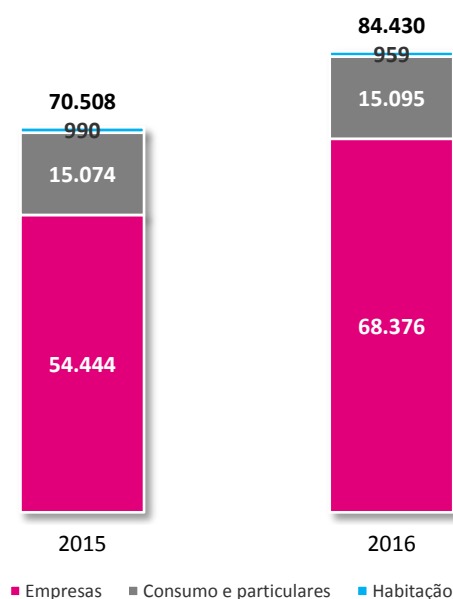
	Milhões MZN		
	2016	2015	Var. %
Caixa e Disponibilidades no BM	20.137	13.717	46,8%
Disponibilidades e créditos sobre IC's	12.827	8.564	49,8%
Crédito a Clientes (líquido)	78.283	66.331	18,0%
Activos financeiros disponíveis para venda	8.878	15.148	-59,8%
Activos financeiros detidos até maturidade	6.067	6.914	-12,2%
Investimentos em subsidiárias	356	356	0,0%
Activos tangíveis e intangíveis	4.920	4.743	3,7%
Outros activos	2.312	1.292	77,6%
	133.780	117.066	14,3%

Crédito a Clientes (bruto)

Num contexto de desincentivo à concessão de crédito, o Millennium bim adequou a sua política de concessão de crédito às adversidades do mercado destacando-se a evolução acentuada do crédito a empresas, que registou um aumento de 26%, sem prejuízo da manutenção de uma política de prudência na selecção das operações em função do risco e rentabilidade, bem como da redução de exposições a grande concentrações.

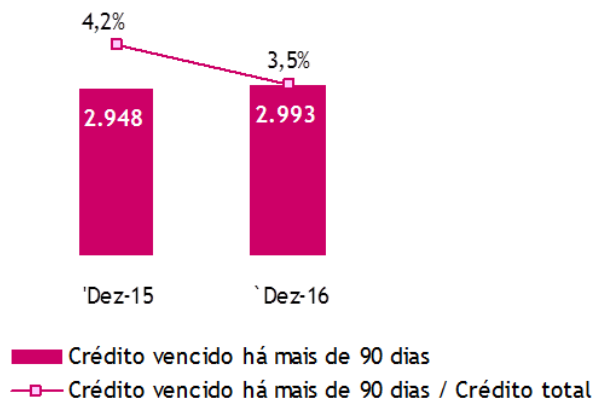
O crédito a clientes (bruto), em base comparável, atingiu os 84.429 milhões de Meticais em 2016, registando um aumento de 20% face aos 70.508 milhões de Meticais apurados em 2015. Esta evolução foi determinada sobretudo pelo crédito a empresas (+26%), também influenciado pela desvalorização cambial, enquanto o crédito a particulares reduziu 3%.

Crédito a Clientes (bruto)
Milhões de MZN



A estrutura da carteira de crédito manteve padrões idênticos de diversificação, com o ligeiro reforço do crédito a empresas que tem uma posição dominante na estrutura da carteira de crédito concedido a clientes, com um peso de 81% (77% em 2015).

Qualidade de Crédito
Milhões de MZN



Qualidade de Crédito

A qualidade da carteira de crédito, avaliada pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total situou-se em 3,5% em 2016, comparando com 4,2% em 2015. Esta redução é devido a redução da sinistralidade do crédito a empresas e ainda o crescimento da carteira de crédito. Não obstante, o Banco prossegue uma política de crédito prudencial com identificação dos segmentos de maior risco nos particulares e acompanhamento individual nas empresas, visando reforçar a prevenção e a dinamização da recuperação de crédito.

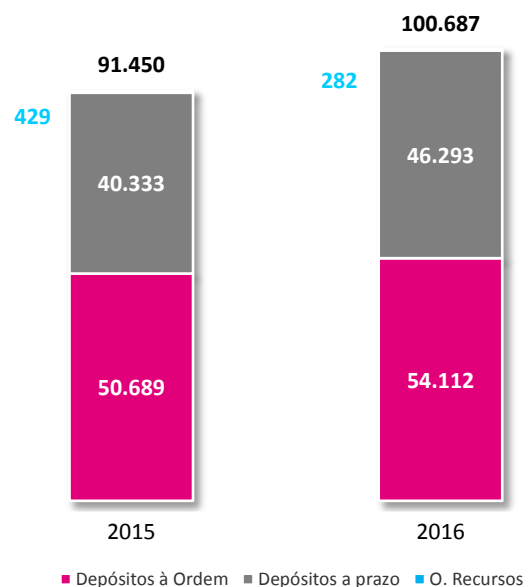
O reforço prudencial dos níveis de imparidade em 2016 visaram também uma adequada e confortável cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias, tendo o mesmo rácio aumentado para 205% em 2016, face a 142% em 2015.

Recursos de Clientes

Num difícil contexto de mercado, e consequente aumento significativo da concorrência na captação de recursos de clientes, o Banco manteve uma oferta ampla e diversificada de produtos e serviços associada ao desempenho acrescido das redes comerciais e uma gestão rigorosa do pricing com maturidades e remunerações atractivas que contribuíram para que o total dos recursos de clientes registasse uma taxa de crescimento de 10% ascendendo a 100.687 milhões de Meticaís em 2016.

Em 2016, o enfoque manteve-se na retenção e crescimento dos recursos de clientes, continuando a aposta na fidelização e alargamento da base de clientes. Para tal concorreram uma maior rede de balcões, uma melhor oferta de soluções de pequena poupança programada e de aplicações a médio e longo prazo, vocacionadas para clientes particulares e o reforço do envolvimento ao nível da tesouraria das empresas. Acresce ainda, o reforço na excelência

Depósitos de Clientes
Milhões de MZN



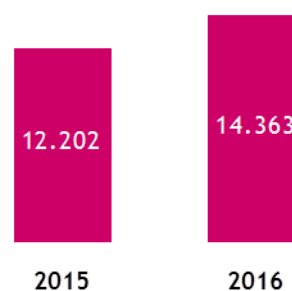
e na inovação do serviço ao cliente, como factores distintivos e impulsionadores das capacidades comerciais das redes de distribuição.

Capital

Os rácios de capital, reportados a 2016, foram calculados de acordo com as normas regulamentares do Banco de Moçambique. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de base (Tier I) com os fundos próprios complementares (Tier II) e da subtracção da componente relevada no agregado Deduções.

O rácio de solvabilidade, em 31 de Dezembro de 2016, situou-se em 18,8% tendo o Tier I atingido 20%, significativamente acima do limiar mínimo de 8% recomendado pelo Banco de Moçambique.

Fundos Próprios
Milhões de MZN



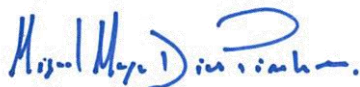
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as disposições estatutárias e nos termos da Legislação Moçambicana em vigor, nomeadamente a Lei n.º15/99 das Instituições de Crédito relativas à constituição de Reservas, que aos resultados do exercício apurados no balanço individual relativo ao exercício de 2016, no montante de 4.509.677.049,80 Meticais, seja dada a seguinte aplicação:

		Meticais
	%	Valor
Reserva Legal	15,00%	676.451.557,48
Reserva Livre	47,50%	2.142.096.598,65
Reserva para estabilização de dividendos	2,50%	112.741.926,24
Distribuição aos Accionistas	35,00%	1.578.386.967,43



Rui Cirne Plácido de Carvalho Fonseca
(Presidente)



Miguel Maya Dias Pinheiro
(1º Vice-Presidente)



José Reino da Costa
(2º Vice-Presidente)



Maria da Conceição Mota S. O. Callé Lucas
(Administrador)



Manuel Alfredo de Brito Gamito
(Administrador)



Jacinto Zacarias Uqueio
(Administrador)



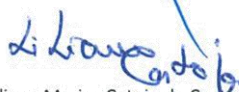
João Manuel R. T. da Cunha Martins
(Administrador)



Jorge Octávio Neves dos Santos
(Administrador)



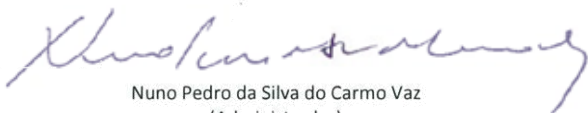
Moisés Jorge
(Administrador)



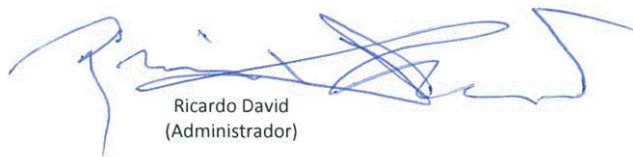
Liliana Marisa Catoja da Costa Lemos
(Administrador)



Fernando Mandel Nobre de Carvalho
(Administrador)



Nuno Pedro da Silva do Carmo Vaz
(Administrador)



Ricardo David
(Administrador)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 2016

Banco Internacional de Moçambique

Demonstração dos Resultados Consolidados
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

MZN'000

	Notas	2016	2015
Juros e proveitos equiparados	2	14.684.346	9.670.596
Juros e custos equiparados	2	(4.973.627)	(3.513.108)
Margem financeira		9.710.719	6.157.488
Rendimentos de instrumentos de capital	3	1.806	1.525
Resultados de serviços e comissões	4	2.129.471	1.973.015
Resultados em operações financeiras	5	1.749.068	1.741.585
Outros resultados de exploração	6	955.955	1.147.108
Total de proveitos operacionais		14.547.019	11.020.721
Custos com pessoal	7	(2.496.053)	(2.096.304)
Outros gastos administrativos	8	(2.547.536)	(2.042.547)
Amortizações do exercício	9	(532.720)	(501.093)
Total de custos operacionais		(5.576.309)	(4.639.944)
Imparidade do crédito	10	(1.644.298)	(1.092.876)
Outras provisões	11	(348.675)	(654.386)
Resultado antes de impostos		6.977.737	4.633.515
Impostos			
Correntes	12	(1.952.423)	(888.790)
Diferidos	12	(10.817)	(7.693)
		(1.963.240)	(896.483)
Resultado após impostos		5.014.497	3.737.032
Resultado consolidado do exercício atribuível a:			
Accionistas do Banco		4.950.639	3.684.885
Interesses que não controlam		63.858	52.147
Resultado do exercício		5.014.497	3.737.032
Resultado por acção	13	110,01 MZN	81,89 MZN

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.



Banco Internacional de Moçambique

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

	MZN' 000	
	2016	2015
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados		
Activos financeiros disponíveis para venda - alterações no justo valor	(654.334)	1.693
Impostos	-	(579)
	<u>(654.334)</u>	<u>1.114</u>
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultados		
Perdas actuariais do exercício	<u>(105.838)</u>	<u>(42.024)</u>
	<u>(105.838)</u>	<u>(42.024)</u>
Outro rendimento integral do período depois de impostos	(760.172)	(40.910)
Resultado consolidado do exercício	<u>5.014.497</u>	<u>3.737.032</u>
Total do rendimento integral do exercício	<u>4.254.324</u>	<u>3.696.122</u>
Atribuível a:		
Accionistas do Banco	4.191.393	3.644.191
Interesses que não controlam		
Resultado consolidado do exercício	63.858	52.147
Reservas de justo valor	(256)	182
Impostos	-	(58)
Perdas actuariais do exercício	<u>(670)</u>	<u>(340)</u>
	<u>62.931</u>	<u>51.931</u>
Total do rendimento integral do exercício	<u>4.254.324</u>	<u>3.696.122</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Internacional de Moçambique

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2016

MZN' 000

	Notas	2016	2015
Activo			
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	14	20.136.892	13.717.022
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	1.230.242	1.887.955
Aplicações em instituições de crédito	16	11.612.719	6.688.577
Crédito a clientes	17	78.283.110	66.330.980
Activos financeiros disponíveis para venda	18	9.582.843	15.820.841
Activos financeiros detidos até à maturidade	19	7.635.754	8.382.987
Investimentos em associadas	20	267.500	267.206
Propriedades de investimento		97.713	52.223
Activos não correntes detidos para venda	21	993.811	881.730
Outros activos tangíveis	22	5.354.072	5.306.352
Goodwill e activos intangíveis	23	352.621	299.252
Activos por impostos correntes	24	17.319	-
Activos por impostos diferidos	25	10.892	21.710
Outros activos	26	2.883.230	771.469
Total do Activo		138.458.718	120.428.304
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	27	7.778.010	3.772.002
Recursos de clientes	28	97.818.868	89.204.541
Provisões	29	5.382.315	4.406.373
Passivos por impostos correntes	24	926.042	51.143
Passivos por impostos diferidos	25	19.046	17.538
Outros passivos	31	3.028.067	2.505.455
Total do Passivo		114.952.348	99.957.052
Capitais Próprios			
Capital	32	4.500.000	4.500.000
Reservas e resultados acumulados	33	18.777.779	15.773.406
Total do Capital Próprio atribuível ao Grupo		23.277.779	20.273.406
Interesses que não controlam		228.591	197.846
Total do Capital Próprio		23.506.370	20.471.252
Total do Capital Próprio e Passivo		138.458.718	120.428.304

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Banco Internacional de Moçambique

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

MZN000

	2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Juros e comissões recebidos	15.832.496	11.753.129
Juros e comissões pagos	(5.154.071)	(3.663.229)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(4.977.303)	(4.109.069)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	61.811	97.451
Prémios de seguros recebidos	1.301.819	1.171.385
Pagamento de indemnizações da actividade seguradora	(640.271)	(456.581)
Fluxos operacionais antes de alterações nos fundos operacionais	6.424.481	4.793.086
Aumentos /diminuições dos activos operacionais		
Activos financeiros disponíveis para venda	6.570.955	(211.745)
Aplicações em instituições de crédito	(5.036.368)	(2.771.691)
Depósitos em Bancos Centrais	(5.471.356)	(4.180.266)
Crédito a clientes	(12.495.766)	(10.785.165)
Outros activos operacionais	(2.249.566)	447.452
Aumentos / diminuições dos passivos operacionais		
Depósitos de outras instituições de crédito	3.999.691	1.659.598
Depósitos de clientes e outros empréstimos	8.976.487	11.933.847
Responsabilidades representadas por títulos	-	(1.000.000)
Outros passivos operacionais	866.999	912.493
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes do pagamento de impostos sobre os lucros	1.585.557	797.609
Impostos pagos sobre os lucros	(1.094.843)	(920.300)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	490.714	(122.691)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Compra/reforço de participações	(294)	52
Dividendos recebidos	1.806	1.525
Compra de activos tangíveis	(955.709)	(520.972)
Valores recebidos na venda de activos tangíveis	98.882	1.229
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(855.315)	(518.166)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Dividendos pagos	(1.187.020)	(1.222.773)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	(1.187.020)	(1.222.773)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	1.842.421	1.577.493
Aumento / diminuição em caixa e equivalentes de caixa	290.800	(286.138)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.864.228	6.150.366
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.155.028	5.864.228

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras



Banco Internacional de Moçambique

Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios Consolidados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

MZN'000

	Total dos capitais próprios	Capital	Reserva Legal	Outras reservas e resultados acumulados	Interesses que não controlam
Saldos em 01 de Janeiro de 2015	18.025.971	4.500.000	2.820.425	10.531.563	173.983
Transferência para a reserva legal	-	-	524.045	(524.045)	-
Dividendos distribuídos em 2015	(1.250.840)	-	-	(1.222.773)	(28.067)
Rendimento integral	3.696.122	-	-	3.644.191	51.931
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	20.471.252	4.500.000	3.344.470	12.428.936	197.846
Transferência para a reserva legal	-	-	508.723	(508.723)	-
Dividendos distribuídos em 2016	(1.219.206)	-	-	(1.187.020)	(32.186)
Rendimento integral	4.254.324	-	-	4.191.393	62.931
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	23.506.370	4.500.000	3.853.193	14.924.586	228.591

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Demonstração dos Resultados do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

MZN'000

	Notas	2016	2015
Juros e proveitos equiparados	2	14.420.365	9.449.825
Juros e custos equiparados	2	(5.233.084)	(3.630.878)
Margem financeira		9.187.281	5.818.947
Rendimentos de instrumentos de capital	3	286.935	250.322
Resultados de serviços e comissões	4	2.177.900	2.031.780
Resultados em operações financeiras	5	1.518.186	1.639.940
Outros resultados de exploração	6	161.736	212.136
Total de proveitos operacionais		13.332.038	9.953.125
Custos com pessoal	7	(2.401.090)	(2.028.566)
Outros gastos administrativos	8	(2.587.547)	(2.095.755)
Amortizações do exercício	9	(496.576)	(467.672)
Total de custos operacionais		(5.485.213)	(4.591.993)
Imparidade do crédito	10	(1.644.298)	(1.092.876)
Outras provisões	11	27.390	(175.200)
Resultado antes de impostos		6.229.917	4.093.056
Impostos			
Correntes	12	(1.709.423)	(693.877)
Diferidos	12	(10.817)	(7.693)
		(1.720.240)	(701.570)
Resultado do exercício		4.509.677	3.391.486
Resultado por acção	13	100,22 MZN	75,37 MZN

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Demonstração do Rendimento Integral do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

		MZN' 000
	2016	2015
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados		
Activos financeiros disponíveis para venda - alterações no justo valor	(651.791)	-
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultados		
Ganhos/Perdas actuariais do exercício	64.754	39.966
Outro rendimento integral do período depois de impostos	(587.037)	39.966
Resultado líquido do exercício	4.509.677	3.391.486
Total do Rendimento integral do exercício	3.922.640	3.431.452

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Balanço do Banco em 31 de Dezembro de 2016

MZN'000

	Notas	2016	2015
Activo			
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	14	20.136.892	13.717.022
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	1.228.499	1.886.454
Aplicações em instituições de crédito	16	11.598.205	6.677.456
Crédito a clientes	17	78.283.110	66.330.980
Activos financeiros disponíveis para venda	18	8.877.880	15.147.678
Activos financeiros detidos até à maturidade	19	6.067.068	6.914.455
Investimentos em subsidiárias	20	356.148	356.148
Activos não correntes detidos para venda	21	993.811	881.730
Outros activos tangíveis	22	4.721.162	4.594.176
Activos intangíveis	23	198.847	149.281
Activos por impostos correntes	24	17.319	-
Activos por impostos diferidos	25	10.892	21.710
Outros activos	26	1.289.717	388.413
Total do activo		133.779.550	117.065.503
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	27	7.778.010	3.772.002
Recursos de clientes	28	100.686.608	91.450.263
Provisões	29	751.708	661.853
Passivos subordinados	30	17	175.636
Passivos por impostos correntes	24	910.578	34.086
Outros passivos	31	2.156.690	2.211.344
Total do passivo		112.283.611	98.305.184
Capitais Próprios			
Capital	32	4.500.000	4.500.000
Reservas e resultados acumulados	33	16.995.939	14.260.319
Total dos Capitais Próprios		21.495.939	18.760.319
Total da Situação Líquida e Passivo		133.779.550	117.065.503

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

MZN000

	2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Juros e comissões recebidos	15.483.181	11.523.324
Juros e comissões pagos	(5.326.493)	(3.689.392)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(5.048.450)	(4.184.782)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	61.811	97.451
Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais	5.170.049	3.746.601
Aumentos/Diminuições dos activos operacionais		
Activos financeiros disponíveis para venda	6.901.126	396.221
Aplicações em Instituições de Crédito	(5.033.801)	(2.763.175)
Depósitos em bancos centrais	(5.471.356)	(4.180.266)
Crédito a clientes	(12.495.766)	(10.785.165)
Outros activos operacionais	(887.849)	637.456
Aumentos/Diminuições dos passivos operacionais		
Depósitos de outras instituições de crédito	3.999.691	1.659.598
Depósitos de clientes e outros empréstimos	8.845.149	11.912.188
Responsabilidades representadas por títulos	-	(1.000.000)
Outros passivos operacionais	1.077.473	783.410
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes do pagamento de impostos sobre os lucros	2.104.716	406.868
Impostos pagos sobre os lucros	(1.760.828)	(755.464)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	343.888	(348.596)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Dividendos recebidos	286.935	250.322
Compra de activos tangíveis	(834.658)	(541.652)
Valores recebidos na venda de activos tangíveis	14.611	1.090
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(533.112)	(290.240)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Dividendos pagos	(1.187.020)	(1.222.773)
Amortizações de Dívida Subordinada	(175.619)	-
Juros pagos das actividades de financiamento	-	25
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	(1.362.639)	(1.222.748)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	1.842.421	1.575.673
Aumento / Diminuição em caixa e equivalentes de caixa	290.558	(285.911)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.862.727	6.148.638
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6.153.285	5.862.727

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras



BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.

Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

	MZN'000			
	Total dos capitais próprios	Capital	Reserva Legal	Outras reservas e resultados transitados
Saldos em 01 de Janeiro de 2015	16.551.640	4.500.000	2.820.425	9.231.215
Transferência para reserva legal	-	-	524.045	(524.045)
Dividendos distribuídos em 2015	(1.222.773)	-	-	(1.222.773)
Rendimento integral	3.431.452	-	-	3.431.452
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	18.760.319	4.500.000	3.344.470	10.915.849
Transferência para reserva legal	-	-	508.723	(508.723)
Dividendos distribuídos em 2016	(1.187.020)	-	-	(1.187.020)
Rendimento integral	3.922.640	-	-	3.922.640
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	21.495.939	4.500.000	3.853.193	13.142.746

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.**RELATÓRIO E CONTAS MILLENNIUM BIM 2015 - Notas às Demonstrações Financeiras****Notas**

- 1 Políticas contabilísticas
- 2 Margem financeira
- 3 Rendimentos de instrumentos de capital
- 4 Resultados de serviços e comissões
- 5 Resultados em operações financeiras
- 6 Outros resultados de exploração
- 7 Custos com pessoal
- 8 Outros gastos administrativos
- 9 Amortizações do exercício
- 10 Imparidade do crédito
- 11 Outras provisões
- 12 Impostos
- 13 Resultado por acção
- 14 Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique
- 15 Disponibilidades em outras instituições de crédito
- 16 Aplicações em instituições de crédito
- 17 Crédito a Clientes
- 18 Activos financeiros disponíveis para venda
- 19 Activos financeiros detidos até à maturidade
- 20 Investimentos em subsidiárias e associadas
- 21 Activos não correntes detidos para venda
- 22 Outros activos tangíveis
- 23 *Goodwill* e activos intangíveis
- 24 Activos e passivos por impostos correntes
- 25 Activos e passivos por impostos diferidos
- 26 Outros activos
- 27 Recursos de outras instituições de crédito
- 28 Recursos de Clientes
- 29 Provisões
- 30 Passivos subordinados
- 31 Outros passivos
- 32 Capital social
- 33 Reservas e resultados acumulados
- 34 Dividendos
- 35 Garantias e outros compromissos
- 36 Partes relacionadas
- 37 Caixa e equivalentes de caixa
- 38 Justo valor
- 39 Outros benefícios aos empregados
- 40 Demonstração de resultados consolidados por segmentos operacionais
- 41 Gestão de risco
- 42 Solvabilidade
- 43 Concentrações de risco

1. Políticas contabilísticas

Nota introdutória

O BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. (“o Banco” ou “BIM”) é um Banco de capitais essencialmente privados com sede social em Maputo. As demonstrações financeiras do Grupo e do Banco agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

O Banco tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos Bancos comerciais de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente a concessão de empréstimos em moeda nacional e estrangeira, a concessão de letras de crédito e de garantias bancárias, transacções em moeda estrangeira e recepção de depósitos em moeda nacional e estrangeira.

a) Base de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto “Grupo”) e a participação no Grupo nas associadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Todas as referências deste documento a qualquer normativo reportam sempre à respectiva versão vigente.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

Os activos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável.

Os outros activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (disposal groups) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NIRF’s requer que a Comissão Executiva formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota y).

As NIRF incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 10 de Março de 2017. As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais arredondados ao milhar mais próximo.

b) Bases de consolidação

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de actividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do Banco e da sua subsidiária (Grupo), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

Participações financeiras em subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

Numa operação de aquisição por fases que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do goodwill, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação - Goodwill

As concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos.

O registo dos custos directamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária são directamente imputados a resultados.

O goodwill positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O goodwill resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos activos e passivos e passivos contingentes da adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o goodwill apurado seja negativo este é registado directamente em resultados do período em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do goodwill é estimado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O goodwill não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios, se aplicável.

Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido goodwill adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Perda de controlo

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Crédito a Clientes

A rubrica Crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos Clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos, (ii) os direitos contratuais do Grupo expiram ou (iii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados a esses créditos.

As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como diminuição de perdas por imparidade no exercício em que ocorram.

O Crédito a Clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre Clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre Clientes, que possa ser estimado de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual e (ii) análise colectiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito, caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Banco avalia, em cada data de reporte, a existência de evidência objectiva de imparidade.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- a exposição total de cada Cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- a viabilidade económico - financeira do negócio do Cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a deterioração significativa no rating do Cliente;
- o património do Cliente em situações de liquidação ou falência;
- a existência de credores privilegiados;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efectiva original de cada contrato e a quantia escriturada de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados.

O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade.

Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados de um crédito com garantias reais corresponde aos fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos que não cumpram os requisitos de classificação para a análise individual, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogêneos de créditos não considerados individualmente significativos (análise paramétrica); ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas (IBNR) em créditos para os quais não existe evidência objectiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento da actual envolvente económica e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Banco o reconhecimento de perdas, cuja identificação em termos individuais, só ocorrerão em períodos futuros.

d) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento

O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que é a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo justo valor acrescido, para um item não ao justo valor através de lucros ou prejuízos, dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação

O Banco classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e devedores;
- detidos até-à-maturidade;
- Disponíveis-para-venda; e
- ao justo valor através de lucros ou prejuízos e nesta categoria:
- detido para negociação; ou
- designados ao justo valor através de lucros ou prejuízos.

O Banco classifica os seus passivos financeiros que não sejam garantias financeiras e compromissos de empréstimos, como mensurados pelo custo amortizado ou justo valor através de lucros ou prejuízos.

(iii) Desreconhecimento

Activos financeiros

O Banco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram, ou transfere os direitos para receber os fluxos de caixa contratuais numa transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos ou em que o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e as vantagens da propriedade e não retém o controlo do activo financeiro.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre o quantia escriturada do activo (ou a quantia escriturada alocada à parte do activo desreconhecido) é a soma:

- da retribuição recebida (incluindo qualquer activo novo obtido menos qualquer passivo novo assumido), e
- de qualquer ganho ou perda cumulativo que tenha sido reconhecido em outros resultados compreensivos é reconhecido nos lucros ou prejuízos. Quaisquer juros em activos financeiros transferidos que se qualificam para desreconhecimento que sejam criados ou retidos pelo Banco são reconhecidos como um activo ou passivo separado.

O Banco realiza operações em que transfere os activos reconhecidos no balanço, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou uma parte deles. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Exemplos de tais transacções são empréstimos de títulos e transacções de venda e recompra.

Quando os activos são vendidos a terceiros, com uma taxa simultânea de retorno swap sobre os activos transferidos, a transacção será contabilizada como uma transacção de financiamento com garantia semelhante a transacções de venda e recompra porque o Banco mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de tais activos.

Nas operações em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade do activo financeiro e mantém o controlo sobre o activo, o Banco continua a reconhecer o activo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão a que está exposto as alterações no valor do activo transferido.

Em certas operações, o Banco mantém a obrigação de estabelecer para o activo financeiro transferido em troca de honorários. O activo transferido é desreconhecido caso cumpra os critérios de desreconhecimento. Um activo ou passivo é reconhecido para o contrato de manutenção se a taxa de manutenção é mais que suficiente (activo) ou é menor do que adequada (passivo) para a realização da manutenção.

Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais satisfeitas, canceladas ou quando estas expiram.

(iv) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço quando, e apenas quando, o Banco tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar numa base líquida ou de realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

As receitas e despesas são apresentadas numa base líquida apenas quando permitido pelas NIRF's, ou para ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes como na actividade comercial do Banco.

(v) Mensuração do custo amortizado

O "custo amortizado" de um activo ou passivo financeiro é o valor pelo qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre a quantia inicial reconhecida e a quantia na maturidade, menos qualquer redução quanto à imparidade.

(vi) Mensuração do justo valor

"Justo valor" é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção normal entre participantes do mercado na data da mensuração inicial ou, na sua ausência, no mercado activo mais vantajoso para os quais o Banco tem acesso a essa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de incumprimento.

Quando disponível, o Banco mensura o justo valor de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado activo para esse instrumento. Um mercado é visto como activo caso as transacções para o activo ou passivo ocorram com frequência e volume suficiente para fornecer informações sobre os preços de forma contínua.

Se não houver um preço cotado num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso dos dados observáveis relevantes e minimiza o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes do mercado tenham em conta ao determinar o preço de uma transacção.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transacção - ou seja, o justo valor da retribuição dada ou recebida. Se o Banco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço da transacção e o justo valor é evidenciado nem por um preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo idêntico nem com base numa técnica de avaliação que usa apenas dados de mercados observáveis, então o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor, ajustado para ter em conta a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço da operação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida em lucros ou prejuízos em uma base adequada ao longo da vida do instrumento, mas o mais tardar quando a avaliação é totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transacção seja fechada.

Se um activo ou um passivo mensurado pelo justo valor tem um preço de compra e um preço de venda, então, o Banco mensura os activos e posições longas a um preço de oferta e os passivos e posições curtas a um preço de venda.

As carteiras de activos e passivos financeiros que estão expostos ao risco de mercado e risco de crédito, que são geridos pelo Banco em função da exposição líquida aos mercados ou o risco de crédito são mensurados com base no preço que seria recebido para vender uma posição líquida longa (ou pago para transferir uma posição líquida curta) para uma exposição de risco em particular. Esses ajustamentos de nível de carteira são atribuídos aos activos e passivos individuais com base no ajustamento de risco relativo de cada um dos instrumentos individuais na carteira.

O justo valor de um depósito à ordem não é inferior ao valor a ser pago à ordem, descontado desde a primeira data em que o pagamento da quantia podia ser exigido.

O Banco reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia do justo valor a partir do fim do período de relato no qual ocorre a mudança.

O Banco tem activos financeiros classificados nas seguintes categorias:

1) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são os detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, designadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, e são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros.

Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou quando existem perdas de imparidade. Na alienação de activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou as perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidas na rubrica de Resultados de activos financeiros disponíveis para venda da demonstração de resultados.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associada aos activos, o prémio ou desconto é mensuralizado até ao vencimento e reconhecido nas respectivas contas de custos/proveitos como juros o que representa a expressão da taxa efectiva de forma linear. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

2) Activos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Banco tem intenção e capacidade de manter até a maturidade e não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Estes Activos Financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido na Margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificados.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que seja realizada próxima da maturidade, ou caso não esteja enquadrado nas excepções prevista pelas normas, obrigará o Banco a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para a venda e ficará durante dois nos, impossibilitado de classificar qualquer activos financeiros nesta categoria.

3) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros calculados pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos na margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em "Resultados em operações financeiras", no momento em que ocorrem.

Imparidade dos instrumentos financeiros

Em cada data de relato, é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade. Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas por imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas e reconhecida em resultados. Caso num período subsequente o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de Resultados.

A recuperação das perdas por imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo-valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

A política de imparidade sobre a carteira de crédito a Clientes, encontra-se descrita na nota 1 c) acima.

e) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;

- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura, são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente. Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, ou;
- reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efectividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de relato a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer efectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

f) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos mesmos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos são pagos pelo Grupo numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

h) Empréstimos de títulos e transacções com acordo de recompra**(i) Empréstimo de títulos**

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou juros e custos equiparados.

i) Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as NIRF aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

j) Locação Financeira

Na óptica do locatário, os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador, os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

k) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva.

Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais, até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado, são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

l) Reconhecimento Resultados de serviços e comissões

Os resultados de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

m) Resultados em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras incluem os ganhos e perdas que resultarem de transacções de comercialização de moeda estrangeira e da conversão para moeda nacional de itens monetários em moeda estrangeira.

Regista também os ganhos e as perdas de activos e passivos financeiros classificados como disponíveis para venda e os dividendos associados a essas carteiras.

n) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo.

As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 10
Outros activos tangíveis	3

Sempre que exista uma indicação de que um activo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos tangíveis são reconhecidas em resultados do período.

o) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são inicialmente reconhecidas ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção, e subsequentemente são mensuradas ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento deve reflectir as condições de mercado à data de relato. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros proveitos operacionais.

p) Activos intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos pelo Grupo são registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

A amortização é imputada à conta de resultados segundo o critério das quotas constantes, durante o período de vida útil esperada:

Software

O Grupo regista em activos intangíveis os custos associados ao software adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de software.

Goodwill

O goodwill da aquisição de subsidiária é apresentado em activos intangíveis. A mensuração inicial representa a diferença entre o valor pago o justo valor dos activos da subsidiária.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial o Goodwill é mensurado pelo custo menos as perdas acumuladas por imparidade.

q) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica caixa e equivalentes de caixa engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de relato, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

Caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto do Banco de Moçambique.

r) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de relato. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam avaliados pelo seu custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data do correspondente movimento.

s) Offsetting

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

t) Benefícios a empregados

O Grupo atribui aos Colaboradores um plano de benefícios definidos, o qual é financiado através de um seguro que é gerido pela sua subsidiária Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

Para o plano de benefícios, o Grupo financia uma pensão remida que garante aos seus Colaboradores através de um complemento de reforma, que funciona numa base autónoma.

A pensão remida será atribuída aos Colaboradores no activo admitidos até 31 de Dezembro de 2011, no momento em que atinjam os 60 anos, no caso dos homens e 55 no caso das mulheres, sendo condição obrigatória que o Colaborador já esteja a beneficiar de pensão de velhice atribuída pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) ou caso a Comissão Executiva assim o decida.

A responsabilidade líquida do Grupo com o plano de benefício definido é estimada anualmente, com referência a 31 de Dezembro.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos a cobrir as responsabilidades.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Grupo multiplicando o activo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos activos) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com o plano e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com o plano e o rendimento esperado dos activos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de mensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas actuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos actuariais utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos actuariais e; (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos activos e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui: (i) o custo do serviço corrente; (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões; (iii) o efeito das reformas antecipadas; (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade da reforma.

(ii) Benefícios a empregados de curto prazo

Benefícios de curto prazo consistem em salários e quaisquer benefícios não monetários, tais como contribuições de ajuda médica em que são mensurados numa base não descontada e são contabilizadas como despesas quando o serviço relacionado seja prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor a ser pago se o Grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função do serviço passado prestado, pelo empregado, e a obrigação para ser estimada com segurança.

(iii) Cessação de benefícios

Os benefícios inerentes à cessação do vínculo laboral são reconhecidos como despesa quando o Grupo não está em posição de poder revogar os compromissos formalmente assumidos antes da data de reforma ou quando relacionados com benefícios negociados, resultantes duma rescisão voluntária do Colaborador.

Caso não seja expectável que os benefícios venham a ser liquidados num prazo de 12 meses, os mesmos são descontados.

u) Impostos sobre lucros

O Grupo e a sua subsidiária com sede em Moçambique estão sujeitos ao regime fiscal consagrado pelo Código dos Impostos sobre o Rendimento, estando os lucros imputáveis a cada exercício sujeitos à incidência do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC).

Os impostos sobre lucros são registados em resultados.

O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios (nomeadamente activos financeiros disponíveis para venda).

Os impostos correntes correspondem ao valor que se espera pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando as taxas prescritas por lei, ou que estejam em vigor à data do relato e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas à data de relato e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

v) Relato por segmentos

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um conjunto de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo controla a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

- Banca de Retalho;
- Corporate Banking; e
- Seguros.

w) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades); (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

x) Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias emitidas e em circulação.

y) Contractos de seguros

O Grupo emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado, é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco de seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento, reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados com segue:

(i) Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de acréscimos e diferimentos.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método pro-rata temporis, por cada recibo em vigor.

(ii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício.

Esta provisão foi determinada como segue:

A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e

Pela provisão, fundamentada em bases estatísticas, sobre o valor dos custos com sinistros do exercício, por forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

A reserva matemática do ramo acidentes de trabalho é calculada para as pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho e para as estimativas resultantes de processos cujos sinistrados se encontram em situação de “cura clínica”.

(iv) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados a atribuir (shadow accounting):

Os ganhos e perdas não realizados dos activos afectos a responsabilidades de contractos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, na parte estimada da sua participação, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

A estimativa dos montantes a atribuir aos tomadores de seguro sob a forma de participação nos resultados, em cada modalidade ou conjunto de modalidades, é calculada tendo por base um plano adequado aplicado de forma consistente, tendo em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, os activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

Provisão para participação nos resultados atribuída:

Corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contractos, a título de participação nos resultados, e que ainda não tenham sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contractos.

z) Estimativas Contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As NIRF's estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que a Comissão Executiva utilize julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisados nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pela Comissão Executiva, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. A Comissão Executiva considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas, utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos resultados consolidados.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

A Autoridade Tributária de Moçambique tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas sua subsidiária residente durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, a Comissão Executiva considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade do Goodwill

O valor recuperável do goodwill registado no activo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço da entidade do Grupo para as quais se encontra reconhecido no activo o respectivo goodwill, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao goodwill quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

2. Margem financeira

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
<i>Juros e proveitos equiparados</i>				
Juros de crédito	12.329.074	7.832.885	12.329.074	7.832.885
Juros de depósitos e outras aplicações	158.961	25.216	155.139	25.042
Juros de títulos disponíveis para venda	2.130.515	1.812.495	1.870.357	1.591.898
Juros de títulos detidos até a maturidade	65.796	-	65.795	-
	<u>14.684.346</u>	<u>9.670.596</u>	<u>14.420.365</u>	<u>9.449.825</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>				
Juros de depósitos e outros recursos	4.971.805	3.426.199	5.214.164	3.531.255
Juros de títulos emitidos	-	86.743	17.099	99.456
Outros custos e juros equiparados	1.822	166	1.821	167
	<u>4.973.627</u>	<u>3.513.108</u>	<u>5.233.084</u>	<u>3.630.878</u>
<i>Margem financeira</i>	<u>9.710.719</u>	<u>6.157.488</u>	<u>9.187.281</u>	<u>5.818.947</u>

3. Rendimentos de instrumentos de capital

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Rendimentos de investimentos em subsidiárias	-	-	286.935	250.322
Rendimentos de títulos disponíveis para venda	1.806	1.525	-	-
	<u>1.806</u>	<u>1.525</u>	<u>286.935</u>	<u>250.322</u>

A rubrica Rendimentos de Investimentos em subsidiárias corresponde, para o Banco, a dividendos recebidos associados à participação financeira detida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. e, para o Grupo, a dividendos recebidos de outras participações detidas pela Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

4. Resultados de serviços e comissões

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
<i>Serviços prestados</i>				
Por garantias prestadas	694.034	526.387	694.034	526.387
Por serviços bancários prestados	920.585	902.323	976.086	965.653
Comissões da actividade seguradora	86.114	72.070	-	-
Outras comissões	782.604	738.852	782.604	738.851
	<u>2.483.337</u>	<u>2.239.632</u>	<u>2.452.724</u>	<u>2.230.891</u>
<i>Serviços recebidos</i>				
Por garantias recebidas	43.642	33.050	43.642	33.050
Por serviços bancários prestados	1.075	84	1.074	83
Comissões da actividade seguradora	79.041	67.504	-	-
Outras comissões	230.108	165.979	230.108	165.978
	<u>353.866</u>	<u>266.617</u>	<u>274.824</u>	<u>199.111</u>
<i>Resultados de serviços e comissões</i>	<u>2.129.471</u>	<u>1.973.015</u>	<u>2.177.900</u>	<u>2.031.780</u>

5. Resultados em operações financeiras

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
	MZN' 000		MZN' 000	
<i>Lucros em operações financeiras</i>				
Operações cambiais	2.007.075	1.981.967	1.410.226	1.587.444
Outras operações	148.514	59.896	142.671	56.845
	<u>2.155.589</u>	<u>2.041.863</u>	<u>1.552.897</u>	<u>1.644.289</u>
<i>Prejuízos em operações financeiras</i>				
Operações cambiais	404.270	297.077	32.460	1.148
Outras operações	2.251	3.201	2.251	3.201
	<u>406.521</u>	<u>300.278</u>	<u>34.711</u>	<u>4.349</u>
	<u>1.749.068</u>	<u>1.741.585</u>	<u>1.518.186</u>	<u>1.639.940</u>

6. Outros resultados de exploração

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
	MZN' 000		MZN' 000	
<i>Outros proveitos de exploração</i>				
Rendimentos de imóveis	9.513	16.166	2.359	8.991
Prestação de serviços	7.985	11.753	80.003	70.812
Reembolso de despesas	148.596	144.543	148.632	144.543
Prémios de seguros	1.301.819	1.171.387	-	-
Outros proveitos de exploração	201.470	147.896	34.162	63.293
	<u>1.669.383</u>	<u>1.491.745</u>	<u>265.156</u>	<u>287.639</u>
<i>Outros custos de exploração</i>				
Impostos	43.559	37.014	41.162	34.364
Donativos e quotizações	14.372	17.990	14.012	17.618
Custos com sinistros	602.472	262.599	-	-
Outros custos de exploração	53.025	27.034	48.246	23.521
	<u>713.428</u>	<u>344.637</u>	<u>103.420</u>	<u>75.503</u>
	<u>955.955</u>	<u>1.147.108</u>	<u>161.736</u>	<u>212.136</u>

O valor de outros proveitos, em Dezembro de 2016, no Grupo inclui o reconhecimento no consolidado dos desvios actuariais financeiros positivos no valor de 156.826 (milhares de Meticais).

7. Custos com pessoal

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Remunerações	2.380.619	2.002.599	2.201.481	1.852.440
Encargos sociais obrigatórios	77.079	68.062	70.775	61.851
Encargos sociais facultativos	20.565	13.683	120.877	107.169
Outros custos	17.790	11.960	7.957	7.106
	<u>2.496.053</u>	<u>2.096.304</u>	<u>2.401.090</u>	<u>2.028.566</u>

O efectivo médio de colaboradores em serviço no Grupo e no Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, é demonstrado como se segue:

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Administração e Direcção	163	160	143	142
Específicas / Técnicas	947	941	862	856
Outras funções	1.416	1.401	1.369	1.355
	<u>2.526</u>	<u>2.501</u>	<u>2.374</u>	<u>2.353</u>

O valor total das remunerações atribuídas pelo Grupo e pelo Banco aos órgãos de Administração e Fiscalização no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, registado na rubrica de Remunerações, foi de 283.996 milhares de Meticais e 258.158 milhares de Meticais, respectivamente (2015: 182.308 milhares de Meticais e 167.047 milhares de Meticais).

A rubrica de custos com pessoal inclui ainda os custos associados às responsabilidades com pensões para o Grupo e pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 no montante de 59.884 milhares de Meticais e de 54.496 milhares de Meticais, respectivamente (2015: 54.414 milhares de Meticais e 49.760 milhares de Meticais).

8. Outros gastos administrativos

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Água, energia e combustíveis	88.249	84.922	83.927	80.603
Material de consumo corrente	144.719	120.311	138.162	116.563
Rendas e alugueres	278.034	182.759	339.430	245.132
Comunicações	179.765	147.916	176.072	144.665
Deslocações, estadias e representações	71.082	66.980	67.831	63.122
Publicidade	121.841	115.865	109.019	105.510
Custos com trabalho independente	110.827	107.699	86.880	93.206
Conservação e reparação	176.623	166.294	167.207	160.418
Seguros	8.538	7.036	82.454	70.752
Serviços judiciais, contenciosos e notariado	11.882	9.802	11.834	9.760
Informática e Consultoria	1.106.025	814.759	1.078.049	793.712
Segurança e vigilância	114.280	93.338	111.010	90.601
Limpeza de instalações	30.104	27.959	30.104	27.959
Transportes de valores	81.546	70.962	81.546	70.962
Formação do pessoal	21.186	21.451	21.186	21.451
Outros serviços de terceiros	2.835	4.494	2.836	1.339
	2.547.536	2.042.547	2.587.547	2.095.755

9. Amortizações do exercício

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
<i>Activos intangíveis</i>				
Software	70.117	62.529	64.958	57.287
<i>Activos tangíveis</i>				
Imóveis	141.469	137.790	124.305	120.626
Equipamento	321.106	300.741	307.285	289.726
Mobiliário	26.686	22.869	25.178	21.522
Máquinas	8.027	10.043	7.976	9.996
Equipamento informático	145.781	133.540	144.553	132.100
Instalações interiores	53.955	45.594	53.228	45.390
Viaturas	55.022	54.380	46.389	47.710
Equipamento de segurança	28.501	31.124	28.501	31.124
Outro equipamento	3.134	3.191	1.460	1.884
Outros activos tangíveis	28	33	28	33
	462.603	438.564	431.618	410.385
	532.720	501.093	496.576	467.672

10. Imparidade do crédito

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
<i>Crédito concedido a clientes</i>				
Dotação líquida do exercício	1.706.110	1.190.326	1.706.110	1.190.326
Recuperação de crédito e de juros abatidos ao activo	(61.812)	(97.450)	(61.812)	(97.450)
	<u>1.644.298</u>	<u>1.092.876</u>	<u>1.644.298</u>	<u>1.092.876</u>

A rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data de fim do exercício determinadas de acordo com a avaliação da evidência objectiva de imparidade, conforme descrito na nota 1 c).

11. Outras provisões

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Provisões para riscos de crédito indirecto				
Dotação do exercício	95.369	92.874	95.369	92.874
Reversão do exercício	(149.956)	(72.183)	(149.956)	(72.183)
Provisões para riscos bancários gerais				
Dotação do exercício	5.469	8.861	5.469	8.861
Reversão do exercício	-	-	-	-
Outras provisões para riscos e encargos				
Dotação do exercício	21.438	112.500	21.438	112.500
Reversão do exercício	-	(2.916)	-	(2.916)
Provisões técnicas de seguros				
Dotação do exercício	354.286	461.439	-	-
Reversão do exercício	-	-	-	-
Provisões para outros activos				
Dotação do exercício	21.779	17.746	-	-
Reversão do exercício	-	-	-	-
Provisões para activos não correntes detidos para venda				
Dotação do exercício	290	36.065	290	36.065
Reversão do exercício	-	-	-	-
	<u>348.675</u>	<u>654.386</u>	<u>(27.390)</u>	<u>175.200</u>

12. Impostos

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Imposto corrente	1.952.423	888.790	1.709.423	693.877
Imposto diferido				
Activos Tangíveis	10.817	7.693	10.817	7.693
Total de custo de impostos	1.963.240	896.483	1.720.240	701.570
Reconciliação de custo efectivo do imposto				
Resultado antes de impostos	6.977.737	4.633.515	6.229.917	4.093.056
Impostos correntes	2.300.704	893.750	2.014.295	661.284
Ajustamentos ao imposto:				
Impacto das despesas não dedutíveis	32.388	10.335	30.963	8.994
Impacto de custos não dedutíveis	23.178	22.394	22.047	21.860
Rendimentos isentos de imposto ou não tributáveis	(9.663)	(13.674)	(9.663)	(13.674)
Amortização do custo diferido	(26.025)	(8.239)	(26.025)	(8.239)
Benefícios fiscais	(91.819)	(40.052)	(91.819)	(40.052)
Rendimentos de títulos de Dívida Pública - taxa liberatória	(735.197)	(359.544)	(613.107)	(254.812)
Imposto à taxa liberatória de juros da Dívida Pública	458.857	383.820	382.731	318.515
Custo de impostos	1.952.423	888.791	1.709.423	693.877

13. Resultado por acção

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Resultado líquido	4.950.639.079	3.684.884.798	4.509.677.050	3.391.486.281
Número de acções	45.000.000	45.000.000	45.000.000	45.000.000
Resultado por acção	110,01	81,89	100,22	75,37

14. Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Caixa	4.924.787	3.976.273	4.924.787	3.976.273
Banco de Moçambique	15.212.105	9.740.749	15.212.105	9.740.749
	20.136.892	13.717.022	20.136.892	13.717.022

MZN' 000

O saldo de disponibilidades junto do Banco de Moçambique visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com o Aviso nº 06/GBM/2016 do Banco de Moçambique, obriga à manutenção de saldo em depósitos no Banco de Moçambique, equivalente a 15,5% sobre o montante médio diário dos depósitos e outras responsabilidades (2015: 10,5%).

15. Disponibilidades em outras instituições de crédito

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Instituições de crédito no país	63.918	155.596	62.175	154.095
Instituições de crédito no estrangeiro	1.166.324	1.732.359	1.166.324	1.732.359
	1.230.242	1.887.955	1.228.499	1.886.454

MZN' 000

A rubrica de Disponibilidades em instituições de crédito no país, inclui valores a cobrar no montante de 47.506 milhares de Meticais, para o Banco e para o Grupo, que representam, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito em cobrança em 31 de Dezembro de 2016 (2015: 136.172 milhares de Meticais).

Desagregação das Disponibilidades em Outras Instituições de crédito no estrangeiro por moeda:

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
USD	394.181	904.427	394.181	904.427
CAD	1.199	952	1.199	952
ZAR	44.105	3.333	44.105	3.333
DKK	2.666	2.137	2.666	2.137
GBP	9.279	2.954	9.279	2.954
JPY	944	27.524	944	27.524
NOK	58.888	1.790	58.888	1.790
SEK	3.472	4.001	3.472	4.001
CHF	8.656	14.788	8.656	14.788
EUR	640.537	768.156	640.537	768.156
AUD	2.397	2.297	2.397	2.297
	1.166.324	1.732.359	1.166.324	1.732.359

MZN' 000

16. Aplicações em instituições de crédito

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Aplicações em instituições de crédito no país	949.927	3.689.011	935.413	3.677.890
Aplicações inst.crédito no estrangeiro	10.662.792	2.999.566	10.662.792	2.999.566
	11.612.719	6.688.577	11.598.205	6.677.456

MZN' 000

17. Crédito a Clientes

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Crédito com garantias reais	1.427.509	19.824.405	1.427.509	19.824.405
Crédito com outras garantias	58.742.015	35.673.873	58.742.015	35.673.873
Crédito sem garantias	5.472.722	6.088.612	5.472.722	6.088.612
Crédito ao sector público	12.436.331	3.524.836	12.436.331	3.524.836
Crédito em locação financeira	2.853.661	2.176.293	2.853.661	2.176.293
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	84.153	181.289	84.153	181.289
	81.016.391	67.469.308	81.016.391	67.469.308
Crédito vencido - menos de 90 dias	420.841	91.021	420.841	91.021
Crédito vencido - mais de 90 dias	2.992.639	2.948.061	2.992.639	2.948.061
	84.429.871	70.508.389	84.429.871	70.508.389
Imparidade para riscos de crédito	(6.146.761)	(4.177.409)	(6.146.761)	(4.177.409)
	78.283.110	66.330.980	78.283.110	66.330.980

MZN' 000

A análise do crédito a Clientes por tipo de operação é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
<i>Curto prazo</i>				
Crédito descontado titulado por efeitos	1.721.059	2.023.599	1.721.059	2.023.599
Crédito em conta corrente	6.211.731	6.212.471	6.211.731	6.212.471
Descobertos em depósitos à ordem	2.478.355	1.921.710	2.478.355	1.921.710
Empréstimos	23.564.132	11.484.257	23.564.132	11.484.257
Crédito imobiliário	625	1.390	625	1.390
Capital em locação	122.385	363.032	122.385	363.032
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	84.153	181.289	84.153	181.289
	34.182.440	22.187.748	34.182.440	22.187.748
<i>Médio e longo prazo</i>				
Crédito descontado titulado por efeitos				
Empréstimos	44.103.301	43.469.689	44.103.301	43.469.689
Crédito imobiliário	124.410	71.544	124.410	71.544
Capital em locação	2.606.240	1.740.327	2.606.240	1.740.327
	46.833.951	45.281.560	46.833.951	45.281.560
Crédito vencido - menos de 90 dias	420.841	91.021	420.841	91.021
Crédito vencido - mais de 90 dias	2.992.639	2.948.061	2.992.639	2.948.061
	3.413.480	3.039.081	3.413.480	3.039.081
Imparidade para riscos de crédito	(6.146.761)	(4.177.409)	(6.146.761)	(4.177.409)
	78.283.110	66.330.980	78.283.110	66.330.980

MZN' 000

A análise do crédito a Clientes por sector de actividade é a seguinte:

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Agricultura e silvicultura	3.402.416	2.448.962	3.402.416	2.448.962
Indústrias extractivas	1.365.694	1.256.581	1.365.694	1.256.581
Alimentação, bebidas e tabaco	771.038	1.230.450	771.038	1.230.450
Têxteis	5.857	6.117	5.857	6.117
Papel, artes gráficas e editoras	171.790	154.091	171.790	154.091
Químicas	2.393.956	1.938.954	2.393.956	1.938.954
Máquinas e equipamentos	2.135.700	1.643.898	2.135.700	1.643.898
Electricidade, água e gás	7.056.066	4.346.760	7.056.066	4.346.760
Construção	6.766.553	5.345.237	6.766.553	5.345.237
Comércio	11.255.722	7.966.397	11.255.722	7.966.397
Restaurantes e hotéis	1.164.713	1.357.339	1.164.713	1.357.339
Transportes e comunicações	4.961.267	4.425.233	4.961.267	4.425.233
Serviços	14.835.181	9.539.085	14.835.181	9.539.085
Crédito ao consumo	15.154.017	15.074.095	15.154.017	15.074.095
Crédito à habitação	958.726	989.978	958.726	989.978
Estado Moçambicano	10.385.380	11.722.496	10.385.380	11.722.496
Outras actividades	1.645.795	1.062.716	1.645.795	1.062.716
	84.429.871	70.508.389	84.429.871	70.508.389
Imparidade para riscos de crédito	(6.146.761)	(4.177.409)	(6.146.761)	(4.177.409)
	78.283.110	66.330.980	78.283.110	66.330.980

A carteira de crédito a Clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os Clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro.

A análise dos créditos reestruturados por sectores de actividade é a seguinte:

	MZM' 000	
	2016	2015
Agricultura e silvicultura	2.430.524	1.638.579
Alimentação, bebidas e tabaco	2.628	2.628
Têxteis	4.816	4.953
Papel, artes gráficas e editoras	7.287	7.719
Químicas	17.485	18.796
Máquinas e equipamentos	146.679	10.472
Electricidade, água e gás	23.817	4.698
Construção	623.420	23.127
Comércio	351.170	263.625
Restaurantes e hotéis	334.882	33.587
Transportes e comunicações	465.489	137.057
Serviços	79.148	82.204
Crédito ao consumo	248.711	148.349
Crédito à habitação	6.276	5.253
Outras actividades	764.610	30.153
	5.506.942	2.411.198

A análise do crédito vencido por tipo de crédito é a seguinte:

	MZN' 000	
	2016	2015
Crédito com garantias reais	12.909	1.489.866
Crédito com outras garantias	3.135.107	1.108.104
Crédito sem garantias	28.820	247.720
Crédito ao sector público	310	787
Crédito em locação financeira	236.334	192.604
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	-	-
	3.413.480	3.039.081

A análise do crédito vencido por sectores de actividade é a seguinte:

	MZN' 000	
	2016	2015
Agricultura e silvicultura	195.573	84.484
Indústrias extractivas	718	15
Alimentação, bebidas e tabaco	31.609	30.565
Têxteis	17	53
Papel, artes gráficas e editoras	8.172	1.220
Químicas	133.623	1.025
Máquinas e equipamentos	16.579	1.040.506
Electricidade, água e gás	6.413	809
Construção	127.432	31.829
Comércio	365.503	91.547
Restaurantes e hotéis	61.333	42.475
Transportes e comunicações	808.785	578.668
Serviços	130.168	71.213
Crédito ao consumo	1.462.664	1.031.661
Crédito à habitação	12.702	13.988
Estado Moçambicano	6.068	806
Outras actividades	46.121	18.217
	3.413.480	3.039.081

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como se segue:

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	4.177.409	3.136.763	4.177.409	3.136.763
Dotação do exercício líquida	1.784.978	1.190.617	1.784.978	1.190.617
Transferências	-	-	-	-
Utilização de imparidade	(404.250)	(342.298)	(404.250)	(342.298)
Diferenças cambiais	588.624	192.327	588.624	192.327
Saldo em 31 de Dezembro	6.146.761	4.177.409	6.146.761	4.177.409

O quadro seguinte apresenta, por classes de incumprimento, a desagregação da imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2016:

				MZN'000
Classes de incumprimento				
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Crédito vencido com garantia	517.333	240.468	2.633.929	3.391.730
Imparidade existente	(100.469)	(127.819)	(1.823.329)	(2.051.617)
Crédito vencido sem garantia	1.915	14.717	5.119	21.750
Imparidade existente	(569)	(7.511)	(4.129)	(12.210)
Total de crédito vencido	519.248	255.185	2.639.048	3.413.480
Total da imparidade para crédito vencido	(101.039)	(135.330)	(1.827.459)	(2.063.828)
Total da imparidade para crédito vincendo				(4.082.933)
Total da imparidade para riscos de crédito				(6.146.761)

O quadro seguinte apresenta, por classes de incumprimento, a desagregação da imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2015:

				MZN'000
Classes de incumprimento				
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Crédito vencido com garantia	122.764	1.159.766	1.508.830	2.791.360
Imparidade existente	(50.252)	(315.603)	(983.703)	(1.349.558)
Crédito vencido sem garantia	31.176	45.688	170.857	247.721
Imparidade existente	(20.184)	(27.219)	(129.604)	(177.007)
Total de crédito vencido	153.940	1.205.454	1.679.687	3.039.081
Total da imparidade para crédito vencido	(70.436)	(342.822)	(1.113.307)	(1.526.565)
Total da imparidade para crédito vincendo				(2.650.844)
Total da imparidade para riscos de crédito				(4.177.409)

A análise da imparidade por sectores de actividade é a seguinte:

	MZN' 000	
	2016	2015
Agricultura e silvicultura	1.197.856	427.140
Indústrias extractivas	27.364	24.630
Alimentação, bebidas e tabaco	20.264	40.826
Têxteis	130	132
Papel, artes gráficas e editoras	10.523	3.758
Químicas	49.994	38.680
Máquinas e equipamentos	151.230	300.284
Electricidade, água e gás	146.792	85.556
Construção	370.078	212.958
Comércio	405.143	292.221
Restaurantes e hotéis	56.902	39.975
Transportes e comunicações	652.554	414.256
Serviços	585.070	314.472
Crédito ao consumo	2.144.463	1.662.710
Crédito à habitação	62.393	55.400
Estado Moçambicano	207.797	233.002
Outras actividades	58.208	31.409
	6.146.761	4.177.409

A imparidade por tipo de crédito é analisada como se segue:

	MZN' 000	
	2016	2015
Crédito com garantias reais	74.249	1.419.385
Crédito com outras garantias	5.315.774	2.141.946
Crédito sem garantias	119.079	306.375
Crédito ao sector público	248.816	70.548
Crédito em locação financeira	387.160	235.646
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	1.683	3.509
	6.146.761	4.177.409

A anulação de crédito por utilização de provisão por sector de actividade é a seguinte:

	MZN' 000	
	2016	2015
Agricultura e silvicultura	-	25.049
Alimentação, bebidas e tabaco	-	4
Têxteis	-	1
Papel artes gráficas e editoras	-	141
Químicas	-	32.149
Máquinas e equipamento	7.248	2.545
Electricidade, água e gás	-	4
Construção	-	2.564
Comércio	-	114.004
Restaurantes e hotéis	-	15
Transportes e comunicações	-	980
Serviços	-	1.948
Crédito ao consumo	74.017	161.009
Outras actividades	322.985	1.885
	404.250	342.298

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	MZN' 000	
	2016	2015
Crédito com outras garantias	344.767	294.625
Crédito sem garantias	59.483	47.673
	404.250	342.298

A recuperação de créditos e de juros anulados no ano ou em anos anteriores, efectuada no decorrer de 2016 apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

	MZN' 000	
	2016	2015
Crédito com outras garantias	26.954	70.652
Crédito sem garantias	34.857	26.799
	61.811	97.451

18. Activos financeiros disponíveis para venda

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda é analisada como se segue:

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	9.519.052	15.773.239	8.852.812	15.124.157
De outros emissores	6.591	-	-	-
	<u>9.525.643</u>	<u>15.773.239</u>	<u>8.852.812</u>	<u>15.124.157</u>
Acções e outros títulos de rendimento variável	64.298	54.700	32.166	30.619
Imparidade de acções e outros títulos de rendimento variável	(7.098)	(7.098)	(7.098)	(7.098)
	<u>9.582.843</u>	<u>15.820.841</u>	<u>8.877.880</u>	<u>15.147.678</u>

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda corresponde essencialmente a títulos emitidos pelo Estado de Moçambique, designadamente Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro.

Não se registaram movimentos na imparidade associada à carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

19. Activos financeiros detidos até à maturidade

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Obrigações e outros títulos detidos até a maturidade				
De emissores públicos	7.635.754	8.382.987	6.067.068	6.914.455
	<u>7.635.754</u>	<u>8.382.987</u>	<u>6.067.068</u>	<u>6.914.455</u>

No contexto do aumento da volatilidade das taxas, e uma vez que o objectivo para a carteira de dívida pública não era o *trading*, o Banco decidiu proceder à sua reclassificação, de Activos Financeiros detidos para venda para Activos Financeiros detidos até à maturidade.

20. Investimentos em subsidiárias e associadas

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
<i>Subsidiária:</i>				
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A	-	-	356.148	356.148
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>356.148</u>	<u>356.148</u>

O investimento na subsidiária Seguradora Internacional de Moçambique S.A., no valor de 356.148 milhares de Meticais, corresponde ao custo de aquisição da participação social. Em 31 de Dezembro de 2016 os capitais próprios da subsidiária, ascendem a 3.808.084 milhares de Meticais (Em 2015: 2.037.518 milhares de Meticais).

Em 31 de Dezembro de 2016, a percentagem da participação do Banco na subsidiária, é demonstrada como se segue:

Subsidiária	Sede	Capital Social	Actividade Económica	% de participação	MZN
					Método de consolidação
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A	Maputo	147.500.000	Seguros	89,91	Integral*

*Para efeitos de reporte ao Banco de Moçambique e no cumprimento do Aviso nr. 08/GBM/2007, o Banco consolida pelo método de Equivalência patrimonial.

A participação do Grupo na SIM – Seguradora Internacional de Moçambique, não sofreu alterações em relação ao ano anterior.

Em 31 de Dezembro de 2016, a percentagem da participação do Grupo nas associadas é demonstrada como se segue:

Associada	Sede	Capital Social	Actividade Económica	MZN' 000			
				Participação Efectiva (%)		Valor de Balanço	
				2016	2015	2016	2015
Constellation, S.A	Maputo	1.053.500	Gestão Imobiliária	17,98	17,98	250.208	250.208
Beira Nave	Beira	2.850	Estaleiros navais	20,54	20,54	17.292	16.998
						<u>267.500</u>	<u>267.206</u>

21. Activos não correntes detidos para venda

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Aplicações por recuperação de crédito				
Imóveis	1.164.677	1.051.338	1.164.677	1.051.338
Equipamentos e outros	8.845	9.813	8.845	9.813
	<u>1.173.522</u>	<u>1.061.151</u>	<u>1.173.522</u>	<u>1.061.151</u>
Imparidade	(179.711)	(179.421)	(179.711)	(179.421)
	<u>993.811</u>	<u>881.730</u>	<u>993.811</u>	<u>881.730</u>

Os movimentos de imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como se segue:

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	179.421	143.356	179.421	143.356
Dotação do exercício	290	36.065	290	36.065
Saldo no fim do exercício	<u>179.711</u>	<u>179.421</u>	<u>179.711</u>	<u>179.421</u>

22. Outros activos tangíveis

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2016, para o Grupo e para o Banco, são analisados como se segue:

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Imóveis	4.085.755	4.112.886	3.307.212	3.275.297
Obras em edificios arrendados	727.905	732.581	727.905	732.581
Equipamento				
Mobiliário	304.148	324.454	297.699	318.005
Máquinas	112.973	148.341	109.646	145.014
Equipamento informático	1.528.868	1.571.881	1.515.637	1.558.650
Instalações interiores	644.849	678.093	638.079	671.323
Viaturas	377.644	412.871	322.646	357.872
Equipamento de segurança	253.691	261.308	253.691	261.308
Outros activos tangíveis	36.166	55.144	24.933	43.911
Investimentos em curso	378.456	155.507	378.456	155.507
	8.450.454	8.453.065	7.575.904	7.519.468
<i>Amortizações e imparidade acumuladas</i>	(3.096.382)	(3.146.713)	(2.854.742)	(2.925.292)
	5.354.072	5.306.352	4.721.162	4.594.176

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2016, para o Grupo, são analisados como se segue:

MZN' 000					
	Saldo em 01 Janeiro 2016	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2016
<i>Custo</i>					
Imóveis	4.112.886	14.684	(59.658)	17.843	4.085.755
Obras em edificios arrendados	732.581	16.030	(43.384)	22.678	727.905
Equipamento					
Mobiliário	324.454	21.197	(82.920)	41.417	304.148
Máquinas	148.341	3.238	(38.606)	-	112.973
Equipamento informático	1.571.881	91.840	(163.648)	28.796	1.528.868
Instalações interiores	678.093	51.430	(86.904)	2.230	644.849
Viaturas	412.871	32.169	(67.396)	-	377.644
Equipamento de segurança	261.308	25.347	(31.676)	(1.288)	253.691
Outros activos tangíveis	55.144	3.380	(22.358)	-	36.166
Imobilizado em curso	155.507	339.125	(4.500)	(111.676)	378.456
	8.453.065	598.439	(601.050)	-	8.450.454
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Imóveis	(401.171)	(89.150)	612	(752)	(490.460)
Obras em edificios arrendados	(336.752)	(52.319)	42.848	752	(345.471)
Equipamento					
Mobiliário	(189.791)	(26.686)	72.019	-	(144.458)
Máquinas	(127.142)	(8.027)	38.556	9	(96.604)
Equipamento informático	(1.232.112)	(145.781)	161.367	-	(1.216.526)
Instalações interiores	(350.891)	(53.955)	85.930	(7)	(318.923)
Viaturas	(273.489)	(55.022)	60.658	-	(267.853)
Equipamento de segurança	(191.083)	(28.501)	31.676	-	(187.908)
Outros activos tangíveis	(44.283)	(3.162)	19.268	(2)	(28.179)
	(3.146.713)	(462.603)	512.934	-	(3.096.382)

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2015, para o Grupo, são analisados como se segue:

	MZN' 000				
	Saldo em 01 Janeiro 2015	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2015
<i>Custo</i>					
Imóveis	4.058.783	34.756	-	19.347	4.112.886
Obras em edificios arrendados	620.902	1.273	-	110.405	732.581
Equipamento					
Mobiliário	312.190	8.069	(84)	4.279	324.454
Máquinas	147.145	1.196	-	-	148.341
Equipamento informático	1.389.932	56.434	(12.644)	138.160	1.571.881
Instalações interiores	562.558	60.844	(3.496)	58.187	678.093
Viaturas	365.759	91.590	(44.478)	-	412.871
Equipamento de segurança	241.858	9.502	-	9.948	261.308
Outros activos tangíveis	52.340	2.267	(80)	616	55.144
Imobilizado em curso	271.938	224.511	-	(340.942)	155.507
	<u>8.023.405</u>	<u>490.442</u>	<u>(60.782)</u>	<u>-</u>	<u>8.453.065</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Imóveis	(312.260)	(89.316)	405	-	(401.171)
Obras em edificios arrendados	(288.278)	(48.474)	-	-	(336.752)
Equipamento					
Mobiliário	(167.787)	(22.869)	816	50	(189.791)
Máquinas	(117.049)	(10.043)	-	(50)	(127.142)
Equipamento informático	(1.111.200)	(133.540)	12.628	-	(1.232.112)
Instalações interiores	(307.745)	(45.594)	2.448	-	(350.891)
Viaturas	(263.559)	(54.379)	43.226	1.223	(273.489)
Equipamento de segurança	(159.959)	(31.124)	-	-	(191.083)
Outros activos tangíveis	(39.865)	(3.225)	30	(1.223)	(44.283)
	<u>(2.767.702)</u>	<u>(438.564)</u>	<u>59.553</u>	<u>-</u>	<u>(3.146.713)</u>

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2016, para o Banco, são analisados como se segue:

	MZN' 000				
	Saldo em 01 Janeiro 2016	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2016
<i>Custo</i>					
Imóveis	3.275.297	14.684	(612)	17.843	3.307.212
Obras em edificios arrendados	732.581	16.030	(43.384)	22.678	727.905
Equipamento					
Mobiliário	318.005	14.669	(76.392)	41.417	297.699
Máquinas	145.014	3.188	(38.556)	-	109.646
Equipamento informático	1.558.650	89.681	(161.490)	28.796	1.515.637
Instalações interiores	671.323	51.430	(86.904)	2.230	638.079
Viaturas	357.872	17.914	(53.140)	-	322.646
Equipamento de segurança	261.308	25.347	(31.676)	(1.288)	253.691
Outros activos tangíveis	43.911	1.147	(20.125)	-	24.933
Imobilizado em curso	155.507	339.125	(4.500)	(111.676)	378.456
	<u>7.519.468</u>	<u>573.215</u>	<u>(516.779)</u>	<u>-</u>	<u>7.575.904</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Imóveis	(237.897)	(71.986)	612	(752)	(310.023)
Obras em edificios arrendados	(336.752)	(52.319)	42.848	752	(345.471)
Equipamento					
Mobiliário	(185.780)	(25.178)	71.200	-	(139.758)
Máquinas	(124.033)	(7.976)	38.556	9	(93.444)
Equipamento informático	(1.221.485)	(144.553)	161.365	-	(1.204.673)
Instalações interiores	(347.556)	(53.228)	85.931	(7)	(314.860)
Viaturas	(243.950)	(46.389)	49.915	-	(240.424)
Equipamento de segurança	(191.083)	(28.501)	31.676	-	(187.908)
Outros activos tangíveis	(36.756)	(1.488)	20.065	(2)	(18.181)
	<u>(2.925.292)</u>	<u>(431.618)</u>	<u>502.168</u>	<u>-</u>	<u>(2.854.742)</u>

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis, durante o ano de 2015, para o Banco, são analisados como se segue:

	MZN' 000				
	Saldo em 01 Janeiro 2015	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2015
<i>Custo</i>					
Imóveis	3.221.194	34.756	-	19.347	3.275.297
Obras em edificios arrendados	620.902	1.273	-	110.405	732.581
Equipamento					
Mobiliário	306.519	7.207	-	4.279	318.005
Máquinas	143.869	1.145	-	0	145.014
Equipamento informático	1.377.729	55.404	(12.643)	138.160	1.558.650
Instalações interiores	559.426	57.206	(3.496)	58.187	671.323
Viaturas	327.330	75.020	(44.478)	0	357.872
Equipamento de segurança	241.858	9.502	-	9.948	261.308
Outros activos tangíveis	42.220	1.075	-	616	43.911
Imobilizado em curso	271.938	224.511	-	(340.942)	155.507
	<u>7.112.985</u>	<u>467.100</u>	<u>(60.617)</u>	<u>-</u>	<u>7.519.468</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Imóveis	(165.745)	(72.152)	-	-	(237.897)
Obras em edificios arrendados	(288.278)	(48.474)	-	-	(336.752)
Equipamento					
Mobiliário	(164.258)	(21.522)	-	-	(185.780)
Máquinas	(114.037)	(9.996)	-	-	(124.033)
Equipamento informático	(1.102.017)	(132.100)	12.632	-	(1.221.485)
Instalações interiores	(304.613)	(45.390)	2.446	-	(347.556)
Viaturas	(240.689)	(47.710)	44.449	-	(243.950)
Equipamento de segurança	(159.959)	(31.124)	-	-	(191.083)
Outros activos tangíveis	(34.838)	(1.918)	-	-	(36.756)
	<u>(2.574.434)</u>	<u>(410.385)</u>	<u>59.527</u>	<u>-</u>	<u>(2.925.292)</u>

23. Goodwill e outros activos intangíveis

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
<i>Activos intangíveis</i>				
'Software'	624.851	646.087	555.991	587.443
Investimentos em curso	99.062	23.217	85.272	8.172
	<u>723.912</u>	<u>669.304</u>	<u>641.263</u>	<u>595.615</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>	(493.604)	(492.364)	(442.416)	(446.334)
	<u>230.308</u>	<u>176.940</u>	<u>198.847</u>	<u>149.281</u>
<i>Diferenças de consolidação e de reavaliação (Goodwill)</i>				
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A	122.313	122.313	-	-
	<u>352.621</u>	<u>299.252</u>	<u>198.847</u>	<u>149.281</u>

Os movimentos da rubrica de Goodwill e Outros activos intangíveis, durante o ano de 2016, para o Grupo, são analisados como se segue:

	MZN' 000				
	Saldo em 01 Janeiro 2016	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2016
<i>Custo</i>					
'Software'	646.087	37.305	(68.757)	10.216	624.851
Investimentos em curso	23.217	89.309	(3.248)	(10.216)	99.062
	<u>669.304</u>	<u>126.614</u>	<u>(72.005)</u>	<u>-</u>	<u>723.912</u>
<i>Goodwill</i>	<u>122.313</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>122.313</u>
	<u>791.616</u>	<u>126.614</u>	<u>(72.005)</u>	<u>-</u>	<u>846.225</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>					
'Software'	(492.364)	(70.116)	68.876	-	(493.604)
Valor líquido	<u>299.252</u>	<u>56.498</u>	<u>(3.130)</u>	<u>-</u>	<u>352.621</u>

Os movimentos da rubrica de Goodwill e Outros activos intangíveis, durante o ano de 2015, para o Grupo, são analisados como se segue:

MZN' 000

	Saldo em 01 Janeiro 2015	Aquisições / Dotações	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2015
<i>Custo</i>				
'Software'	551.070	68.956	26.061	646.087
Investimentos em curso	41.806	7.471	(26.061)	23.217
	592.876	76.427	-	669.304
<i>Goodwill</i>	122.313	-	-	122.313
	715.189	76.427	-	791.617
<i>Amortizações acumuladas</i>				
'Software'	(429.839)	(62.525)	-	(492.364)
Valor líquido	285.350	13.902	-	299.252

Os movimentos da rubrica de Outros activos intangíveis, durante o ano de 2016, para o Banco, são analisados como se segue:

MZN' 000

	Saldo em 01 Janeiro 2016	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2015
<i>Custo</i>					
<i>Software</i>	587.443	37.305	(68.757)	-	555.991
Imobilizado em curso	8.172	77.100	-	-	85.272
	595.615	114.405	(68.757)	-	641.263
<i>Amortizações acumuladas</i>					
<i>Software</i>	(446.334)	(64.958)	68.876	-	(442.416)
Valor líquido	149.281	49.447	119	-	198.847

Os movimentos da rubrica de Outros activos intangíveis, durante o ano de 2015, para o Banco, são analisados como se segue:

MZN' 000

	Saldo em 01 Janeiro 2015	Aquisições / Dotações	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2015
<i>Custo</i>				
<i>Software</i>	492.248	69.134	26.061	587.443
Imobilizado em curso	28.815	5.418	(26.061)	8.172
	521.063	74.552	-	595.615
<i>Amortizações acumuladas</i>				
<i>Software</i>	(389.047)	(57.287)	-	(446.334)
Valor líquido	132.016	17.265	-	149.281

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b), o valor recuperável do *Goodwill* é avaliado anualmente no segundo semestre de cada exercício, independentemente da existência de sinais de imparidade ou, conforme disposto no parágrafo 9 da IAS 36, sempre que existam sinais de que o activo em apreço tenha sofrido imparidade.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável do goodwill deve ser o maior entre o seu valor de uso (isto é, o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se esperam do seu uso) e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. Tendo por base estes critérios, o Grupo em 2016 efectuou avaliações em relação à participação financeira para a qual existe goodwill registado no activo tendo considerado entre outros, os seguintes factores:

- (i) uma estimativa dos fluxos de caixa futuros gerados pela subsidiária;
- (ii) uma expectativa sobre potenciais variações nos montantes e prazo desses fluxos de caixa;
- (iii) o valor temporal do dinheiro;
- (iv) um prémio de risco associado à incerteza pela detenção do activo;
- (v) outros factores associados à situação actual dos mercados financeiros.

A avaliação tem por base pressupostos devidamente suportados que representam a melhor estimativa da Comissão Executiva sobre as condições económicas que afectarão a subsidiária, o orçamento e as projecções mais recentes aprovadas para aquela subsidiária e a sua extrapolação para períodos futuros.

Os pressupostos assumidos para a referida avaliação podem alterar-se com a modificação das condições económicas e de mercado.

No apuramento da estimativa de valor a 31 de Dezembro de 2016 da participação de 89,914% do Banco na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L (SIM), sujeita ao exercício anual de teste de imparidade de goodwill, considerou-se a informação económica e financeira histórica da SIM, o orçamento para 2017 e as suas projecções para o período de 2018 a 2021, disponibilizado pela empresa. As estimativas de valor foram elaboradas tendo por base um exercício de aplicação de múltiplos de mercado (PER e PBV) e do método de desconto dos dividendos (*Dividend Discount Model* ou DDM). As demonstrações financeiras previsionais não foram auditadas nem sujeitas a eventuais ajustamentos.

Do exercício de apuramento da estimativa do valor da participação financeira do BIM na SIM, e face aos resultados apurados na aplicação dos métodos de avaliação interna considerada (de onde as estimativas via DDM e via PER conduzem a valores significativamente superiores a quantia escriturada da participação), conclui-se na presente data e por critérios meramente financeiros, a semelhança de 2015, a não necessidade em reconhecer perdas por imparidade ao valor do goodwill a 31 de Dezembro de 2016.

24. Activos e passivos por impostos correntes

MZN' 000				
	Grupo		Grupo	
	2016		2015	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
IRPC a recuperar	17.319	-	-	-
IRPC a pagar	-	926.042	-	51.143
	<u>17.319</u>	<u>926.042</u>	<u>-</u>	<u>51.143</u>

	Banco		Banco	
	2016		2015	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
IRPC a recuperar	17.319	-	-	-
IRPC a pagar	-	910.578	-	34.086
	<u>17.319</u>	<u>910.578</u>	<u>-</u>	<u>34.086</u>

25. Activos e passivos por impostos diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos foram gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

MZN' 000				
	Grupo		Grupo	
	2016		2015	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Activos tangíveis	10.892	11.963	21.710	11.963
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2.777	-	2.258
Outros	-	4.306	-	3.318
Impostos diferido activo/passivo	10.892	19.046	21.710	17.538
	(8.154)		4.172	

	Banco		Banco	
	2016		2015	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Activos tangíveis	10.892	-	21.710	-
Activos por impostos diferidos	10.892	-	21.710	-

O movimento do exercício da rubrica de impostos diferidos líquidos é o seguinte:

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	4.172	12.584	21.710	29.403
Dotação do exercício	(10.817)	(8.413)	(10.817)	(7.693)
Outros movimentos	(1.509)	-	-	-
	(8.154)	4.172	10.892	21.710

26. Outros activos

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Devedores	142.298	46.676	179.285	69.263
Outros proveitos a receber	8.527	3.551	84.094	67.586
Despesas antecipadas	47.392	29.453	47.385	28.994
Saldos a receber da actividade Seguradora	868.164	337.983	-	-
Contas Diversas	997.142	236.905	996.719	236.392
Provisões resseguro cedido	903.661	175.131	-	-
	2.967.184	829.699	1.307.483	402.235
Imparidade para outros activos	(83.954)	(58.230)	(17.766)	(13.822)
	2.883.230	771.469	1.289.717	388.413

A rubrica Contas Diversas inclui, em 31 de Dezembro de 2016, o montante de 635.625 milhares de Meticais (31 de Dezembro de 2015: 76.995 milhares de Meticais) relativo a cheques de Outras Instituições de Crédito remetidos para compensação.

Os movimentos na Imparidade de outros activos, para o Grupo e para o Banco, são analisados como se segue:

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	58.230	38.579	13.822	11.917
Dotação do exercício	21.779	17.746	-	-
Flutuação cambial	3.944	1.905	3.944	1.905
Saldo no fim do período	83.954	58.230	17.766	13.822

27. Recursos de outras instituições de crédito

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Recursos do Banco de Moçambique				
Empréstimos a curto prazo	-	1.210.032	-	1.210.032
Empréstimos a médio longo prazo	157.676	79.498	157.676	79.498
Depósitos de Bancos Centrais	5.832.757	-	5.832.757	-
Recursos de outras instituições de crédito no país				
Depósitos a ordem	108.668	92.779	108.668	92.779
Empréstimos a curto prazo	-	988.182	-	988.182
Recursos de outras instituições de crédito no estrangeiro				
Depósitos a ordem	115.304	39.365	115.304	39.365
Empréstimos a curto prazo	104.173	214.646	104.173	214.646
Empréstimos a médio longo prazo	1.459.432	1.147.500	1.459.432	1.147.500
	7.778.010	3.772.002	7.778.010	3.772.002

28. Recursos de clientes

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos à ordem	54.075.357	50.659.063	54.111.516	50.688.712
Depósitos a prazo	43.461.177	38.116.562	46.292.758	40.332.635
Outros Recursos	282.334	428.916	282.334	428.916
	97.818.868	89.204.541	100.686.608	91.450.263

29. Provisões

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Provisões para crédito indirecto	541.594	473.386	541.594	473.386
Provisões para riscos bancários gerais	66.596	59.641	66.596	59.641
Provisões para outros riscos e encargos	143.518	128.826	143.518	128.826
Provisões técnicas da actividade seguradora	4.630.607	3.744.520	-	-
	5.382.315	4.406.373	751.708	661.853

Os movimentos nas Provisões para crédito indirecto, são analisados como se segue:

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	473.386	396.629	473.386	396.629
Dotação do exercício	95.369	92.874	95.369	92.874
Reversão do exercício	(149.956)	(72.183)	(149.956)	(72.183)
Diferenças cambiais	122.795	56.067	122.795	56.067
Saldo no fim do período	541.594	473.386	541.594	473.386

Os movimentos nas Provisões para riscos bancários gerais, são analisados como se segue:

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	59.641	47.857	59.641	47.857
Dotação do exercício	5.469	8.861	5.469	8.861
Diferenças cambiais	9.486	4.584	9.486	4.584
Utilizações do exercício	(8.000)	(1.661)	(8.000)	(1.661)
Saldo no fim do período	66.596	59.641	66.596	59.641

A Provisão para riscos bancários gerais visa cobrir potenciais contingências decorrentes de processos judiciais em curso.

Os movimentos nas Provisões para outros riscos e encargos, são analisados como se segue:

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	128.826	19.241	128.826	19.241
Dotação do exercício	21.438	112.500	21.438	112.500
Reversão do exercício	-	(2.915)	-	(2.915)
Utilizações do exercício	(6.745)	-	(6.745)	-
Saldo no fim do período	143.518	128.826	143.518	128.826

MZN' 000

Os movimentos nas provisões técnicas da actividade seguradora, são analisados como se segue:

	Grupo	
	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	3.744.520	3.348.183
Dotação do exercício	956.758	724.038
Reversão do exercício	(41.861)	(91.300)
Transferências	-	(130.327)
Utilizações do exercício	(21.667)	(108.821)
Diferenças cambiais	(7.143)	2.747
Saldo no fim do período	4.630.607	3.744.520

MZN' 000

30. Passivos subordinados

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Empréstimos subordinados				
Obrigações BIM 2006 - 2016	-	-	17	175.611
	-	-	17	175.611

MZN' 000

31. Outros passivos

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores	124.374	112.224	100.005	94.018
Credores diversos	1.033.922	754.447	291.917	551.032
IVA a liquidar	20.783	10.394	18.257	10.394
Impostos retidos	180.394	134.379	158.475	120.065
Contribuições para Segurança Social	7.775	6.899	7.775	6.899
Custos a pagar	350.989	362.736	310.881	353.673
Custos com pessoal a pagar	608.664	530.632	570.714	484.314
Receitas com proveitos diferidos	297.706	156.113	297.706	156.113
Recursos consignados	23.418	27.914	23.418	27.914
Outras exigibilidades	380.042	409.717	377.542	406.922
	3.028.067	2.505.455	2.156.690	2.211.344

MZN' 000

32. Capital social

O Capital social do Banco no montante de 4.500.000 milhares de Meticais é representado por 45.000.000 acções, de valor nominal de 100 Meticais cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A estrutura accionista a 31 de Dezembro de 2016 apresenta-se como se segue:

	2016 Nº Acções	% participação capital	2015 Nº Acções	% participação capital
BCP África, SGPS	30.008.460	66,69%	30.008.460	66,69%
Estado de Moçambique	7.704.747	17,12%	7.704.747	17,12%
INSS - Instituto Nacional de Segurança Social	2.227.809	4,95%	2.227.809	4,95%
EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, SARL	1.866.309	4,15%	1.866.309	4,15%
FDC - Fundação para Desenvolvimento da Comunidade	487.860	1,08%	487.860	1,08%
Gestores, Técnicos e Trabalhadores (GTTs)	2.704.815	6,01%	2.704.815	6,01%
	45.000.000	100,00%	45.000.000	100,00%

33. Reservas e resultados acumulados

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Reserva legal	3.853.193	3.344.470	3.853.193	3.344.470
Outras reservas e resultados acumulados	9.973.947	8.744.051	8.633.069	7.524.363
Resultado do exercício	4.950.639	3.684.885	4.509.677	3.391.486
	18.777.779	15.773.406	16.995.939	14.260.319

MZN' 000

Nos termos da Legislação Moçambicana em vigor, Lei n.º 15/99 - Instituições de Crédito, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal em pelo menos 15% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social, não podendo esta reserva ser distribuída. Em função do lucro líquido do exercício de 2015, o Banco afectou à reserva legal em 2016, o valor de 508.723 milhares de Meticais (2015: 524.045 milhares de Meticais).

34. Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de Março de 2016, o Conselho de Administração decidiu pela distribuição de 35% dos Resultados líquidos apurados em 31 de Dezembro de 2015, após a constituição da Reserva Legal, no montante de 1.187.020 milhares de Meticais (2015: 1.222.773 milhares de Meticais).

35. Garantias e outros compromissos

Os valores extrapatrimoniais são analisados como se segue:

MZN' 000				
	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Garantias prestadas				
Garantias pessoais	24.912.165	23.047.092	24.912.165	23.047.092
Garantias reais	5.772.947	1.043.439	5.772.947	1.043.439
Garantias e avals recebidos				
Garantias pessoais	273.020.840	243.318.745	273.020.840	243.318.745
Garantias reais	90.193.419	64.109.570	90.193.419	64.109.570
Compromissos perante terceiros	13.571.880	13.368.284	13.571.880	13.368.284
Operações cambiais à vista :				
Compras	27.133	256.661	27.133	256.661
Vendas	27.239	245.314	27.239	245.314
Operações cambiais a prazo :				
Compras	386.903	390.340	386.903	390.340
Vendas	377.313	373.939	377.313	373.939

36. Partes relacionadas

À data de 31 de Dezembro, os débitos e os créditos, detidos pelo Banco decorrentes das transacções do Grupo com partes relacionadas (Grupo Millennium bcp) e subsidiária – Seguradora Internacional de Moçambique, SA, estão assim representados:

MZN' 000							
	2016				2015		
	Activos		Extrapatrimoniais		Activos		Extrapatrimoniais
	Disponibilidades de IC's	Aplicações de IC's	Outros Activos	Garantias reais prestadas	Disponibilidades de IC's	Aplicações de IC's	Outros Activos
Banco Comercial Português S.A	440.357	1.631	-	-	757.796	183.603	-
Millennium bcp Bank & Trust (Cayman)	3.024	10.121	-	9.989	2.001	6.435	-
Seguradora Internacional de Moçambique,SA	-	-	111.878	-	-	-	111.878
	443.381	11.752	111.878	9.989	759.797	190.037	111.878

MZN' 000							
	2016				2015		
	Passivos				Passivos		
	Débitos de IC's	Depósitos de Clientes	Outros passivos	Passivos Subordinados	Débitos de IC's	Depósitos de Clientes	Outros passivos
Banco Comercial Português S.A	14.096	-	299.374	-	10.879	-	538.373
Millennium BCP Partic SGPS LDA	-	38.534	-	-	-	35.800	-
Millennium BCP Africa SGPS	6	-	-	-	-	-	-
Seguradora Internacional de Moçambique,SA	-	2.867.740	-	17	-	2.245.721	-
	14.096	2.906.274	299.374	17	10.879	2.281.521	538.373

À data de 31 de Dezembro, os rendimentos e os custos, detidos pelo Banco decorrentes das transacções do Grupo com partes relacionadas (Grupo Millennium bcp) e sua subsidiária – Seguradora Internacional de Moçambique, SA, estão assim representados:

MZ\$ 000							
2016				2015			
Proveitos				Proveitos			
Juros e proveitos equiparados	Resultados Serviços e Comissões	Outros Resultados de exploração		Juros e proveitos equiparados	Resultados Serviços e Comissões	Outros Resultados de exploração	
Banco Comercial Português S.A	1.498	-	-	299	-	-	
Millennium bcp Bank & Trust (Cayman)	116	-	-	40	-	-	
Seguradora Internacional de Moçambique,SA	-	49.782	72.054	-	63.330	59.059	
	1.613	49.782	72.054	339	63.330	59.059	

MZ\$ 000							
2016				2015			
Custos				Custos			
Juros e custos equiparados	Resultados de Serviços e Comissões	Custos com Pessoal	Outros Gastos administrativos	Juros e custos equiparados	Resultados de Serviços e Comissões	Custos com Pessoal	Outros Gastos administrativos
Banco Comercial Português S.A	-	-	652.013	299	-	-	479.468
Millennium BCP Partic SGPS LDA	-	-	-	4.232	-	-	-
Millennium BCP Africa SGPS	-	-	-	-	-	-	-
Seguradora Internacional de Moçambique,SA	259.457	-	112.216	117.770	-	100.821	141.692
	259.457	-	112.216	122.301	-	100.821	621.160

Em relação aos Órgãos de Administração e seus familiares directos o crédito registado à data de 31 de Dezembro de 2016 ascendia a 7.650 milhares de Meticais (2015: 7.874 milhares de Meticais). Estes créditos foram concedidos de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Relativamente aos Depósitos à data de 31 de Dezembro de 2016 ascendia a 182.306 milhares de Meticais (2015: 364.293 milhares de Meticais).

37. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, a linha Caixa e equivalentes de caixa, é assim composta:

MZ\$ 000				
	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Disponibilidades em caixa	4.924.787	3.976.273	4.924.787	3.976.273
Disponibilidades em Instituições de crédito no país	63.918	155.596	62.175	154.095
Disponibilidades em Instituições de crédito no estrangeiro	1.166.324	1.732.359	1.166.324	1.732.359
	6.155.029	5.864.228	6.153.286	5.862.727

38. Justo valor

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor deve ser estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Créditos a clientes

Os instrumentos financeiros referidos acima são maioritariamente remunerados a taxas de juro variáveis, associadas a indexantes do prazo correspondente ao período de juros de cada contrato, que se aproximam das taxas em vigor no mercado para cada tipo de instrumento financeiro, pelo que o seu justo valor é idêntico ao valor contabilístico, que se encontra deduzido de perdas por imparidade.

Activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe
- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads, etc.) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos inputs utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

Os activos financeiros disponíveis para venda, por níveis de valorização, para o Grupo e para o Banco à data de 31 de Dezembro de 2016 são:

- Nível 1 - Obrigações e outros títulos de rendimento fixo – Obrigações e Bilhetes do Tesouro do Estado Moçambicano;
- Nível 3 – Acções e outros títulos de rendimento variável.

Depósitos de clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às actualmente praticadas, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Títulos de dívida emitidos e Passivos subordinados

Tanto os Títulos de dívida emitidos como os Passivos subordinados são constituídos por contractos celebrados, que são remunerados, maioritariamente, a taxas variáveis, nomeadamente à taxa média ponderada por maturidade e montantes, das últimas 6 emissões de Bilhetes de Tesouros (BTs), pelo que o seu justo valor é idêntico ao valor contabilístico. Todas as alterações verificadas no valor desses passivos por efeito de alteração das taxas de juro utilizadas não afectam os capitais em dívida, afectando unicamente o montante de juros a liquidar.

39. Outros Benefícios aos empregados*Benefícios pós emprego*

O Grupo contribui para o seguinte plano de benefícios definidos pós-emprego:

Os Colaboradores no activo admitidos até 31 de Dezembro de 2011, têm direito a uma pensão remida no momento em que atinjam os 60 anos, no caso dos homens e 55 no caso das mulheres, sendo condição obrigatória que o Colaborador já esteja a beneficiar de pensão de velhice atribuída pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) ou caso a Comissão Executiva assim o decida.

O Grupo determinou que, de acordo com os termos e as condições do plano de benefícios de reforma, e de acordo com o normativo local, o valor presente dos reembolsos ou reduções das futuras contribuições não é inferior ao total do justo valor do plano de activos deduzido do valor presente das obrigações.

Adicionalmente existem responsabilidades com reformas e pensionistas associados a complementos de reforma atribuídos através de rendas de colaboradores que transitaram das instituições adquiridas pelo Grupo em 2000. O benefício da renda é reversível em 50% independentemente do número de beneficiários.

À data de 31 de Dezembro o número de participantes do Grupo é como se segue:

	2016	2015
Número de participantes		
Activos	1.686	1.792
Reformados e pensionistas	525	502
	2.211	2.294

De acordo com a política descrita na nota 1.t), as responsabilidades do Grupo por pensões de reforma e outros benefícios e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro, são analisadas como se segue:

	2016	2015
		MZN' 000
Responsabilidades por benefícios projetados		
Reformados e Pensionistas	(1.028.677)	(1.014.499)
Pessoal no activo	(1.279.678)	(1.119.369)
	(2.308.355)	(2.133.868)
Valor dos activos	2.165.500	2.096.916
Passivos	(142.855)	(36.952)

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados é analisada como se segue:

	2016			MZN' 000
	2015			
	Pensões de reforma	Complemento de reforma	Total	Total
Saldo a 01 de Janeiro	1.014.499	1.119.369	2.133.867	2.003.376
Incluído no resultado do exercício				
Custo do serviço corrente	-	62.840	62.840	58.196
Custo dos juros	78.034	88.276	166.310	147.569
(Ganhos) e perdas actuariais	17.729	88.396	106.125	42.024
Benefícios pagos	(81.585)	(79.203)	(160.788)	(117.297)
Responsabilidades no final do exercício	1.028.677	1.279.678	2.308.355	2.133.868

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto na IAS 19 é a seguinte:

	2016		2015		MZN' 000
	+1,00%	-1,00%	+1,00%	-1,00%	
Taxa de desconto	-110.981	128.996	-101.090	117.987	
Crescimento futuro do salário	123.872	-108.624	113.315	-98.930	
Taxa de crescimento das pensões	91.845	-79.926	97.346	-83.048	

Outros Benefícios aos empregados – Banco

À data de reporte, o número de participantes do Banco é como segue:

	2016	2015
Número de participantes		
Activos	1.580	1.682
Reformados e pensionistas	525	502
	2.105	2.184

De acordo com a política descrita na nota 1.t), as responsabilidades do Banco por pensões de reforma e outros benefícios e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro, são analisadas como se segue:

	2016	2015
		MZN' 000
Responsabilidades por benefícios projectados		
Reformados e Pensionistas	(1.028.677)	(1.014.499)
Pessoal no activo	(1.195.639)	(1.048.836)
	(2.224.316)	(2.063.335)
Valor dos activos	2.333.933	2.107.881
Activos	109.618	44.546

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados, é analisada como se segue:

	MZN' 000			
	2016			2015
	Pensões de reforma	Complemento de reforma	Total	Total
Saldo a 01 de Janeiro	1.014.499	1.048.836	2.063.335	1.950.726
<u>Incluído no resultado do exercício</u>				
Custo do serviço corrente	-	57.611	57.611	53.728
Custo dos juros	78.034	82.752	160.786	143.477
(Ganhos) e perdas actuariais	17.729	76.054	93.783	37.802
Rotações no grupo	-	-	-	(5.101)
Benefícios pagos	(81.585)	(69.614)	(151.199)	(117.297)
Responsabilidades no final do exercício	1.028.677	1.195.639	2.224.316	2.063.335

A evolução do valor das apólices que financiam o Plano de Benefícios do Banco pode ser analisada como se segue:

	MZN' 000	
	2016	2015
Saldo a 01 de Janeiro	2.107.881	1.958.603
Ganhos actuariais	158.537	77.768
Transformações Técnicas associadas a Rotações	-	(5.101)
Contribuições do Millennium bim	54.496	49.760
Benefícios pagos pelo Fundo	(151.199)	(117.297)
Rendimento esperado	164.218	144.148
Saldo a 31 de Dezembro	2.333.933	2.107.881

A evolução dos activos/responsabilidades líquidas do Banco é analisada como se segue:

	MZN' 000	
	2016	2015
Saldo a 01 de Janeiro	(44.546)	(7.877)
(Ganhos) e perdas - responsabilidades	93.783	37.802
(Ganhos) e perdas - activos do plano	(158.537)	(77.768)
Contribuições do Grupo	(54.497)	(49.760)
Atribuição do benefício do ano		
Custo do serviço corrente	57.611	53.728
Custo/(proveito) dos juros líquidos do saldo de cobertura das responsabilidades	(3.432)	(671)
Saldo a 31 de Dezembro	(109.618)	(44.546)

Os elementos que constituem o valor da carteira de activos são constituídos pelos seguintes títulos (em percentagem):

	2016	2015
Acções ordinárias	0,47%	0,47%
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	62,20%	51,42%
Imóveis	30,15%	32,34%
Depósitos a Prazo	7,18%	15,77%
	100%	100%

O custo reconhecido pelo Banco no exercício com a atribuição de benefícios é analisado como se segue:

	MZN' 000	
	2016	2015
Custo do serviço corrente	57.611	53.728
Custo/(proveito) dos juros líquido no saldo da cobertura das responsabilidades	(3.432)	(671)
Custo do exercício	54.180	53.057

O Banco utilizou os seguintes pressupostos actuariais à data de fecho para o cálculo das responsabilidades com pensões (expressos em percentagem):

	2016	2015
<i>Idade normal de reforma:</i>		
Homens	60	60
Mulheres	55	55
Crescimento salarial	6,50%	6,50%
Crescimento das pensões	4,00%	4,00%
Taxa de rendimento do fundo	8,00%	8,00%
Taxa de desconto	8,00%	8,00%
Tábua de mortalidade	PF 60/64	PF 60/64

A 31 de Dezembro de 2016, a duração média ponderada das responsabilidades é de 18 anos (2015: 19 anos).

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto no IAS 19 é a seguinte:

	2016		2015	
	+1,00%	-1,00%	+1,00%	-1,00%
Taxa de desconto	-102.684	119.193	-93.684	109.196
Crescimento futuro do salário	114.357	-100.416	104.761	-91.586
Crescimento futuro do fundo de pensões	206.201	-180.342	157.797	-128.775

MZN' 000

Outros Benefícios de longo prazo – prémio de antiguidade

O prémio de antiguidade é atribuído aos colaboradores do Grupo e do Banco em função dos anos de serviço prestados sendo pagos um, dois e três salários quando atingidos quinze, vinte e trinta anos de serviço, respectivamente.

O valor actual dos prémios de antiguidade é mensualizado em cada exercício, sendo a provisão reconhecida no Balanço por contrapartida de custos com o Pessoal, o qual inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos juros e os ganhos/perdas actuariais.

	Grupo		Banco	
	2016	2015	2016	2015
Prémios de antiguidade	120.817	99.998	108.330	90.584

MZN' 000

40. Demonstração dos resultados consolidados por segmentos operacionais

O relato por segmentos apresentado segue, no que respeita aos segmentos de negócio e geográficos, o disposto no IFRS 8.

O Banco desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros com especial ênfase nos negócios da Banca Comercial e Seguros.

Caracterização dos Segmentos

A Banca Comercial manteve-se como negócio dominante na actividade do Banco, tanto em termos de volume como ao nível de contribuição para os resultados.

O negócio da Banca Comercial, orientado para os segmentos da Banca de Retalho e Corporate, centra a sua actividade na satisfação das necessidades dos Clientes particulares e empresas.

A estratégia de abordagem da Banca de Retalho encontra-se delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados Clientes mass market, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de Cliente dedicado, designados Clientes prime.

No âmbito da estratégia de cross-selling a Banca de Retalho funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços da Seguradora.

O segmento Corporate, dirigido a entidades institucionais e a empresas cuja dimensão da sua actividade se enquadra dentro dos critérios de selecção estabelecidos para este segmento, oferece uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado e adaptado às necessidades do mesmo.

O segmento “Outros”, engloba outros segmentos residuais, que representam individualmente menos de 10% do total de proveitos, do resultado líquido e dos activos do Grupo.

Os reportes utilizados pela gestão têm essencialmente uma base contabilística suportada nas NIRF’s.

Actividade dos segmentos de negócio em 31 de Dezembro de 2016

Os valores da conta de exploração reflectem o processo de afectação de resultados, com base em valores médios, reportados por cada segmento de negócio.

A contribuição líquida da Seguradora reflecte o resultado individual, independentemente da percentagem de participação detida pelo Banco. A coluna “outros” refere os ajustamentos de consolidação.

A informação seguidamente apresentada foi preparada com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as NIRF’s.

MZN' 000

31 de Dezembro de 2016	Banca Retalho	Corporate Banking	Seguros	Outros	Total consolidado
Margem Financeira	3.265.261	5.922.020	523.438	-	9.710.719
Resultados de serviços e comissões	1.128.520	1.049.380	(48.429)	-	2.129.471
Resultados de operações financeiras	750.945	767.241	236.205	(5.323)	1.749.068
Outros resultados de exploração	271.534	177.137	3.032.650	(2.523.560)	957.761
Total de proveitos operacionais	5.416.260	7.915.778	3.743.864	(2.528.883)	14.547.019
Custos com pessoal	1.390.012	1.011.078	207.179	(112.216)	2.496.053
Outros gastos administrativos	1.497.147	1.090.400	113.688	(153.699)	2.547.536
Amortização do exercício	301.662	194.914	18.980	17.164	532.720
Total de custos operacionais	3.188.821	2.296.392	339.847	(248.751)	5.576.309
Imparidade de crédito	441.832	1.202.466	-	-	1.644.298
Outras provisões	(7.360)	(20.030)	376.065	-	348.675
Resultados antes de impostos	1.792.967	4.436.950	3.027.952	(2.280.132)	6.977.737
Impostos	442.025	1.278.215	925.179	(682.179)	1.963.240
Interesse que não controlam	-	-	-	63.858	63.858
Resultado do Exercício Atribuível aos Accionistas	1.350.942	3.158.735	2.102.773	(1.661.811)	4.950.639

MZN' 000

31 de Dezembro de 2016	Banca Retalho	Corporate Banking	Seguros	Outros	Total consolidado
Activo					
Crédito a Clientes	21.035.084	57.248.026	-	-	78.283.110
Passivo					
Depósitos de Clientes	57.394.421	40.424.447	-	-	97.818.868

MZN' 000

31 de Dezembro de 2015	Banca Retalho	Corporate Banking	Seguros	Outros	Total consolidado
Margem Financeira	2.370.769	3.448.178	336.349	2.192	6.157.488
Resultados de serviços e comissões	1.168.027	863.753	(58.765)	-	1.973.015
Resultados de operações financeiras	748.273	891.667	101.645	-	1.741.585
Outros resultados de exploração	254.375	208.083	1.100.733	(414.558)	1.148.633
Total de proveitos operacionais	4.541.444	5.411.681	1.479.962	(412.366)	11.020.721
Custos com pessoal	1.285.567	742.999	168.559	(100.821)	2.096.304
Outros gastos administrativos	1.295.310	800.445	88.485	(141.693)	2.042.547
Amortização do exercício	304.239	163.433	16.257	17.164	501.093
Total de custos operacionais	2.885.116	1.706.877	273.301	(225.350)	4.639.944
Imparidade de crédito	368.493	724.383	-	-	1.092.876
Outras provisões	59.073	116.127	479.186	-	654.386
Resultados antes de impostos	1.228.762	2.864.294	727.475	(187.016)	4.633.515
Impostos	232.220	469.350	194.913	-	896.483
Interesse que não controlam	-	-	-	52.147	52.147
Resultado do Exercício Atribuível aos Accionistas	996.542	2.394.944	532.562	(239.163)	3.684.885

MZN' 000

31 de Dezembro de 2015	Banca Retalho	Corporate Banking	Seguros	Outros	Total consolidado
Activo					
Crédito a Clientes	22.365.285	43.965.695	-	-	66.330.980
Passivo					
Depósitos de Clientes	51.695.628	37.508.912	-	-	89.204.541

41. Gestão de risco

O Grupo está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada pelo Millennium bcp em coordenação com os departamentos locais e atendendo aos riscos específicos de cada negócio em cada região.

A política de gestão de risco do Millennium bim visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, apresenta-se a seguir os principais tipos de riscos – de crédito, de mercado, de liquidez e operacional – numa perspectiva estritamente contabilística, a que se encontra sujeita a actividade do Banco e do Grupo.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato, em cumprir com as suas obrigações enquanto mutuário do Banco.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre esses instrumentos, quer as volatilidades dos respectivos preços.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – O risco operacional é definido como sendo a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Risco de Mercado

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e preço de acções. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro refere-se ao risco de perdas em função de oscilações observadas nas taxas de juro. Incorrer em risco de taxa de juro é uma situação natural da actividade bancária.

Risco de Exposição Cambial

O risco cambial refere-se à possibilidade de perdas em decorrência de oscilações nas taxas de câmbio, ou seja, consiste no risco que decorre de que o valor de um instrumento financeiro flutue devido a mudanças na taxa de câmbio.

O Banco, no que se refere aos riscos de taxa de juro e de câmbio utiliza modelos internos para o acompanhamento e monitorização destes riscos, nomeadamente:

(i) – Análise de sensibilidade e Gaps (Diferencial de taxa de juro)

Para a mensuração do risco de taxa de juro (sendo os gaps constituídos por prazos residuais de *repricing* dos contratos vivos), conforme demonstram os quadros abaixo:

MZN' 000

Grupo							
31 de Dezembro de 2016	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	20.136.892	-	-	-	-	-	20.136.892
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.230.242	-	-	-	-	-	1.230.242
Aplicações em instituições de crédito	10.006.357	1.147.067	454.399	-	-	4.896	11.612.719
Créditos a clientes	28.044.795	28.886.095	6.377.530	2.270.069	12.620.661	83.960	78.283.110
Activos financeiros disponíveis para venda	1.897.500	200.000	4.926.811	1.771.134	1.250.143	(462.745)	9.582.843
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	240.477	3.121.156	3.655.961	545.489	72.671	7.635.754
Outros activos	-	-	-	-	-	9.977.158	9.977.158
Total do activo	61.315.786	30.473.639	14.879.896	7.697.164	14.416.293	9.675.940	138.458.718
Passivo							
Depósitos de outras instituições de crédito	1.813.150	4.284.836	518.302	648.636	486.477	26.609	7.778.010
Depósitos de clientes	65.028.878	9.624.826	22.285.252	17.522	-	862.390	97.818.868
Outros passivos	-	-	-	-	-	9.355.470	9.355.470
Total do passivo	66.842.028	13.909.662	22.803.554	666.158	486.477	10.244.469	114.952.348
Total do passivo e dos capitais próprios	66.842.028	13.909.662	22.803.554	666.158	486.477	33.750.839	138.458.718
Gaps de risco de taxa de juro	(5.526.242)	16.563.977	(7.923.658)	7.031.006	13.929.816	(24.074.899)	-
Gap acumulado de risco de taxa de juro	(5.526.242)	11.037.735	3.114.077	10.145.083	24.074.899	-	-
31 de Dezembro de 2015	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Total do activo	41.382.399	11.273.156	57.542.374	1.497.353	1.229.323	7.503.699	120.428.304
Total do passivo e dos capitais próprios	68.391.470	10.478.948	12.049.804	621.006	730.227	28.156.849	120.428.304
Gaps de risco de taxa de juro	(27.009.071)	794.208	45.492.570	876.347	499.096	(20.653.150)	-
Gap acumulado de risco de taxa de juro	(27.009.071)	(26.214.863)	19.277.707	20.154.054	20.653.150	-	-

MZN' 000

Banco							
31 de Dezembro de 2016	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	20.136.892	-	-	-	-	-	20.136.892
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.228.499	-	-	-	-	-	1.228.499
Aplicações em instituições de crédito	10.003.995	1.138.067	454.399	-	-	1.744	11.598.205
Créditos a clientes	28.044.795	28.886.095	6.377.530	2.270.069	12.620.661	83.960	78.283.110
Activos financeiros disponíveis para venda	1.897.500	200.000	4.500.000	1.557.728	1.250.143	(527.491)	8.877.880
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	-	1.815.955	3.655.961	545.489	49.663	6.067.068
Outros activos	-	-	-	-	-	7.587.896	7.587.896
Total do activo	61.311.681	30.224.162	13.147.884	7.483.758	14.416.293	7.195.772	133.779.550
Passivo							
Depósitos de outras instituições de crédito	1.813.150	4.284.836	518.302	648.636	486.477	26.609	7.778.010
Depósitos de clientes	67.357.688	9.629.703	22.811.435	17.522	-	870.260	100.686.608
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	17	17
Outros passivos	-	-	-	-	-	3.818.976	3.818.976
Total do passivo	69.170.838	13.914.539	23.329.737	666.158	486.477	4.715.862	112.283.611
Total do passivo e dos capitais próprios	69.170.838	13.914.539	23.329.737	666.158	486.477	26.211.801	133.779.550
Gaps de risco de taxa de juro	(7.859.157)	16.309.623	-10.181.853	6.817.600	13.929.816	(19.016.029)	-
Gap acumulado de risco de taxa de juro	(7.859.157)	8.450.466	-1.731.387	5.086.213	19.016.029	-	-
31 de Dezembro de 2015	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Total do activo	41.380.898	11.273.156	57.376.080	182.120	612.148	6.241.101	117.065.503
Total do passivo e dos capitais próprios	70.254.052	10.483.712	12.593.782	621.006	730.227	22.382.724	117.065.503
Gaps de risco de taxa de juro	(26.419.412)	6.413.204	32.876.441	(479.904)	984.950	(13.375.279)	-
Gap acumulado de risco de taxa de juro	(26.419.412)	(20.006.208)	12.870.233	12.390.329	13.375.279	-	-

(ii) Análise de sensibilidade ao Risco de Taxa de Juro na carteira bancária

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é efectuada através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o balanço do Banco.

Para esta análise são consideradas características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efectuado, por prazos residuais de *repricing*, o cálculo do impacto no valor económico do Banco resultante da alteração da curva de taxa de juro de mercado.

(iii) – Risco cambial

É avaliado através da medida dos indicadores definidos no normativo de âmbito prudencial do Banco de Moçambique, cuja análise é efectuada com recurso a indicadores como:

- Posição Cambial Líquida por Divisa (*Net open position*) - Recolhida ao nível do sistema informático do Banco pelo *Risk Office*, e validada pela Direcção de Contabilidade e pela Direcção Financeira, reportando-se ao último dia de cada mês.
- Indicador de Sensibilidade - calculado através da simulação do impacto, nos resultados do Banco, de uma hipotética variação de 1% nas taxas de câmbio de valorimetria.

A exposição do Grupo e do Banco ao risco cambial apresenta-se nos seguintes quadros:

	Grupo			MZN' 000		
	2016			2015		
	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	6.282.615	317.084	6.599.700	1.396.642	240.079	1.636.720
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	393.319	772.923	1.166.242	904.427	828.174	1.732.600
Aplicações em Instituições de Crédito	10.662.497	-	10.662.497	6.622.764	54.997	6.677.760
Crédito a Clientes	18.046.617	1.621.553	19.668.170	13.301.907	948.320	14.250.227
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.547	1.547	-	-	-
Outros activos	25.694	1.313	27.007	573	99	673
	<u>35.410.742</u>	<u>2.714.420</u>	<u>38.125.163</u>	<u>22.226.312</u>	<u>2.071.669</u>	<u>24.297.981</u>
Passivo						
Recursos de outras Instituições de Crédito	7.438.801	18.967	7.457.768	1.247.952	156.199	1.404.151
Recursos de Clientes	26.734.185	2.004.781	28.738.966	21.109.389	1.181.987	22.291.377
Provisões	767.135	34.684	801.819	465.700	25.447	491.147
Outros passivos	335.065	539.592	874.657	266.568	662.587	929.155
	<u>35.275.186</u>	<u>2.598.024</u>	<u>37.873.210</u>	<u>23.089.609</u>	<u>2.026.221</u>	<u>25.115.830</u>
POSIÇÃO GLOBAL OPERACIONAL	<u>135.556</u>	<u>116.396</u>	<u>251.953</u>	<u>(863.296)</u>	<u>45.447</u>	<u>(817.849)</u>

	Banco			MZN' 000		
	2016			2015		
	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	6.282.615	317.084	6.599.700	1.396.642	240.079	1.636.720
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	393.319	772.142	1.165.462	904.427	827.932	1.732.359
Aplicações em Instituições de Crédito	10.662.497	0	10.662.497	6.622.764	54.693	6.677.456
Crédito a Clientes	18.046.617	1.621.553	19.668.170	13.301.907	948.320	14.250.227
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.547	1.547	-	-	-
Outros activos	25.694	123	25.817	573	82	655
	35.410.742	2.712.449	38.123.192	22.226.312	2.071.105	24.297.418
Passivo						
Recursos de outras Instituições de Crédito	7.438.801	18.967	7.457.768	1.247.952	156.199	1.404.151
Recursos de Clientes	27.248.511	2.036.662	29.285.174	21.433.848	1.215.153	22.649.001
Provisões	307.200	25.613	332.813	193.008	21.354	214.362
Outros passivos	241.981	515.083	757.064	299.977	651.874	951.851
	35.236.494	2.596.325	37.832.819	23.174.784	2.044.580	25.219.364
POSIÇÃO GLOBAL OPERACIONAL	174.249	116.124	290.373	(948.471)	26.525	(921.946)

Os valores apresentados relativos à exposição do risco cambial evidenciam que a moeda estrangeira predominante no balanço do Grupo e do Banco é o Dólar Americano.

Os resultados evidenciam que o Grupo e o Banco enquadram-se dentro dos limites de tolerância ao risco cambial, definidos no âmbito das normas prudenciais estabelecidas pelo Banco de Moçambique, quer por moeda, quer na globalidade das moedas.

Risco de Liquidez

Os quadros seguintes analisam os activos e passivos financeiros e extrapatrimoniais do Banco e do Grupo por grupos relevantes de maturidade, sendo os montantes compostos pelo valor de activos, passivos e extrapatrimoniais tendo em conta a maturidade contratual residual.

Grupo						
31 de Dezembro de 2016	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	20.136.892	-	-	-	-	20.136.892
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.230.242	-	-	-	-	1.230.242
Aplicações em instituições de crédito	10.007.738	1.150.582	454.399	-	-	11.612.719
Créditos a clientes	22.070.474	3.749.031	8.362.936	12.101.232	34.732.718	81.016.391
Activos financeiros disponíveis para venda	1.338.483	204.880	4.714.903	1.984.112	1.340.465	9.582.843
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	-	3.400.031	3.683.820	551.903	7.635.754
Total do activo	54.783.829	5.104.493	16.932.269	17.769.164	36.625.086	131.214.841
Passivo						
Depósitos de outras instituições de crédito	1.819.952	4.304.315	518.630	648.636	486.477	7.778.010
Depósitos de clientes	65.891.267	9.624.827	22.285.252	17.522	-	97.818.868
Total do passivo	67.711.219	13.929.142	22.803.882	666.158	486.477	105.596.878
Gaps de Liquidez	(12.927.390)	(8.824.649)	(5.871.613)	17.103.006	36.138.609	25.617.963
Gap acumulado de Liquidez	(12.927.390)	(21.752.039)	(27.623.652)	(10.520.646)	25.617.963	
31 de Dezembro de 2015	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	
Total do activo	26.556.692	8.173.270	23.514.721	18.781.831	36.940.176	113.966.690
Total do passivo	62.799.026	8.880.495	19.724.721	449.621	-	91.853.863
Gaps de Liquidez	(36.242.334)	(707.225)	3.790.000	18.332.210	36.940.176	22.112.827
Gap acumulado de Liquidez	(36.242.334)	(36.949.559)	(33.159.559)	(14.827.349)	22.112.827	-

MZN' 000

Banco						
31 de Dezembro de 2016	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	20.136.892	-	-	-	-	20.136.892
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.228.499	-	-	-	-	1.228.499
Aplicações em instituições de crédito	10.005.377	1.138.429	454.399	-	-	11.598.205
Créditos a clientes	22.070.474	3.749.031	8.362.936	12.101.232	34.732.718	81.016.391
Activos financeiros disponíveis para venda	1.337.843	200.000	4.500.000	1.557.728	1.282.309	8.877.880
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	-	1.831.344	3.683.820	551.903	6.067.067
Total do activo	54.779.085	5.087.460	15.148.679	17.342.780	36.566.930	128.924.934
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	1.819.952	4.304.315	518.630	648.636	486.477	7.778.010
Recursos de clientes	68.227.948	9.629.703	22.811.435	17.522	-	100.686.608
Passivos subordinados	17	-	-	-	-	17
Total do passivo	70.047.917	13.934.018	23.330.065	666.158	486.477	108.464.635
Gaps de Liquidez	(15.268.832)	(8.846.558)	(8.181.386)	16.676.622	36.080.453	20.460.299
Gap acumulado de Liquidez	(15.268.832)	(24.115.390)	(32.296.776)	(15.620.154)	20.460.299	-
31 de Dezembro de 2015	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Total
Total do activo	26.525.159	8.173.270	23.348.427	17.466.599	36.298.919	111.812.374
Total do passivo	64.671.006	8.885.259	20.453.152	658.257	730.227	95.397.901
Gaps de Liquidez	(38.145.847)	(711.989)	2.895.275	16.808.342	35.568.692	16.414.473
Gap acumulado de Liquidez	(38.145.847)	(38.857.836)	(35.962.561)	(19.154.219)	16.414.473	-

Para os depósitos à ordem é firme convicção da Administração que as maturidades contratuais não representam de forma apropriada o período de permanência desses depósitos no Banco.

Desta forma, corrigindo a maturidade contratual (até 1 mês) pela maturidade histórica dos core-deposits associados, o gap de liquidez do Banco é conforme o referido no capítulo da Política e Gestão de Risco na parte inicial deste relatório.

Risco Operacional

O Banco tem adoptado princípios e práticas que garantem uma eficiente gestão do risco operacional, nomeadamente através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, de que são exemplos: a segregação de funções; as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações; os limites de tolerância e exposições aos riscos; o código deontológico e de conduta; os indicadores – chave de risco; os controlos de acessos físicos e lógicos; as actividades de reconciliação; os relatórios de excepção; a contratação de seguros; o planeamento de contingências; a formação interna sobre processos, produtos e sistemas, entre outras medidas.

42. Solvabilidade

Os fundos próprios do Banco Internacional de Moçambique, são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o disposto no Aviso n.º 12/GBM/2013 do Banco de Moçambique. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de Base (Tier 1) com os fundos próprios complementares (Tier 2) e da subtracção da componente relevada no agregado Deduções.

Os fundos próprios de base integram o capital realizado, as reservas e os impactos diferidos associados aos ajustamentos de transição para as NIRF (Normas Internacionais de Relato Financeiro).

Paralelamente, para a determinação dos fundos próprios de base, são deduzidos os outros activos intangíveis, o goodwill relevado no activo, os desvios actuariais positivos / negativos e custos com serviços passados, associados a benefícios pós - emprego atribuídos pela entidade que de acordo com a NIC 19 – Benefícios aos Empregados (Método do Corredor) não tenham sido reconhecidos em resultados do exercício, resultados transitados ou reservas.

Os fundos próprios de base podem ser ainda influenciados pela existência de diferenças de reavaliação em outros activos, em operações de cobertura de fluxos de caixa ou em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, na parte que corresponda a risco de crédito próprio, pela existência de um fundo para riscos bancários gerais e por insuficiência de provisões, caso as dotações para imparidade de crédito, calculadas de acordo com as Normas Internacionais de relato financeiro, sejam inferiores às dotações de provisões requeridas pelo Aviso n.º 7/GBM/07 do Banco de Moçambique, apuradas em base individual.

Os fundos próprios complementares englobam a dívida subordinada, as reservas provenientes da reavaliação dos activos fixos tangíveis e, mediante autorização prévia do Banco de Moçambique, a inclusão de elementos patrimoniais que podem ser livremente utilizados para cobrir riscos normalmente ligados à actividade das instituições sem que as perdas ou menos valias tenham ainda sido identificadas.

Para apuramento do capital regulamentar torna-se ainda necessário efectuar algumas deduções aos fundos próprios totais, nomeadamente a quantia escriturada do activo não financeiro recebido em reembolso de crédito próprio.

Divulgações de Capital

		MZN' 000
	2016	2015
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE		
Tier 1 Capital		
Capital realizado	4.500.000	4.500.000
Reservas e resultados retidos	13.135.511	10.826.325
Activos Intangíveis	(198.847)	(149.281)
Insuficiência de provisões	(2.053.152)	(2.903.627)
Tier 1 Capital total	15.383.512	12.273.417
Tier 2 Capital		
Empréstimos subordinados	-	35.000
Outros	(639.958)	9.933
Tier 2 Capital total	(639.958)	44.933
Dedução aos fundos próprios totais	380.763	116.447
Fundos próprios elegíveis	14.362.791	12.201.903
Activos ponderados pelo risco		
No balanço	65.942.155	52.215.172
Fora de balanço	8.389.220	6.907.626
Risco operacional	1.323.621	1.198.818
Risco de mercado	675.448	1.164.867
Rácio de adequação de fundos próprios de base (Tier 1)	20,2%	20,0%
Rácio de adequação de fundos próprios (Tier 2)	-0,8%	0,1%
Rácio de Solvabilidade	18,8%	19,8%

43. Concentração de risco

A concentração de activos financeiros com risco de crédito por sector, no Grupo e no Banco, é a seguinte:

Grupo										MZN 000	
Sector	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Crédito a Clientes	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até a maturidade	Investimentos em associadas	Outros activos	2016		2015	
								Total	%	Total	%
Sector Público	-	-	10.177.583	9.519.052	7.635.754	-	-	27.332.389	24,5%	35.645.720	35,6%
Instituições Financeiras	1.230.242	11.612.719	-	6.114	-	-	-	12.849.075	11,5%	8.582.647	8,6%
Agricultura e silvicultura	-	-	2.204.560	-	-	-	-	2.204.560	2,0%	2.021.822	2,0%
Indústrias extractivas	-	-	1.338.330	-	-	-	-	1.338.330	1,2%	1.231.951	1,2%
Alimentação, beb.e tabaco	-	-	750.774	26.018	-	-	-	776.792	0,7%	1.207.590	1,2%
Têxteis	-	-	5.727	-	-	-	-	5.727	0,0%	5.985	0,0%
Papel, artes gráf.e editoras	-	-	161.267	-	-	-	-	161.267	0,1%	150.333	0,2%
Químicas	-	-	2.343.962	-	-	-	-	2.343.962	2,1%	1.900.274	1,9%
Máquinas e equipamentos	-	-	1.984.470	-	-	-	-	1.984.470	1,8%	1.343.614	1,3%
Electricidade, água e gás	-	-	6.909.274	-	-	-	-	6.909.274	6,2%	4.261.204	4,3%
Construção	-	-	6.396.475	-	-	-	-	6.396.475	5,7%	5.132.279	5,1%
Comércio	-	-	10.850.579	-	-	-	-	10.850.579	9,7%	7.674.176	7,7%
Restaurantes e hotéis	-	-	1.107.811	-	-	-	-	1.107.811	1,0%	1.317.364	1,3%
Transportes e comunicações	-	-	4.308.713	-	-	17.292	-	4.326.004	3,9%	4.027.975	4,0%
Serviços	-	-	14.250.111	31.659	-	250.208	-	14.531.978	13,0%	9.498.342	9,5%
Crédito ao consumo	-	-	13.009.554	-	-	-	-	13.009.554	11,7%	13.411.385	13,4%
Crédito à habitação	-	-	896.333	-	-	-	-	896.333	0,8%	934.578	0,9%
Outras actividades	-	-	1.587.590	-	-	-	2.883.230	4.470.820	4,0%	1.802.776	1,8%
	1.230.242	11.612.719	78.283.110	9.582.843	7.635.754	267.500	2.883.230	111.495.398	100,0%	100.150.015	100,0%

							MZN 000			
Sector	Banco									
	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Crédito a Clientes	Activos financeiros disponíveis para venda	Investimentos em subsidiárias	Outros activos	2016		2015	
							Total	%	Total	%
Sector Público	-	-	10.177.583	8.852.812	-	-	19.030.395	18,7%	33.528.106	34,3%
Instituições Financeiras	1.228.499	11.598.205	-	-	356.148	-	13.182.852	13,0%	8.920.058	9,1%
Agricultura e silvicultura	-	-	2.204.560	-	-	-	2.204.560	2,2%	2.021.822	2,1%
Indústrias extractivas	-	-	1.338.330	-	-	-	1.338.330	1,3%	1.231.951	1,3%
Alimentação, beb.e tabaco	-	-	750.774	-	-	-	750.774	0,7%	1.189.624	1,2%
Têxteis	-	-	5.727	-	-	-	5.727	0,0%	5.985	0,0%
Papel, artes gráf.e editoras	-	-	161.267	-	-	-	161.267	0,2%	150.333	0,2%
Químicas	-	-	2.343.962	-	-	-	2.343.962	2,3%	1.900.274	1,9%
Máquinas e equipamentos	-	-	1.984.470	-	-	-	1.984.470	2,0%	1.343.614	1,4%
Electricidade, água e gás	-	-	6.909.274	-	-	-	6.909.274	6,8%	4.261.204	4,4%
Construção	-	-	6.396.475	-	-	-	6.396.475	6,3%	5.132.279	5,3%
Comércio	-	-	10.850.579	-	-	-	10.850.579	10,7%	7.674.176	7,9%
Restaurantes e hotéis	-	-	1.107.811	-	-	-	1.107.811	1,1%	1.317.364	1,3%
Transportes e comunicações	-	-	4.308.713	-	-	-	4.308.713	4,2%	4.010.977	4,1%
Serviços	-	-	14.250.111	25.068	-	-	14.275.179	14,0%	9.248.134	9,5%
Crédito ao consumo	-	-	13.009.554	-	-	-	13.009.554	12,8%	13.411.385	13,7%
Crédito à habitação	-	-	896.333	-	-	-	896.333	0,9%	934.578	1,0%
Outras actividades	-	-	1.587.590	-	-	1.289.717	2.877.307	2,8%	1.419.720	1,5%
	1.228.499	11.598.205	78.283.110	8.877.880	356.148	1.289.717	101.633.559	100,0%	97.701.584	100,0%

44. Normas emitidas mas ainda não adoptadas

Um número de novas normas e alterações de normas são efectivas para períodos com início após 1 de Janeiro de 2016 e a sua aplicação antecipada é permitida. O Banco não antecipou a adopção das seguintes novas normas ou alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Até à data de autorização das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, as seguintes Normas e Interpretações foram emitidas mas não tinham sido ainda adoptadas:

Iniciativa de Divulgação (Emenda à NIC 7)

As emendas prevêem divulgações que permitam aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar as alterações nos passivos resultantes de actividades de financiamento, incluindo alterações resultantes do fluxo de caixa e alterações não monetárias. Isto inclui a reconciliação entre os saldos de abertura e de fecho dos passivos resultantes das actividades de financiamento.

As emendas são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2017 e adopção antecipada é permitida.

Reconhecimento de Activos por Impostos Diferidos para Perdas não Realizadas (Emenda à NIC 12)

As emendas fornecem orientações adicionais sobre a existência de diferenças temporárias dedutíveis, que dependem apenas da comparação da quantia escriturada de um activo e da sua base fiscal no fim do período de relato e não são afectadas por eventuais alterações futuras da quantia escriturada ou modo esperado de recuperação do activo.

As emendas fornecem igualmente orientações adicionais sobre os métodos utilizados para calcular o lucro tributável futuro para determinar se um activo por imposto diferido pode ser reconhecido.

É fornecida orientação quando uma entidade pode assumir que irá recuperar um activo comparativamente a sua quantia escriturada, desde que haja evidência suficiente de que é provável que a entidade alcance esse objectivo.

São fornecidas orientações para diferenças temporárias dedutíveis relacionadas com perdas não realizadas que não são avaliadas separadamente para reconhecimento. Estas são avaliadas numa base combinada, a menos que uma lei fiscal restringe a utilização de perdas para deduções de rendimentos de um tipo específico.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2017 e, a aplicação antecipada é permitida.

NIRF 15 Rédito de contratos com clientes

Esta norma substitui a NIC 11 Contratos de Construção, NIC 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 Acordos para Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferência de Activos para Clientes e SIC-31 Rédito – Transacções de Troca Envolvendo Serviços de Publicidade.

A norma contém um modelo único que se aplica a contrato com clientes e duas abordagens para reconhecimento do rédito: num momento ou ao longo do tempo. O modelo apresenta um contrato de análise de transacções com base em cinco etapas para determinar quanto e quando o rédito é reconhecido.

Esta nova norma terá provavelmente um impacto significativo sobre o Banco, que irá incluir uma possível mudança no tempo de quando o rédito e o valor do rédito é reconhecido. O Banco está actualmente no processo de execução de uma avaliação mais detalhada do impacto desta norma sobre o Banco e irá fornecer mais informações nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

A norma é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida.

NIRF 9 Instrumentos Financeiros

Em 24 de Julho 2014, o IASB emitiu a Norma final respeitante à NIRF 9 Instrumentos Financeiros, que substitui as versões anteriores da NIRF 9 e conclui o projecto do IASB para substituir a NIC 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Esta norma terá um impacto significativo sobre o Banco, que incluem mudanças na base de mensuração de activos financeiros do Grupo para o custo amortizado, o justo valor através de outros resultados compreensivos ou justo valor através de lucros ou prejuízos. Mesmo que essas categorias de mensuração sejam semelhantes às NIC 39, os critérios de classificação para essas categorias são significativamente diferentes. Além disso, o modelo de imparidade da NIRF 9 foi alterado a partir de um modelo de "perda incorrida" da NIC 39 para um modelo de "perda esperada de crédito", que se espera que aumente a provisão para devedores duvidosos reconhecidos no Banco.

A norma é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida.

Até a data o Banco não quantificou os impactos desta norma, embora se espera que o NIRF 9 tenha impacto significativo no Banco.

Esclarecimento sobre a contabilização de pagamentos com base em acções (Emenda à NIRF 2)

Actualmente, existe ambiguidade sobre como uma empresa deve contabilizar certos tipos de acordos de pagamento com base em acções. O IASB respondeu publicando emendas à NIRF 2 Pagamento com Base em Acções.

As emendas abrangem três áreas de contabilidade:

- Mensuração de transacções de pagamento com base em acções e liquidadas em dinheiro - Os novos requisitos não alteram o valor acumulado de despesa que é reconhecido em última instância, porque o valor total de uma transacção de pagamento com base em acções e liquidado em dinheiro ainda é igual ao valor pago na liquidação.
- Classificação de transacções de pagamento com base em acções liquidados de forma líquida de retenções na fonte - As emendas introduzem uma excepção, indicando que, para fins de classificação, uma transacção de pagamento com base em acções com empregados é contabilizada como liquidada com capital próprio se forem satisfeitos determinados critérios.
- Contabilização de uma modificação de uma transacção de pagamento com base em acções de liquidação liquidadas em dinheiro para liquidada com capital próprio. As emendas esclarecem a abordagem que as empresas devem aplicar.

Os novos requisitos podem afectar a classificação e / ou mensuração desses acordos - e, potencialmente, o tempo e o valor da despesa reconhecidos para os prémios novos e pendentes. As emendas são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018.

NIRF 16 Locações

A NIRF 16 foi publicada em Janeiro de 2016. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, ou seja, o cliente ("locatário") e o fornecedor ("locador"). A NIRF 16 substitui a anterior norma de locações, NIC 17 Locações e Interpretações relacionadas. A NIRF 16 apresenta um modelo para locatários que resultará em quase todas as locações sendo

incluídos na Demonstração da Posição Financeira. Não foram incluídas alterações significativas para os locadores.

A norma é efectiva para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018, com adopção antecipada permitida apenas se a entidade adoptar igualmente a NIRF 15. Os requisitos transitórios são diferentes para os locatários e locadores. Os Banco começaram a avaliar o potencial impacto nas demonstrações financeiras resultantes da aplicação da NIRF 16. Não se espera nenhum impacto significativo para as locações financeiras do Banco.

Venda ou Contribuição de Activos entre um Investidor e sua Associada ou Empreendimento Conjunto (Emenda à NIRF 10 e NIC 28)

As emendas exigem que o ganho integral seja reconhecido quando os activos transferidos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto venham a satisfazer à definição de "actividade empresarial" de acordo com a NIRF 3 Concentrações de Actividades Empresariais. Quando os activos transferidos não satisfazem à definição de uma actividade empresarial, é reconhecido um ganho parcial nos interesses dos investidores independentes na associada ou no empreendimento conjunto. A definição de actividade empresarial é fundamental para determinar a extensão do ganho a ser reconhecido.

O IASB decidiu adiar a data efectiva para estas emendas indefinidamente. A adopção ainda é permitida.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício HOLLARD
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
Web: www.kpmg.co.mz

Relatório dos Auditores Independentes

Para os Accionistas do BIM – Banco Internacional de Moçambique S.A

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BIM – Banco Internacional de Moçambique S.A (“a Empresa”) constantes das páginas 61 a 128, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2016, e as demonstrações de resultados e outro rendimento integral, alterações no capital próprio e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam de forma apropriada, em todos aspectos materiais, a posição financeira do BIM – Banco Internacional de Moçambique S.A em 31 de Dezembro de 2016, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Base de opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* na secção do nosso relatório. Somos independentes do Banco de acordo com o *Código de Ética para Revisores Oficiais de Contas da Federação Internacional de Contabilistas (Código IESBA)* e de acordo com outros requisitos de independência aplicáveis à realização de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas, de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra Informação

Os administradores são responsáveis pela outra informação. A outra informação compreende o relatório dos Administradores e a declaração de responsabilidade dos Administradores como exigido pelo Código Comercial de Moçambique. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação obtida antes da data do presente relatório do auditor, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

KPMG Auditores e Consultores, SA, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, é membro da KPMG Internacional, uma cooperativa Suíça

KPMG Auditores e Consultores, SA, a Mozambique limited liability company, is a member of KPMG International, a Swiss cooperative

Registada em Moçambique sob a designação de, KPMG Auditores e Consultores, SA

Registered in Mozambique, as KPMG Auditores e Consultores, SA



Responsabilidade da Administração em relação as demonstrações financeiras

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade de o Banco e Grupo em continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade, divulgando, conforme aplicável, assuntos relacionados com o pressuposto da continuidade e utilizar o pressuposto da continuidade, a menos que os administradores pretendam efectuar a dissolução do Banco e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos são obter uma garantia de fiabilidade sobre se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma garantia de fiabilidade é um alto nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, puderem influenciar razoavelmente as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e implementamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultando de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressarmos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do banco de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que o Banco deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliar a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transações e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.



Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

A handwritten signature of the KPMG firm, written in a dark ink.

KPMG

10 de Março de 2017

Maputo

Administração**Declaração de responsabilidade dos Administradores**

Os administradores do Banco são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras individuais e consolidadas que incluem o Balanço do BIM – Banco Internacional de Moçambique S.A, e as demonstrações de resultados e rendimento integral, alterações no capital próprio e fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

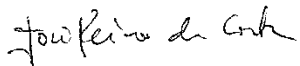
Os administradores são igualmente responsáveis pela: concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas que estão livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficiente e eficaz.

Os administradores fizeram uma avaliação para determinar se o Banco e o Grupo tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade do Banco e do Grupo poderem continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

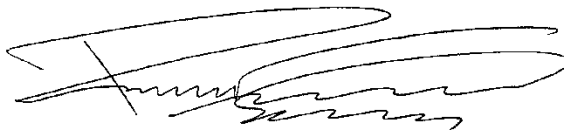
O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o ano findo em 31 de Dezembro de 2016 do BIM – Banco Internacional de Moçambique S.A, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de Março de 2017 e foram assinadas em seu nome, por:



Presidente da Comissão Executiva



Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS DE 2016

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com a legislação em vigor, submetemos aos Excelentíssimos Senhores Accionistas o resumo da acção fiscalizadora exercida no BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., bem como o parecer sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Millennium bim, as Demonstrações Financeiras em base individual do Banco e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

No quadro das competências do Conselho Fiscal acompanhámos a evolução da actividade do Banco, através de informação contabilística e reuniões realizadas mensalmente com a Direcção de Contabilidade do Banco, tendo obtido os devidos esclarecimentos e informações complementares sempre que solicitados.

Com base na informação contabilística disponibilizada e por intermédio dos elementos colhidos nos sistemas de informação de gestão do Banco, procedemos à análise das operações do Banco e certificámo-nos dos respectivos registos e do cumprimento das normas emitidas pelas autoridades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas instituídas.

Dentro da periodicidade e a extensão que considerámos suficientes, realizamos encontros com algumas áreas específicas, nomeadamente Auditoria e *Compliance Office*, Crédito e Risk Office, Recuperação do Crédito e Centro Corporativo, bem como com o Auditor Externo, tendo no âmbito das nossas funções, participado nas reuniões do Conselho de Administração.

Sobre a actividade da Auditoria Interna constatamos que a mesma esteve enfocada em acrescentar valor à gestão de diversas unidades orgânicas tendo como principal objectivo a avaliação do cumprimento dos procedimentos e princípios estabelecidos. Foi-nos dado a conhecer que, em resultado da actividade desenvolvida, não foram detectadas ocorrências susceptíveis de alterar a avaliação positiva dos sistemas de identificação e gestão de riscos, de controlo interno do Banco.

No âmbito do *Compliance Office* foi dado ênfase ao reporte automático (IT) para GIFIM das transacções suspeitas de branqueamento de capitais (BK) em "CASH e valores" bem como a implementação da "2ª versão" do *Workflow* de monitorização de transacções BK. No âmbito do CDD - *customer due diligence*, foram introduzidos novos perfis transaccionais.

Na relação com os Bancos Correspondentes, assinalamos uma actividade relacionada com questionário sobre as Políticas de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (AML) e *conferences call* para melhor explicação das Políticas do Banco.

Procedemos ao acompanhamento do quadro de evolução dos mecanismos de gestão de risco e dos Testes de Esforço (Circulares 02/SCO/2013 e 5/SCO/2013 do Aviso 20/GBM/2013 de 31 de Dezembro). Da análise efectuada ao processo de gestão de riscos do Banco, concluímos que o mesmo é adequado ao estágio actual de desenvolvimento do Banco e do SFM e, cumpre, na generalidade, com as Directrizes de Gestão de Risco e da demais legislação sobre a matéria, divulgada pelo BM em Dezembro de 2013. Adicionalmente, o Conselho Fiscal apurou que o processo de automatização do Cálculo de Perdas Por Imparidade do Crédito do Banco está implementado.

Parecer CF_BIM_CONTAS 31 DEZ 16 _10 03 17

Page 1 of 4

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.**RELATÓRIO E CONTAS DE 2016****PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Mantivemos um diálogo regular com os Auditores Externos, tendo acompanhado os resultados dos trabalhos efectuados pelos mesmos em diversas áreas de actividade do Banco, nomeadamente na verificação dos controlos internos quanto a sua eficácia operacional; bem assim na avaliação das políticas contabilísticas de reconhecimento de rédito e a sua aplicação, bem como em relação aos testes de controlos respeitantes ao registo de instrumentos financeiros em relação à política NIC 39 / NIRF 13, tendo tomado conhecimento não ter sido constatadas excepções significativas. Adicionalmente concentramo-nos na apreciação detalhada da análise individual efectuada pelos Auditores à carteira de crédito do Banco de entidades seleccionadas com base em critérios de risco de auditoria (maiores exposições e maiores entidades em incumprimento) e na revisão das principais exposições "Top 20" para o total da carteira de crédito e "Top 10" para empréstimos com sinais de imparidade.

Foi opinião do Auditor Externo de que a lógica inerente ao modelo de imparidade do Banco cumpre com os fundamentos e orientações estipuladas pela IAS 39".

Mereceu especial atenção a análise do crédito em contencioso, com maior destaque para as situações materialmente relevantes e com potencial impacto na conta de exploração.

Durante o ano de 2016, nos termos da Lei n° 15/99 de 1 de Novembro e modificações introduzidas pela Lei n° 9/2004 e do Aviso n° 09/GGBM/2007 de 30 de Março, fomos chamados a pronunciar sobre casos relativos a crédito concedido a entidades correlacionadas, bem assim a sociedades ou outros entes colectivos, directa ou indirectamente dominados pela entidade correlacionada, ou que com ela estejam em relação de grupo, nos termos da legislação em vigor.

Nos termos do disposto no n° 2 do Art° 42° dos Estatutos do Banco, apreciamos o Relatório dos Auditores Independentes, com o qual declaramos concordar.

No âmbito das nossas funções, examinámos as Demonstrações Financeiras, bem como os respectivos anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.

Procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2016 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados, nele incluído.

Analizamos as principais transacções que explicam as variações mais significativas nos principais indicadores de actividade do Banco (em base individual), as quais verificamos terem sido fortemente afectados pelo efeito da variação cambial resultante da forte depreciação do Metical durante o exercício de 2016.

Não nos foi reportada, nem verificamos, no decorrer da nossa actividade, qualquer irregularidade por parte da sociedade, seus accionistas, colaboradores ou outros, nomeadamente de natureza lesiva aos interesses da Instituição ou de algum ou alguns dos accionistas.

Parecer CF_BIM_CONTAS 31 DEZ 16 _10 03 17

G

Page 2 of 4

M. N. B.

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS DE 2016

PARECER DO CONSELHO FISCAL

As Demonstrações Financeiras do Banco e Consolidadas auditadas pelo Auditor Externo evidenciam:

- Que o Balanço Consolidado e o Balanço do Banco, BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., à data de 31 de Dezembro de 2016, reflectem adequadamente a situação financeira do Grupo e do Banco;
- Que a Demonstração de Resultados Consolidados e a Demonstração de Resultados do Banco espelham um lucro consolidado de 4.950,64 milhões de Meticais e um lucro do Banco de 4.509,68 milhões de Meticais, os quais traduzem o resultado da actividade do Grupo e do Banco;
- Que a Demonstração de Rendimento Integral Consolidado e a Demonstração de Rendimento Integral do Banco apresentam um rendimento integral do Grupo de 4.191,39 milhões de Meticais e um rendimento integral do Banco de 3.922,64 milhões de Meticais, respectivamente;
- Que a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do Banco apresentam um aumento durante o ano em Caixa e seus equivalentes de 290,8 milhões de Meticais para o Grupo e 290,56 milhões de Meticais para o Banco; e
- Que a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios Consolidados e a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios do Banco evidenciam um Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2016 de 23.506,37 milhões de Meticais para o Grupo e de 21.495,94 milhões de Meticais para o Banco.

Como resultado das verificações efectuadas e informações obtidas:

- Somos de opinião que as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as Demonstrações Financeiras do Banco (compostas pelas seguintes peças do Grupo e do Banco: Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Rendimento Integral, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e respectivas Notas):
 - i). Estão em conformidade com a Lei e satisfazem as disposições estatutárias, bem como as normas emanadas do Banco Central;
 - ii). Foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF); e
 - iii). Reflectem, de forma verdadeira, a situação financeira do Grupo e do Banco em 31 de Dezembro de 2016, bem como o resultado das operações realizadas pelo Grupo e pelo Banco durante o exercício.

Parecer CF_BIM_CONTAS 31 DEZ 16 _10 03 17

G
N.
J
B

Page 3 of 4

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.**RELATÓRIO E CONTAS DE 2016****PARECER DO CONSELHO FISCAL**

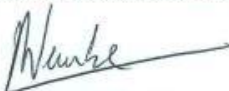
- Somos de parecer que a Assembleia Geral:
 - i). Aprove as Contas relativas ao Exercício de 2016;
 - ii). Aprove o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do BIM - Banco Internacional de Moçambique, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016;
 - iii). Exprese um voto de louvor ao Conselho de Administração e a todos os restantes colaboradores pela forma notável como, no âmbito das respectivas competências procederam a gestão do Banco durante o exercício.

Maputo, 10 de Março de 2017

O CONSELHO FISCAL



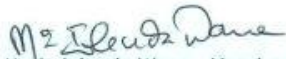
Teotonio Jaime dos Anjos Comiche - Presidente



Daniel Filipe Gabriel Tembe - Vogal



Eulália Mário Madime - Vogal



Maria Iolanda Wane - Vogal suplente

Parecer CF_BIM_CONTAS 31 DEZ 16 _10 03 17

Page 4 of 4

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal analisou a proposta do Conselho de Administração relativa à distribuição do Resultado Líquido, no montante de 4.509.677.049,80 Meticais.

Dada a situação de robustez financeira do BIM, nomeadamente pela justeza dos capitais próprios elegíveis, no valor de 14.363 milhões de Meticais e do confortável rácio de solvabilidade, 18,8%, assim como a natural expectativa dos accionistas verem remunerados os capitais por si investidos no BIM, a proposta afigura-se adequada.

Como resultado da análise efectuada, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove a proposta de Distribuição de Resultados do seguinte modo:

Para Reserva Legal	15,00%	676.451.557,48	Meticais
Para Reserva Livre	47,50%	2.142.096.598,65	Meticais
Para Reserva de Estabilização de Dividendos	2,50%	112.741.926,24	Meticais
Distribuição aos Accionistas	35,00%	1.578.386.967,43	Meticais


Maputo, 10 de Março de 2017

O CONSELHO FISCAL


Teotónio dos Anjos Comiche - Presidente


Daniel Filipe Gabriel Tembe - Vogal


Eulália Mário Madime - Vogal


Maria Jolanda Wane - Vogal suplente